

MANUAL DA RSR

Respostas aos combatentes terroristas estrangeiros regressados e às suas famílias

Acrónimos

CVE	Combate ao Extremismo Violento
ERC22+	Orientações 22 sobre os riscos de extremismo – Instrumento de avaliação de risco do governo do Reino Unido
ESCN	Rede de Comunicações Estratégicas Europeia
CTE	Combatentes Terroristas Estrangeiros
HCR-20	Instrumento de avaliação de risco (Histórico, Clínico, Gestão de Riscos)
HTS	Hayat Tharir al-Sham
IR46	Instrumento de avaliação de risco da polícia neerlandesa
ONG	Organização Não Governamental
PTSD	Perturbação de Stress Pós-Traumático
RSR	Rede de Sensibilização para a Radicalização
RAN CoE	Centro de Excelência da Rede de Sensibilização para a Radicalização
RAN H&SC	Cuidados de Saúde e Sociais da Rede de Sensibilização para a Radicalização (grupo de trabalho)
RAN POL	Agentes Policiais da Rede de Sensibilização para a Radicalização (grupo de trabalho)
RAN P&P	Prisões e Liberdade Condicional da Rede de Sensibilização para a Radicalização (grupo de trabalho)
TRAP-18	Instrumento de avaliação de risco
VEO	Extremista Violento Condenado
VERA-2	Instrumento de Avaliação de Risco

O presente manual foi escrito por Marije Meines, Merel Molenkamp, Omar Ramadan e Magnus Ranstorp —e editado por Nicola Davenport —todos eles do Centro de Excelência da RSR.

Os autores gostariam de agradecer aos vários profissionais e decisores políticos nacionais que partilharam estudos de caso, sugestões e práticas e outro tipo de informações. Sem o apoio deles, não teria sido possível elaborar este manual.

Recomendações dos profissionais para os Estados-Membros

A lista de recomendações dos profissionais reflete as experiências dos profissionais e as medidas que os profissionais consideram que poderiam facilitar o trabalho dos seus homólogos. Destina-se a conceder mais informações sobre as necessidades e as ideias dos profissionais às autoridades nacionais, na medida em que revê as abordagens e as estratégias existentes face aos desafios colocados pelos combatentes terroristas estrangeiros (CTE) regressados e pelas suas famílias.

Recomendações dos profissionais sobre a avaliação de risco e a cooperação entre os vários organismos implicados

- 1) Para personalizar as avaliações de acordo com as condições específicas dos regressados, considere a utilização do *RAN CoE Returnee 45*, um instrumento destinado a investigar a motivação, o empenho e os riscos colocados pelos regressados para:
 - a) verificar se as avaliações de risco atualmente utilizadas podem beneficiar da utilização deste instrumento da RSR; ou
 - b) adaptar o instrumento da RSR, que inclui 45 indicadores, às circunstâncias locais, se não houver um instrumento de avaliação de risco estruturado implementado.
- 2) Uma vez que o Daesh e possivelmente outras organizações terroristas produzem ficheiros pessoais sobre as aptidões dos recrutas, considerar a integração de informações contidas nestes ficheiros na conceção das respostas aos regressados individuais.
- 3) Como primeiro passo para a personalização das respostas aos regressados, talvez seja benéfico considerar duas gerações, embora não seja apropriado aplicar uma diferenciação rígida:
 - a) a primeira geração de regressados
 - com algumas exceções notáveis — era mais dada ao desencantamento, bastante menos violenta e relativamente livre para abandonar o território sob domínio de terroristas;
 - b) a atual segunda geração de regressados está mais endurecida pela batalha e ideologicamente empenhada e viu-se obrigada a fugir da vigilância generalizada do Daesh para escapar e pode ter regressado com motivações violentas: comprometer a segurança dos cidadãos da UE.
- 4) Uma vez que os agentes policiais (locais) estão muitas vezes envolvidos numa fase inicial, considerar pontos de ação específicos para os agentes policiais que lidam com os regressados, incluindo:
 - a) participar na gestão de casos entre os vários organismos implicados e abrir ficheiros de casos para qualquer indivíduo que tenha abandonado o país, em vez de aguardar pelo seu regresso;
 - b) estar consciente dos procedimentos de proteção de menores e de como lidar com o abuso de crianças;
 - c) testar os protocolos para a partilha de informações com os parceiros em cenários que envolvam regressados;
 - d) definir um especialista policial que possa ser consultado por outros profissionais da primeira linha;

- e) cooperar com os assistentes de apoio à família no envolvimento com as famílias, especialmente durante as visitas domiciliárias, e fazê-lo assim que alguém parte, uma vez que isso facilita a parceria quando o indivíduo em causa regressa.
- 5) Considerar a criação de um ponto de contacto próprio ou de um grupo de ação a nível nacional, ou, se for caso disso, um coordenador de regressados, para garantir a coerência das políticas e das medidas nas agências governamentais e para facilitar a cooperação e a troca de informações com os coordenadores locais dos vários organismos implicados.
- 6) Rever e, — se for caso disso, — adaptar os programas, os métodos e as intervenções atualmente em vigor para reintegrar os indivíduos radicalizados, em vez de desenvolver novos métodos destinados apenas aos regressados; personalizar as intervenções que ficaram comprovadas como sendo eficazes em contextos equivalentes acrescentará mais valor em comparação a programas totalmente novos.

Recomendações dos profissionais sobre ação penal e detenção

- 7) Investir na ressocialização dos regressados condenados enquanto ainda se encontram detidos para diminuir o risco de reincidência no extremismo violento.
- 8) As intervenções de ressocialização devem ser iniciadas preferencialmente antes do julgamento, na prisão ou num ambiente local. Contudo, a cooperação por parte dos combatentes terroristas estrangeiros regressados nas intervenções de ressocialização pré-julgamento será desafiante, uma vez que a cooperação pode ser encarada como uma declaração de culpa.
- 9) Para evitar os efeitos negativos a longo prazo da detenção em prisões de alta segurança para os regressados de baixo risco, é necessário aplicar decisões e medidas personalizadas à integração e reabilitação, tendo em conta os diferentes perfis dos regressados e os crimes em causa.
- 10) Considerar a integração dos regressados em prisões específicas — em conformidade com as conclusões da avaliação de risco especializada — com base:
 - a) na capacidade da prisão de fornecer as várias intervenções necessárias para a reabilitação do regressado;
 - b) na medida em que é possível obter uma cooperação entre os vários organismos implicados e a prisão e outras organizações;
 - c) na dinâmica entre o recluso e a população prisional (por exemplo, se o regressado tiver um estatuto de herói ou se sofrer *bullying*, isto poderá interferir com o processo de reabilitação e deve ser ponderada uma transferência).
- 11) Considerar a criação de uma estrutura de partilha de informações para os casos que envolvem regressados que permita que os serviços prisionais e de liberdade condicional obtenham informações contextuais suficientes sobre as circunstâncias nas quais o regressado viveu e os potenciais riscos para a segurança colocados pelo regressado à população prisional e aos guardas prisionais, bem como à comunidade, caso o regressado saia em liberdade condicional. Estas informações também podem ser utilizadas para a aplicação de programas de reabilitação melhorados.
- 12) Rever os serviços de apoio à religião no contexto prisional e da liberdade condicional, uma vez que muitos regressados desejam adotar um estilo de vida religioso. Esta questão deve ser explorada de forma positiva para a reabilitação e exige capacidades e recursos suficientes no que diz respeito a capelães eficientes, com formação e de confiança e a materiais e cursos religiosos.

- 13) Facilitar o desenvolvimento de módulos de formação para o pessoal que trabalha (diretamente) com os regressados para apoiar os serviços judiciais, penitenciários e de liberdade condicional, que abrangem:
- informações sobre as situações às quais os regressados foram expostos;
 - informações sobre as avaliações de risco especializadas, como interpretar estas informações e como estas se traduzem na prática do dia a dia;
 - sensibilização para o trauma e como equilibrar a necessidade de obter informações com a necessidade de manter o regressado condenado estável do ponto de vista emocional e mental;
 - informações sobre os quadros jurídicos e as estruturas de partilha de informações aplicáveis aos regressados.

Recomendações dos profissionais sobre a ressocialização dos regressados na sociedade

- 14) Informar as autoridades locais e envolvê-las na preparação do regresso dos combatentes terroristas estrangeiros a um contexto local. Além disso, quando as comunidades têm grandes números de combatentes terroristas estrangeiros, considerar a realocação dos regressados, nos mesmos municípios e regiões, ou noutros, uma vez que a agregação de regressados em comunidades (pequenas) prejudica a sua reabilitação.
- 15) Considerar a complementação das políticas em matéria de justiça penal com as medidas de ressocialização destinadas aos regressados para os quais uma ação penal não é uma opção (por exemplo, devido à falta de provas sobre as atividades criminosas ou a responsabilidade criminal).
- 16) Em caso de inclusão de todos os intervenientes relevantes num esforço abrangente para ressocializar e reintegrar os regressados conforme recomendado, as autoridades locais e regionais encontram-se numa posição privilegiada para coordenar esta abordagem entre os vários organismos implicados.
- 17) Envolver os profissionais de saúde mental numa avaliação célere após o regresso, bem como em qualquer tratamento necessário. É necessário reconhecer que os regressados podem não ser apenas responsáveis por atos de violência, mas também vítimas, incluindo através de situações de violação, espancamentos e tortura. Para além da perturbação de stress pós-traumático, é expectável um sentimento de traição e desencantamento.
- 18) Identificar, no caso das crianças que acompanharam adultos regressados ou — das crianças que permaneceram na UE — se estas serão afetadas pelo regresso de um ou de ambos os progenitores.
- 19) Ter em atenção que muitos regressados — mesmo que não adotem comportamentos criminosos — podem continuar a apoiar fervorosamente ideologias opostas aos apóstatas, a outras religiões, aos chamados infiéis, aos direitos das mulheres e até mesmo às sociedades da UE. Muitos deles foram sujeitos a uma doutrinação severa. Considerar o diálogo, a tutoria e outras técnicas para os regressados com crenças tão fortes.
- 20) Considerar se a reintegração dos regressados deve incluir o auxílio em questões práticas como a educação, o emprego e o alojamento, uma vez que isto pode fomentar a reabilitação.
- 21) Avaliar se as famílias dos combatentes terroristas estrangeiros poderiam ser parceiros na reintegração dos familiares, idealmente antes do seu regresso. Se as próprias famílias não apoiarem ideologias extremistas, estas poderão ser um fator essencial nas medidas de integração.

22) Tendo em conta que as famílias e a rede social direta dos regressados também serão fortemente afetadas pelos acontecimentos, devem ser tidas em conta estruturas, tais como os grupos de pares, o apoio psicológico e o apoio ideológico ou teológico para estas famílias. Este apoio visa desenvolver um ambiente familiar resiliente para evitar a participação futura em grupos extremistas e terroristas.

Recomendações dos profissionais sobre as crianças regressadas

Ter em conta a necessidade de prestar um cuidado e apoio imediatos, bem como de uma abordagem a longo prazo para garantir a reabilitação e a reintegração das crianças regressadas nas sociedades da UE.

- 23) Considerar o fornecimento de orientações jurídicas no tratamento de crianças regressadas. Sobretudo quando existe a preocupação de que a criança tenha estado envolvida em atividades criminosas no estrangeiro, deve ser dada especial atenção ao dilema do criminoso-vítima, à partilha de informações sobre os casos que envolvem crianças regressadas, à aplicação de legislação para menores e adultos nestes casos e à utilização de sentenças alternativas através de programas de reabilitação/reintegração.
- 24) Considerar a realização de uma análise dos conhecimentos especializados utilizados para a reabilitação de crianças regressadas. Esta análise deve incluir pelo menos conhecimentos especializados em: crianças provenientes de zonas de conflito/guerra, radicalização e extremismo, tratamento de traumas, questões jurídicas relativas a menores, serviços de proteção de menores e desenvolvimento de menores.
- 25) Para ajudar a desenvolver uma resposta coerente e eficaz destinada a crianças regressadas, pode ser considerada a aplicação de um instrumento especializado de avaliação de riscos e necessidades para as crianças regressadas; o instrumento pode ser aplicado a um grupo-alvo maior de crianças que estejam radicalizadas ou vulneráveis à radicalização. Qualquer instrumento de avaliação desenvolvido deve ter em conta as fases de desenvolvimento de uma criança. Como tal, é pouco provável que a adaptação de um instrumento de avaliação que foi originalmente concebido para adultos seja apropriada.
- 26) Examinar como as estruturas de cooperação multilaterais atuais poderiam lidar com as crianças regressadas. As organizações que possuam conhecimentos especializados no apoio a crianças vulneráveis podem ser incluídas para prestarem orientações aprofundadas.
- 27) Garantir uma formação suficiente para os profissionais que lidam com crianças regressadas. Estes módulos podem ser integrados na formação em matéria de sensibilização ou conhecimentos especializados sobre a prevenção e o combate à radicalização. Estão disponíveis pelo menos dois níveis de formação:
- a) Formação básica de sensibilização para os profissionais em contacto (direto) com as crianças regressadas (por exemplo, professores de escolas, assistentes sociais, membros de organizações de lazer). A formação básica pode abranger, no mínimo:
 - i) informações sobre a situação da Síria/Iraque às quais estas crianças estiveram expostas;
 - ii) sensibilização básica para o trauma e exercícios de resposta quando uma criança regressada demonstra um determinado comportamento;
 - iii) informações sobre como comunicar sinais preocupantes e onde solicitar apoio adicional.

- b) Formação aprofundada e as sessões de aprendizagem partilhadas destinadas aos profissionais diretamente envolvidos em casos de crianças regressadas (por exemplo, serviços de proteção de menores, profissionais de apoio à família, agentes policiais locais, psicólogos). Esta formação aprofundada pode incluir ilações sobre o sistema de acolhimento e a reintegração nas escolas.

Recomendações dos profissionais sobre questões transversais (género e comunicação)

- 28) Considerar a complementação das respostas de reintegração destinadas aos regressados do sexo masculino — tendo em conta os antecedentes criminais, o baixo controlo dos impulsos e a propensão para a violência — com respostas especializadas destinadas aos regressados do sexo feminino. Muitas mulheres foram recrutadas para assumir papéis diferentes dos papéis atribuídos aos homens (por exemplo, de esposa ou mãe), mas podem ter participado noutras formas de violência (por exemplo, seguir comportamentos de acordo com as regras rígidas do grupo terrorista na chamada «Brigada Al-Khansaa»). Essa personalização aumenta a eficácia das avaliações de risco e da reintegração.
- 29) Reconhecer que a reintegração das mães que regressaram com crianças pequenas está altamente dependente do medo destas de perderem os seus filhos à conta de medidas de proteção de menores. Como tal, considerar a cooperação com a reintegração como uma pré-condição para a custódia.
- 30) De forma a contrariar o discurso terrorista de que os regressados receberão um tratamento péssimo por parte dos países da UE, incluindo a detenção sem direito a um julgamento justo, os interrogatórios excessivos e a perspetiva de nunca voltarem a ser aceites na sociedade, considerar o destacamento das regras em matéria de legislação, cuidados de saúde e educação que serão aplicadas a eles. Uma vez que a maioria dos regressados contactam a sua família antes de regressarem, os membros da família encontram-se em condições de comunicar esta situação. Considerar informar os profissionais de apoio à família sobre as atuais práticas e consequências jurídicas e reabilitativas destinadas aos regressados para que estes possam fornecer as informações corretas às famílias.
- 31) Prever que a falta de confiança, a hostilidade, a estigmatização e o isolamento irão complicar a reintegração dos regressados e considerar a abordagem desses desafios através da comunicação de estratégias de resposta.
- 32) Prever que os relatórios dos meios de comunicação (social) terão um impacto na abertura da sociedade para a reintegração dos regressados. Como tal, analisar a preparação de uma estratégia de comunicação (local), de preferência que se antecipe à chegada dos regressados à comunidade local.
- 33) Durante a comunicação com os regressados, com as suas famílias, bem como com as sociedades de acolhimento, seguir uma estratégia realista e transparente sobre as consequências e as situações que o regressado irá enfrentar aquando do regresso, incluindo a ação penal, o acompanhamento, a detenção e as intervenções de proteção de menores.



Combatentes terroristas estrangeiros regressados

Combatentes terroristas estrangeiros

Combatentes terroristas estrangeiros em números

Mais de **42 000** combatentes terroristas estrangeiros de mais de **120** países juntaram-se a organizações terroristas entre os anos de **2011** e **2016**, dos quais cerca de **5000** são oriundos da Europa. As partidas aumentaram no ano de **2015** e têm vindo a diminuir desde aí.

Quem são os regressados?

Diferentes nacionalidades, etnias, faixas etárias e géneros
Todos têm algum nível de trauma e problemas emocionais/psicológicos

 <p>Homens</p> <p>Maior risco de experiências e aptidões de combate</p> <p>Estão muitas vezes envolvidos e expostos às atrocidades da guerra</p> <p>Assumem vários papéis nos territórios sob domínio de terroristas</p>	 <p>Mulheres</p> <p>Papel da família e mãe de futuros soldados</p> <p>Motivadas por uma sensação de empoderamento e pelo seu papel no desenvolvimento do «califado»</p> <p>Participam no recrutamento e na doutrina das crianças e de outras pessoas</p>	 <p>Crianças</p> <p>Doutrina ideológica ntensa através da educação e da socialização</p> <p>Recrutadas para combate e para outras atividades violentas a partir dos 9 anos</p> <p>Sujeitas a traumas graves</p>
--	--	--

#RANreturnees

Porque decidem regressar?



Sentimento de desencantamento/remorsos



Continuam motivados pela ideologia, querem melhores condições de vida (oportunistas)



São enviados para realizarem um ataque (ou sentem que podem fazer mais pela causa na Europa do que na Síria/Iraque)



São capturados e devolvidos contra a sua vontade

Ações essenciais a ter em conta

Abordagem geral



Uma abordagem personalizada para cada regressado



Estabelecer mecanismos de coordenação nas agências governamentais



RAN
Returnee 45

Avaliação de risco imediata



Gestão de casos entre os vários serviços implicados



Estratégia de comunicação (local)



Plano de ação de intervenção

Cenários



Ação penal

- Dar prioridade à ressocialização e à reintegração durante a prisão/ liberdade condicional
- Formar uma equipa especializada
- Opções personalizadas de integração e transferência prisionais

Adultos



Não instauração de processo penal/ressocialização

- Desenvolver uma relação e apoiar a família do regressado se possível
- Informações e/ou formação para todos os que contactam com os regressados
- Abordagem holística à tutoria, tratamento (saúde mental) e apoio prático



Crianças

- Incidência na normalização e na ressocialização assim que possível
- Desenvolver uma panorâmica de conhecimentos especializados focados no trauma infantil e na doutrina
- Formar os profissionais da primeira linha que trabalham com crianças regressadas

Índice

Recomendações dos profissionais para os Estados-Membros	4
1 Introdução a este manual.....	14
1.1 Manual para profissionais, recomendações dos profissionais para os decisores políticos	15
1.2 Estrutura do manual.....	16
2 Combatentes terroristas estrangeiros regressados: factos, números e perfis	19
Combatentes terroristas estrangeiros (CTE)	19
2.1 Factos e números	19
2.2 Recrutamento, motivações e condições de vida.....	20
2.2.1 Recrutamento e viagem	20
2.2.2 Motivações para as viagens (<i>hijrah</i>)	21
2.2.3 Experiência na zona de conflito.....	24
2.2.4 Regresso à Europa	25
2.3 Os diferentes perfis dos combatentes terroristas estrangeiros regressados	27
2.3.1 Diferentes gerações.....	27
2.3.2 Diferenças entre homens, mulheres e crianças	28
2.3.3 Diferentes motivos para o regresso	31
2.4 Desafios criados pelos combatentes terroristas estrangeiros regressados	32
3 Investigação e avaliação de risco	34
3.1.1 Após o abandono da Síria/preparação imediata do regresso	34
3.1.2 Pontos de ação específicos para os agentes policiais que lidam com regressados	36
3.1.3 Regressados em movimento e a chegar ao país de origem	37
3.2 Instrumentos de avaliação de risco para o extremismo violento	38
3.2.1 RAN CoE Returnee 45	39
4 Acordo entre os vários organismos implicados em matéria de intervenção.....	42
4.1 Coordenação a nível nacional.....	42
4.2 Processo entre os vários organismos implicados a nível local ou regional	44
5 Via da ação penal.....	48
5.1 Panorâmica geral e problemáticas	48
5.1.1 Desafios específicos dos regressados.....	49
5.2 Princípios orientadores de uma perspetiva dos serviços penitenciários	50

5.3	Métodos e modelos de intervenção concretos num contexto prisional	51
5.3.1	Métodos e intervenções em matéria de segurança	52
5.3.2	Reabilitação e integração: métodos e intervenções	54
5.4	Princípios orientadores de uma perspetiva dos serviços de liberdade condicional	60
5.5	Métodos e modelos de intervenção num contexto de liberdade condicional	61
6	Não instauração de processo penal/ressocialização	68
6.1	Introdução	68
6.1.1	Panorâmica geral	68
6.1.2	Quatro princípios orientadores referentes à ressocialização e à reintegração dos regressados	68
6.2	Métodos e modelos de intervenção concretos	71
6.2.1	Respostas para o apoio à família	71
6.2.2	Tutoria e aconselhamento	77
6.2.3	Respostas para a saúde mental	81
6.2.4	Respostas práticas	85
7	Crianças regressadas	87
7.1	Panorâmica geral	87
7.2	Princípios orientadores para o trabalho com crianças regressadas	88
7.3	Estratégia de resposta para as crianças regressadas	90
7.4	Métodos e intervenções	93
7.4.1	Resposta jurídica e proteção de menores	93
7.4.2	Avaliação dos riscos e das necessidades	97
7.4.3	Integração e condições de vida	98
7.4.4	Apoio à família	99
7.4.5	Papel dos estabelecimentos de ensino (pré-escolar)	99
7.4.6	Prática em matéria de traumas	101
7.4.7	Abordagem da ideologia extremista	103
7.4.8	Desenvolvimento de capacidades para lidar com crianças regressadas	103
8.	Questões transversais	105
8.1	Diferenciação por género	105
8.2	Questões de comunicações e contradiscursos	106

8.2.1	Estratégia de comunicação local	106
8.2.2	Comunicações sobre os regressados.....	109
	Referências	110
	Anexo 1: Panorâmica dos instrumentos de avaliação de risco	113
	Anexo 2: Regressados da Rede de Comunicações Estratégicas Europeia: Comunicações e contradiscursos.	98

1 Introdução a este manual

Este manual destaca as respostas à questão dos combatentes terroristas estrangeiros (CTE) e das suas famílias, que regressaram ou planeiam regressar aos seus países de origem dentro da União Europeia a partir de zonas de conflito terroristas, tais como a Síria e o Iraque.¹ Quando o termo «regressados» é utilizado neste manual, este diz respeito a combatentes terroristas estrangeiros e às suas famílias (mulheres e crianças).

Este manual destaca as respostas da perspectiva dos profissionais e deve ser considerado como parte de um conjunto mais abrangente de respostas à questão dos combatentes terroristas estrangeiros regressados (incluindo as medidas centradas na segurança, tais como as medidas em matéria de justiça penal ou administrativas).

Ao lidar com os combatentes terroristas estrangeiros regressados e as suas famílias, a preocupação com a segurança é um pré-requisito. Como tal, as diversas intervenções propostas incluem um claro aspeto de segurança (por exemplo, como parte das equipas compostas por vários organismos implicados). As avaliações de risco são o instrumento adequado para avaliar os riscos de segurança e desenvolver as medidas de atenuação mais adequadas. Além disso, a cooperação estreita entre os profissionais locais e os intervenientes públicos pertinentes, incluindo as autoridades responsáveis pela aplicação da lei, deve garantir que os riscos de segurança são comunicados através dos canais adequados.

Este manual define as abordagens gerais que serão adaptadas à situação específica em causa nos Estados-Membros da UE, tendo em conta que as competências e as estruturas dentro dos governos nacionais, regionais e locais diferem.

Os cidadãos europeus que viajaram para a Síria, o Iraque e outras zonas de conflito onde os grupos terroristas assumiram o controlo estão agora a voltar. Nos últimos meses, o Daesh tem estado sob uma maior pressão militar na Síria e no Iraque, o que fez com que o grupo perdesse terreno, líderes, mão de obra e rotas de abastecimento. Se o «califado» do Daesh sofrer uma derrota militar ou cair, o número de combatentes terroristas estrangeiros que regressarão à Europa (em especial à Áustria, à Bélgica, à Dinamarca, à França, à Finlândia, aos Países Baixos, à Suécia e ao Reino Unido) poderá aumentar. Embora seja difícil prever de que forma evoluirá a situação, os Estados-Membros da UE mais afetados esperam um aumento lento, mas gradual, do número de regressados, ao invés de grandes números ao mesmo tempo. Estes indivíduos terão contextos diferentes e uma grande parte dos regressados serão mulheres e crianças.

Lidar com estes regressados é uma situação complexa e uma das prioridades de vários governos e autoridades locais. Embora o quadro legislativo e as opções em matéria de políticas possam variar consoante o Estado-Membro, existem desafios comuns no que diz respeito aos regressados e métodos comuns para lidar com os regressados de forma eficaz. Estes desafios e métodos constarão deste manual.

¹ Muitas das respostas apresentadas neste manual também podem ser usadas para lidar com outros combatentes (terroristas) estrangeiros.]

Durante a conferência de alto nível da RSR a 9 de novembro de 2016, os desafios relativos aos combatentes terroristas estrangeiros regressados foram abordados pelo Comissário para a Migração, Assuntos Internos e Cidadania — Dimitris Avramopoulos e pelo Comissário para a União da Segurança, — Julian King. Estes destacaram a necessidade de os profissionais, os decisores políticos e os investigadores europeus conceberem e partilharem respostas adequadas a este desafio.

Leituras complementares: documento da conferência de alto nível da RSR

Este [documento ex-post](#) contém informações adicionais sobre as discussões realizadas durante a conferência de alto nível da RSR, que abordaram a questão dos combatentes terroristas estrangeiros regressados e, sobretudo, das crianças regressadas e da polarização.

Desde novembro de 2016, o Centro de Excelência da RSR realizou mais de doze reuniões com profissionais da primeira linha sobre a questão dos combatentes terroristas estrangeiros regressados. Durante as reuniões do grupo de trabalho da RSR, a questão foi discutida a partir de várias perspetivas e áreas de conhecimentos especializados: polícia, autoridades locais, educação, prisão e liberdade condicional, juventude, família e comunidades, saída e cuidados de saúde e sociais. Também foram discutidos desafios e respostas da perspetiva de diferentes Estados-Membros da UE dentro da Rede de Decisores Políticos Nacionais em Matéria de Prevenção² e do Comité Diretor do Centro de Excelência da Rede de Sensibilização para a Radicalização³. A Rede de Comunicações Estratégicas Europeia (ESCN)⁴ forneceu opiniões e partilhou conhecimentos especializados em matéria de comunicação estratégica e estratégias de comunicação. Os profissionais da primeira linha provenientes dos Estados-Membros da UE mais afetados partilharam informações detalhadas dos seus casos que envolvem regressados e as lições aprendidas com eles; estes casos são usados para fornecer contexto às sugestões e às orientações contidas neste manual. Por último, foram usadas e referenciadas várias fontes nacionais, europeias e internacionais na preparação deste manual. Este documento é o resultado destas medidas e conclusões.

1.1 Manual para profissionais, recomendações dos profissionais para os decisores políticos

Este manual destina-se sobretudo a profissionais da primeira linha, tais como assistentes sociais, profissionais de saúde, professores ou agentes policiais e guardas prisionais que precisam de lidar com regressados individualmente e a nível local. O manual define princípios orientadores, algumas descrições com apresentação por etapas, métodos e intervenções que podem ser usados para dar resposta à questão dos regressados. Os profissionais que lerem este manual também podem consultar:

² A Rede de Decisores Políticos Nacionais em Matéria de Prevenção é uma rede de decisores políticos nacionais especializados na prevenção da radicalização e do extremismo violento dos 28 Estados-Membros da UE. A rede é promovida pela Direção-Geral da Migração e Assuntos Internos (DG HOME) da Comissão Europeia.

³ O Comité Diretor da RSR é composto pelos copresidentes dos grupos de trabalho da RSR e da DG HOME.

⁴ A Rede de Comunicações Estratégicas Europeia (ESCN) é uma rede de 26 países que colaboram na partilha de análises, boas práticas e ideias relativas à utilização de comunicações estratégicas para o combate ao extremismo violento (CVE).

- Estudos de caso: Os profissionais dos países da UE partilharam experiências e lições concretas que aprenderam ao lidarem com os regressados. A RSR usou estas informações para criar estudos de caso que ilustram as informações contidas no manual e fornecem informações privilegiadas sobre a realidade (muitas vezes com mais nuances e mais complexa) de lidar diariamente com regressados.
- Prática em ação: são destacados exemplos de práticas concretas que estão a ser usadas na UE, que são acompanhados por referências a informações complementares acerca destas práticas. Muitas delas também fazem parte da Recolha de Práticas da RSR que serve de inspiração para os profissionais no seu trabalho diário.
- Leituras complementares: Foram realizadas investigações, comunicações e análises extensivas sobre os temas e as questões abordadas neste manual, no Centro de Excelência da Rede de Sensibilização para a Radicalização, bem como noutras organizações internacionais e nacionais. As referências a este material complementar são integradas no texto destinado aos profissionais que procuram informações mais aprofundadas e detalhadas sobre questões específicas.

Este manual destina-se a conceder mais informações sobre as necessidades e as ideias dos profissionais às autoridades nacionais, na medida em que reveem as abordagens e as estratégias existentes face aos desafios colocados pelos combatentes terroristas estrangeiros. Foi incluída no início do manual uma lista de recomendações dos profissionais para os Estados-Membros.

1.2 Estrutura do manual

O manual é composto por oito capítulos, precedido pela lista de verificação das recomendações para os Estados-Membros.

- Recomendações dos profissionais para os Estados-Membros
- Capítulo 1 Introdução a este manual
- Capítulo 2 Combatentes terroristas estrangeiros regressados: factos, números e perfis:
- Capítulo 3 Investigação e avaliação de risco
- Capítulo 4 Acordo entre os vários organismos implicados em matéria de intervenção
- Capítulo 5 Via da ação penal
- Capítulo 6 Não instauração de processo penal/ressocialização
- Capítulo 7 Crianças regressadas
- Capítulo 8 Questões transversais: género e comunicação

O **capítulo 2** fornece uma panorâmica do âmbito da questão dos combatentes terroristas estrangeiros em diferentes Estados-Membros da UE, breves informações sobre aquilo que motiva os combatentes estrangeiros a partirem e o contexto no qual os combatentes terroristas estrangeiros regressados estão a regressar.

Os capítulos 3 a 6 descrevem os diferentes cenários para lidar com um combatente terrorista estrangeiro regressado. Para efeitos de clareza, foi usada uma ordem lógica. Na realidade, algumas das etapas podem ocorrer em simultâneo.

Quando um regressado chega, o governo nacional e/ou local estará a contar com a chegada dele devido às informações recebidas através da polícia ou das agências de segurança e de informação, de outros governos ou de vias de informação diplomáticas ou será informado pouco tempo depois do combatente terrorista estrangeiro regressar através das autoridades locais, dos profissionais do campo, dos membros da família ou do próprio combatente terrorista estrangeiro. As avaliações de informação e as investigações policiais são pré-requisitos para determinar o potencial risco e quando deve ser realizada a ação penal (**capítulo 3**).

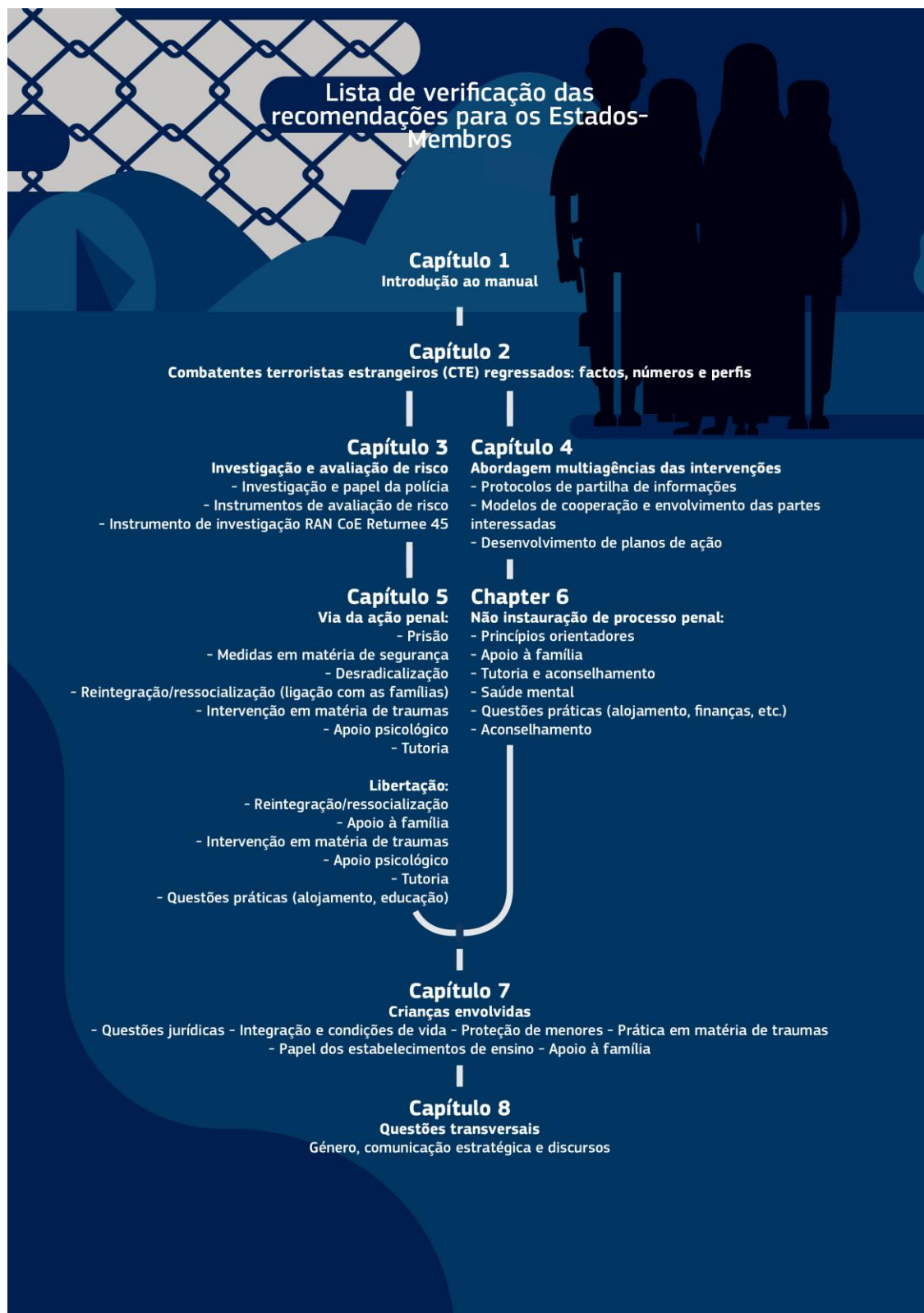
Em paralelo a isto, é necessária uma coordenação a nível nacional e local para apoiar o plano de intervenção dos vários organismos implicados destinado à reintegração do regressado na sociedade (quer imediatamente quer após a conclusão da pena de prisão), minimizando assim o potencial risco que pode ser colocado pelo regressado. Também é necessário informar uma equipa local composta por vários organismos implicados da cidade natal do regressado e iniciar a preparação da sua resposta (**capítulo 4**).

O regressado pode ser objeto de uma ação penal, preso e libertado (em liberdade condicional) ou receber uma pena de serviço comunitário (em liberdade condicional) (**capítulo 5**). Em alternativa, este não será condenado e a ressocialização deve ser iniciada imediatamente (**capítulo 6**).

Caso estejam envolvidas crianças, estas exigem cuidados especiais. Na maioria dos casos, estas voltarão a ficar aos cuidados dos pais regressados, mas necessitarão de cuidados específicos (**capítulo 7**).

Por último, no **capítulo 8**, serão apresentadas algumas informações e sugestões para as questões transversais de género e comunicações relativas aos combatentes terroristas estrangeiros regressados.

A estrutura do Manual dos Regressados deve ser visualizada da seguinte forma (ver a página seguinte):



2 Combatentes terroristas estrangeiros regressados: factos, números e perfis

Este capítulo fornece informações sobre aquilo com que a Europa tem de lidar no que diz respeito aos combatentes terroristas estrangeiros regressados, bem como sobre o motivo pelo qual tantas pessoas abandonaram a Europa para se juntarem a grupos terroristas. Analisa os vários perfis diferentes que compõem os combatentes terroristas estrangeiros da Europa, bem como os diferentes motivos para o regresso e os desafios que estes criam.

Combatentes terroristas estrangeiros (CTE)

Os combatentes terroristas estrangeiros não são um fenómeno recente. Muitas zonas de conflito atraíram estrangeiros no passado, tais como a Bósnia, a Chechénia, o Afeganistão, o Paquistão, etc. O efeito colateral também se tornou evidente em várias atrocidades terroristas, tais como os bombardeamentos de Londres em 2005, cujos autores dos ataques tinham recebido treino terrorista estrangeiro no Paquistão. O que é único nos atuais contingentes de combatentes estrangeiros na Síria e no Iraque é o volume de combatentes estrangeiros, que apresenta um número sem precedentes. Muitos destes cidadãos europeus que viajaram para a Síria, o Iraque e outras zonas de conflito onde os grupos terroristas assumiram o controlo estão agora a voltar. Na verdade, muitos deles já regressaram.

Nos últimos meses, o Daesh tem estado sob uma maior pressão militar na Síria e no Iraque, o que fez com que o grupo perdesse terreno, líderes, mão de obra e rotas de abastecimento. Se o «califado» do Daesh sofrer uma derrota militar ou cair, prevê-se um aumento do número de combatentes terroristas estrangeiros que regressarão à Europa (em especial à Áustria, à Bélgica, à Dinamarca, à França, à Finlândia, aos Países Baixos, à Suécia e ao Reino Unido). Embora seja difícil prever de que forma evoluirá a situação, os Estados-Membros da UE mais afetados esperam um aumento lento, mas gradual, do número de regressados, ao invés de grandes números ao mesmo tempo. Foram efetuadas várias estimativas, que preveem um número entre 1200 e 3000 regressados. Estes indivíduos terão contextos diferentes e uma grande parte dos regressados serão mulheres e crianças. Até ao momento, a taxa de regresso dos combatentes terroristas estrangeiros é de cerca de 20 a 30 %.

2.1 Factos e números

Mais de 42 000 combatentes terroristas estrangeiros viajaram para se juntarem ao Daesh, provenientes de mais de 120 países (entre os anos de 2011 a 2016). **Mais de 5000 combatentes terroristas estrangeiros partiram da Europa.** Muitos destes combatentes abandonaram a Bélgica, França, Alemanha e o Reino Unido, mas existem números significativos de combatentes que abandonaram a Áustria, a Dinamarca, a Finlândia, a Itália, os Países Baixos, a Espanha e a Suécia. A **percentagem média de combatentes terroristas estrangeiros que regressaram à Europa é de cerca de 30 %**, mas o número é mais alto para os países como a Dinamarca, a Suécia e o Reino Unido. Quase metade dos combatentes terroristas estrangeiros provenientes destes países regressaram.

A mobilização de combatentes terroristas estrangeiros parece ter atingido o valor máximo em 2015 e os **fluxos baixaram significativamente em 2016** no que diz respeito às viagens para a Síria. O conflito contínuo

no Iraque, na Síria e em outras zonas de conflito, em conjunto com a queda do Daesh, originou preocupações sérias e crescentes sobre um êxodo em massa dos combatentes e uma grande entrada de combatentes terroristas estrangeiros regressados. Torna-se claro que a Europa pode contar com um crescimento do número de pessoas que regressarão após terem vivido e combatido com o Daesh ou com o Hayat Tharir al-Sham ligado à Al-Qaida (HTS, anteriormente conhecidos como Jahbat Fatah al Sham, o antigo Jahbat-al Nusra).

Os peritos consideram improvável um êxodo em massa dos combatentes terroristas estrangeiros, mas alguns regressarão aos seus antigos bairros (esta situação é mais provável no caso de mulheres e crianças). Alguns deles serão presos, outros não. A maioria destes combatentes sofrerá traumas por terem sido responsáveis ou testemunhas de atos de violência. Alguns regressados sofrerão sentimentos de desencantamento e até mesmo remorso; outros continuarão a ter perspetivas extremistas violentas e podem tornar-se radicalizadores influentes ou até mesmo futuros terroristas. Alguns regressão com a intenção explícita de planear e executar ataques.

Os ataques terroristas ocorridos em Bruxelas em maio de 2014 (no Museu Judaico) e em março de 2016 (no aeroporto e na estação de metro), bem como os vários ataques ocorridos em Paris em novembro de 2015, foram todos atrocidades cometidas em algum nível por combatentes terroristas estrangeiros regressados. Nos ataques de Paris, pelo menos seis dos terroristas eram combatentes terroristas estrangeiros regressados da Síria, ao passo que três dos cinco terroristas de Bruxelas eram combatentes terroristas estrangeiros regressados. Embora muitos dos combatentes terroristas estrangeiros regressados não venham a tornar-se terroristas operacionais, o mero contacto com grupos terroristas «jiadistas», tais como o Daesh e/ou o HTS, traduz-se em riscos de segurança nacional significativos. **A conectividade operacional entre o Daesh e os autores dos ataques foi identificada num número significativo de planos terroristas dentro da Europa.** Entre os anos de 2014 e 2016, foram realizados 42 ataques terroristas contra o Ocidente, dos quais 38 envolviam alguma ligação entre o Daesh e os terroristas que realizaram os ataques.⁵

2.2 Recrutamento, motivações e condições de vida

Não existe um perfil único para os combatentes terroristas estrangeiros regressados. As suas histórias, experiências, traumas e aptidões são significativamente diferentes. Qualquer abordagem eficaz aplicada para lidar com os regressados deve ter isto em conta. Neste capítulo, o manual fornece informações aprofundadas sobre as táticas de recrutamento do Daesh, a situação na Síria e no Iraque e os diferentes papéis desempenhados por vários tipos de combatentes terroristas estrangeiros, incluindo mulheres e crianças.

2.2.1 Recrutamento e viagem

As rotas de viagem utilizadas por estes indivíduos para se juntarem ao Daesh ou a outros grupos terroristas muitas vezes envolvem viagens para cidades na Turquia e depois viagens para a fronteira entre a Turquia e a Síria. Lá, os recrutas são ajudados a atravessar a fronteira por colaboradores do Daesh; são entrevistados

⁵ Olidort J. (2016), Inside the Caliphate's Classroom: Textbooks, Guidance Literature and Indoctrination Methods of the Islamic State (Dentro da sala de aulas do califado: manuais, literatura e métodos de doutrinação do Estado Islâmico), *Policy Focus* 147

ou interrogados, preenchem formulários de recrutamento para verificar quem organizou a viagem e fornecem outros dados pessoais que possam ser verificados. Este formulário inclui 23 campos de dados.⁶ Os testemunhos dos combatentes estrangeiros revelam que **os recrutados são depois separados de acordo com as aptidões específicas identificadas pelo Daesh** que determinam se o recrutado irá, depois do campo de treino, assumir funções na linha da frente ou funções mais especializadas. Durante o preenchimento do ficheiro pessoal do Daesh, também é perguntado aos recrutados do sexo masculino quem os recomendou ou quem pode confirmar as suas referências e que papel querem assumir. Mais especificamente, é pedido aos recrutados que «selecionem uma entre três opções: combatente, bombista suicida e combatente suicida (inghimasi)». Este formulário de recrutamento é um instrumento valioso para a verificação das informações fornecidas pelos combatentes terroristas estrangeiros regressados durante as entrevistas.

Os **manuals de recrutamento**, tais como o *Hijrah to the Islamic State (2015)* fornecem conselhos práticos para a preparação, equipamento e viagem, bem como orientações sobre o disfarce aquando da chegada à Turquia e a caminho de várias casas de abrigo ao longo da fronteira. Também contém secções destinadas a mulheres que viajam para a Síria. As recrutadas do sexo feminino são avisadas de que têm autorização para viajar sem um mahram (guardião do sexo masculino) para ocultarem os seus propósitos. Ao viajarem com o seu marido, as mulheres são levadas para uma casa separada chamada madhāfah⁷ até os homens concluírem o campo de treino. Desde o outono de 2015, as taxas de viagem reduziram. O abrandamento das viagens deve-se a um esgotamento do número de recrutados, ao sentimento de desencantamento experienciado pelos combatentes regressados, às perdas militares e territoriais do Daesh e às medidas de segurança específicas contra os combatentes estrangeiros, que dificultam as viagens.

2.2.2 Motivações para as viagens (*hijrah*)

Existem vários motivos para os indivíduos se juntarem a grupos extremistas violentos, como o Daesh e o HTS. Isto significa que **não existe um perfil psicológico único para os combatentes terroristas estrangeiros**. Estes possuem diversas nacionalidades, etnias, faixas etárias e pertencem aos dois géneros. Não existe apenas um, mas vários fatores combinados para formar infinitas combinações de causas. O processo de radicalização é influenciado por um caleidoscópio de fatores de incentivo e desincentivo impulsionados pelas redes sociais, pelas dinâmicas de grupos e pelos radicalizadores⁸. Existe ainda uma escassez de informações consolidadas e baseadas em provas sobre o contexto e o processo de radicalização desses combatentes terroristas estrangeiros que abandonaram o seu país de origem para partirem para a Síria e o Iraque, bem como sobre os problemas dos regressados conexos. Muitas vezes as informações estão na posse dos serviços de segurança e da polícia. Contudo, existem algumas exceções, conforme explicado abaixo.

⁶ Dodwell, B., Milton, D., Ressler, D., *Then and Now: Comparing the Flow of Foreign Fighters to AQI and the Islamic State*. Retirado de <https://www.ctc.usma.edu/v2/wp-content/uploads/2016/12/Then-and-Now.pdf>.

⁷ A palavra madhāfah aplica-se a qualquer casa de visita ou casa de hóspedes. Desde a jiadé em Afeganistão, é usada para as casas de abrigo onde os terroristas estrangeiros ficam hospedados antes de se juntarem aos campos de treino jiadistas.

⁸ Rede de Sensibilização para a Radicalização (RSR), (2016). Documento temático: «Causas profundas do extremismo violento». Disponível em https://ec.europa.eu/home-affairs/sites/homeaffairs/files/what-we-do/networks/radicalisation_awareness_network/ran-papers/docs/issue_paper_root-causes_jan2016_en.pdf

Uma forma de compreender por que motivo os indivíduos se sentem motivados e são recrutados para se juntarem a estes grupos é analisar os **temas centrais da propaganda do Daesh** e a forma como esta é construída. [Ingram⁹](#) defende que os elementos construtivos da propaganda do Daesh resultam de três temas interrelacionados e interligados: **a identidade, a construção da crise e a construção da solução**. De igual forma, o Daesh usa a interação entre discursos de reforço do valor, da dicotomia e da crise para reforçar as identidades dentro e fora do grupo, bem como o sistema geral de significado. São projetados temas específicos na propaganda do Daesh, de acordo com [Winter¹⁰](#), tais como: **misericórdia, pertença, brutalidade, vitimização, guerra e utopia**. [Outros¹¹](#) identificaram temas como: **militar, governação, da'wa (propagação), hisbah (controlo da sharia), promoção do «califado» e ataques aos inimigos**. Estes estudos oferecem pontos de entrada para a compreensão da motivação dos combatentes terroristas estrangeiros para realizarem a *hijra*.

Um [estudo¹²](#) sobre as edições anteriores das revistas do Daesh, a *Dabiq* e a *Rumiyah*, revela diferentes temas projetados, mas uma predominância por dois: guerra e utopia. Conforme esperado, demonstra que o **problema da guerra se tornou mais proeminente** ao longo do tempo, à medida que o Daesh foi perdendo território. Em termos de temáticas bélicas, o Daesh projeta vitória inevitável, martírio, assassinio dos inimigos e vitimização. Os temas relativos à utopia focam-se na pertença, assistência social, justiça e ordem e na irradicação das transgressões culturais.

⁹ Ingram, H.J. (2016), *Deciphering the Siren Call of Militant Islamist Propaganda* (The Hague: ICCT).

¹⁰ Winter, C., *Documenting the Virtual Caliphate* (Londres: Quilliam Foundation, 2015).

¹¹ Zelin, A. Y., *Picture Or It Didn't Happen: A Snapshot of the Islamic State's Official Media Output*. (Versão de 2015).

Retirado de <http://www.terrorismanalysts.com/pt/index.php/pot/article/view/445/html>

¹² Kaati, L., (2017), *Det digitala kalifatet: En studie av Islamiska statens propaganda* (Estocolmo: FOI (FOI-R—4429—SE)).

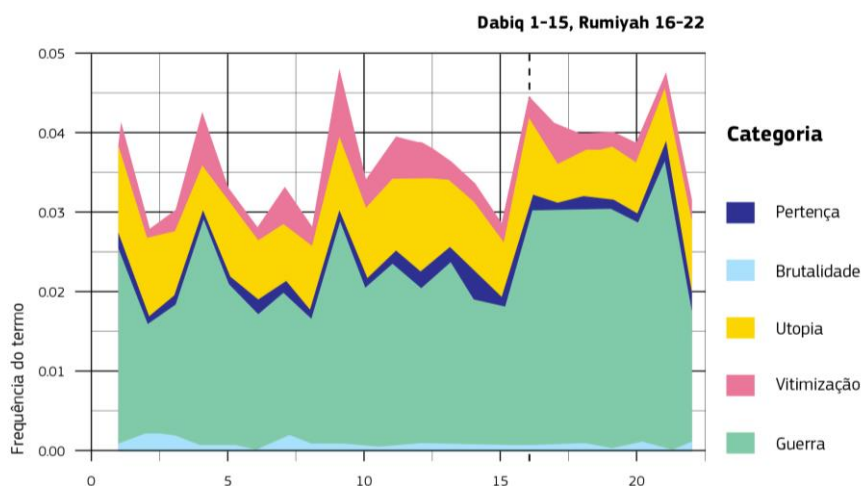


Figura 2: Lisa Kaati (FOI, maio de 2017).

Um tema central que o Daesh promove para atrair apoiantes e recrutas é o sucesso. O slogan do Daesh «*Baqiyah wa-Tatamaddad*» (permanecer e expandir) projeta a imagem que o Daesh obtém constantemente sucesso e vitória inevitável. Como tal, está em constante movimento e em ação cinética. **Combina esta imagem de estatuto e pertença à imagem de uma utopia para «muçulmanos devotos»** e, ao mesmo tempo, projeta-se como um defensor dos muçulmanos sujeitos ao assédio e ao ataque violento dos opressores e dos tiranos. De acordo com a propaganda do Daesh, as condições opressivas vividas por aqueles que sofrem, em conjunto com a promessa da utopia religiosa, criam uma função sagrada de cada pessoa realizar o *hijra* e aplicar a jadae contra os inimigos. Mesmo os contratemplos e as derrotas são interpretadas como parte do processo que conduz às batalhas apocalípticas finais, que fazem parte da escatologia do Daesh.

As **estratégias de recrutamento** são realizadas *online* e *offline*. As mensagens *online* são simples, poderosas e binárias e oferecem aos muçulmanos a escolha de abandonarem a sua vida secular e ambivalente no Ocidente para realizarem a *hijrah* ao chamado califado ou permanecerem oprimidos e subjugados pelos tiranos do Ocidente. Como tal, o recrutamento do Daesh centra-se nas técnicas aliantes que exploram a confusão de identidade e foca-se na persuasão, na manipulação emocional e na obediência total.

Existem vários motivos que explicam porque os recrutas se sentem atraídos por esta ideologia destrutiva e se sentem motivados a juntarem-se. Para alguns, o que está em causa é a **excitação e o estatuto**, as **oportunidades** de pilhagem, **questões salariais e de alojamento** e a oportunidade de manter as mulheres como escravas; para outros, é uma oportunidade de oferecer **ajuda humanitária**.¹³ Para alguns, é um escape das suas vidas rotineiras, deprimentes e cheias de problemas. Outros procuram um sentimento de

¹³ A motivação humanitária era um motivo forte no início do conflito até ao ano de 2014 quando o «califado» foi declarado. Embora os indivíduos se tivessem sentido inicialmente atraídos para viajar por motivos humanitários, mais tarde, alguns deles sentiram-se atraídos por uma ideologia e caminhos destrutivos.

pertença, um sentido de propósito e um chamamento divino. Pode proporcionar excitação e ação ou regras rígidas sobre como viver num quadro moral claro. Alguns são recrutados dentro das suas famílias e círculos de amizade. Recorrendo a técnicas aliciantes, os recrutadores do Daesh identificam fraquezas psicológicas individuais e exploram habilmente estas fraquezas através de técnicas *online* e *offline*.

Leituras complementares

Documento temático da RSR «Causas profundas do extremismo violento»: Não existe só uma causa ou caminho para a radicalização e o extremismo violento. Em vez disso, existe um vasto conjunto de fatores aos níveis da análise macro, meso e micro. Este documento temático da RSR apresenta um resumo das «causas profundas» do extremismo violento.

2.2.3 Experiência na zona de conflito

As experiências dos combatentes terroristas estrangeiros regressados são variadas, mas extremamente desafiantes de lidar a vários níveis. Quando os novos recrutas atravessam para o território do Daesh, enfrentam vários controlos de segurança e sociais que limitam o seu comportamento, comunicação e liberdade de movimento. Os recrutas são separados de acordo com o género. Os combatentes terroristas estrangeiros do sexo masculino passam pelo registo e o interrogatório enquanto entregam os seus documentos de identidade.

Todos os recrutas integrados no Daesh frequentam **cursos de sharia obrigatórios**. A duração do curso depende da avaliação que o Daesh faz da lealdade e o valor do indivíduo para o grupo, mas pode durar entre três semanas a três meses ou mais. Estes cursos são realizados juntamente com o **treino militar** e o seu conteúdo depende de se houver uma necessidade de integrar novos combatentes ou se o recruta está a receber treino para um ataque suicida.

O Daesh também utiliza **táticas de choque**, dentro e fora do campo de batalha. Uma das estratégias centrais é a utilização de brutalidade extrema, que envolve decapitações em massa, execuções à queima-roupa e tortura. Isto obriga à submissão da população através do medo e possibilita o controlo de territórios ocupados. Não são apenas os adultos que são alvo desta brutalidade, mas também as crianças, algumas das quais são recrutadas para seguirem a doutrina e integradas em campos de treino a partir dos 9 anos. As crianças jovens e impressionáveis não só são expostas à devastação causada pela guerra, mas também a inúmeros atos de crueldade inqualificável, desde decapitações em massa a flagelações em público, amputações e crucificações. Algumas crianças foram integradas em missões de combate e assumiram o papel de executores.

O Daesh também usa as crianças como olhos e ouvidos – como informadores – de forma a criar um ambiente de elevada desconfiança. Isto destrói as ligações tradicionais do clã e a lealdade familiar, uma vez que as acusações de infrações à sharia são utilizadas como uma ferramenta para as lutas dentro do Daesh e contra todos os inimigos. Os tribunais que aplicam a sharia são administrados pelo *Diwan* do Julgamento e da Moralidade e realizam os julgamentos religiosos sobre todas as matérias. Uma burocracia considerável e uma documentação e papelada meticulosas fornecem melhores funções de controlo. O controlo das infraestruturas, da comida, da água e dos empregos é usado como uma ferramenta contra os locais para os forçar a juntarem-se ao Daesh. O *Diwan* da Segurança Pública executa a segurança interna e o trabalho de contraespionagem. É proibido viajar para fora dos limites das cidades sem permissão e é necessária uma autorização oficial.

Ao chegarem à Síria, as **mulheres** são obrigadas a viver em dormitórios femininos individuais conhecidos como *maqar*. Estas podem escolher os maridos, mas depois eles são enviados com regularidade para as linhas da frente ou em missões. Se o marido morrer, a mulher é colocada num *shahada's maqar* (para viúvas).

As mulheres são obrigadas a seguir um código de vestuário rigoroso em público e a usar um niqab e luvas. O *Diwan Hisbah* (polícia da moralidade) aplica estas regras rigorosas em matéria de códigos de vestuário e de viagens. Se apanhar alguma mulher que não seguiu o código de vestuário, o *Hisbah* pode emitir um aviso para o marido. O marido deve então comparecer perante um tribunal que aplica a sharia, onde serão decididos os castigos a aplicar ao marido e à mulher, que vão desde uma multa a uma flagelação em público ou até mesmo à morte.

2.2.4 Regresso à Europa

Os combatentes terroristas estrangeiros regressados chegam novamente à Europa através de várias rotas:

- alguns solicitam apoio consular, especialmente se precisarem de passaportes novos ou de assistência com crianças nascidas na Síria ou no Iraque; alguns viajam com documentos de identidade falsos;
- alguns regressam através de desvios por outros destinos europeus; alguns regressam diretamente através da Turquia.
- alguns são apanhados pelas autoridades turcas ou iraquianas ou pelas forças curdas;

Ao viajarem para destinos europeus, os regressados podem cruzar-se com agentes policiais ou seguranças nos aeroportos, que detêm os regressados ou, pelo menos, os sujeitam a um interrogatório para avaliar os níveis de risco, o estado de espírito dos regressados, bem como a sua condição geral. Alguns dos regressados retornam sem que as autoridades se apercebam da sua chegada ou acabam por comunicar a sua chegada ou a sua chegada é comunicada por membros da família, pelas autoridades locais ou pelos profissionais. Alguns deles podem permanecer despercebidos. Se não forem acusados de crimes terroristas, alguns dos regressados podem ser objeto de uma ação penal por fraude financeira ou por fraude nas prestações sociais. Muitas vezes esta primeira reunião pode ser usada como um ponto de entrada para posteriores investigações e intervenções. Também é benéfico utilizar instrumentos de avaliação de risco (ver o capítulo 3) nesta reunião e em reuniões subsequentes.

Os serviços de segurança e a polícia devem fornecer informações, possivelmente através de um ponto de contacto próprio (ver o capítulo 4), à **equipa de coordenação local composta por vários organismos implicados** atribuída ao caso. O mais provável é esta equipa incluir: o coordenador ou representante da autoridade local, a polícia local, o assistente social/profissional de apoio à família, os serviços de proteção de menores e um profissional de saúde mental. Com base no caso, pode estar envolvido um profissional de educação, um representante da prisão e/ou da liberdade condicional, profissionais de ONG (por exemplo, assistentes do programa de saída [Exit]) ou membros da comunidade. Devem ser realizadas reuniões para discutir os regressados em cada agência individual para a troca de informações e pontos de vista sobre o regressado em causa e de que forma este deve ser abordado para chegarem a um consenso sobre a melhor forma de intervenção.

Esta equipa de coordenação composta por vários organismos implicados deve fornecer, na medida do possível, uma perspetiva de 360 graus sobre o indivíduo em causa, sobre os pais, os filhos, os amigos, o historial e as circunstâncias atuais. **A equipa deve desenvolver um plano de ação personalizado para o**

regressado em causa e instruções claras sobre quais as agências responsáveis pela realização de reuniões, avaliações de risco e diálogos com o regressado, os seus familiares, amigos e partes interessadas pertinentes (ver o capítulo 4).

Se os regressados forem detidos, acusados e condenados a penas de prisão (ver o capítulo 5), a equipa de cooperação local composta por vários organismos implicados deve avaliar e realizar reuniões precoces com o recluso, bem como com os seus pais e cônjuge, para estabelecer uma relação pessoal e, possivelmente, uma relação de trabalho. Esta relação pode abranger intervenções de ressocialização, tais como tutoria, apoio psicológico, apoio aos pais e redes, assistência prática para lidar com as autoridades no que diz respeito ao alojamento, emprego, condições de libertação, etc. (ver o capítulo 6).

Se o regressado não for objeto de uma ação penal, é importante que a equipa de coordenação local composta por vários organismos implicados se reúna para estabelecer procedimentos para a gestão do regressado e das possíveis necessidades. É importante que a equipa organize **a tutoria e o apoio à família**. Estas intervenções podem ser encaradas como barómetros para o bem-estar do regressado. Oferecem a oportunidade de realizar avaliações de risco do regressado e uma avaliação da dinâmica familiar. Ao mesmo tempo, oferecem a oportunidade de estabelecer relações de confiança e de trabalho com o regressado e a respetiva família (ver o capítulo 6).

Outra questão importante consiste em avaliar o bem-estar das crianças nestes lares e protegê-las de quaisquer riscos, tais como a doutrinação ou a imposição de regresso às áreas controladas por terroristas. Estas avaliações difíceis devem ser realizadas por profissionais. É crucial e necessário realizar uma consulta extensiva com o regressado e com os familiares e amigos (ver o capítulo 7).

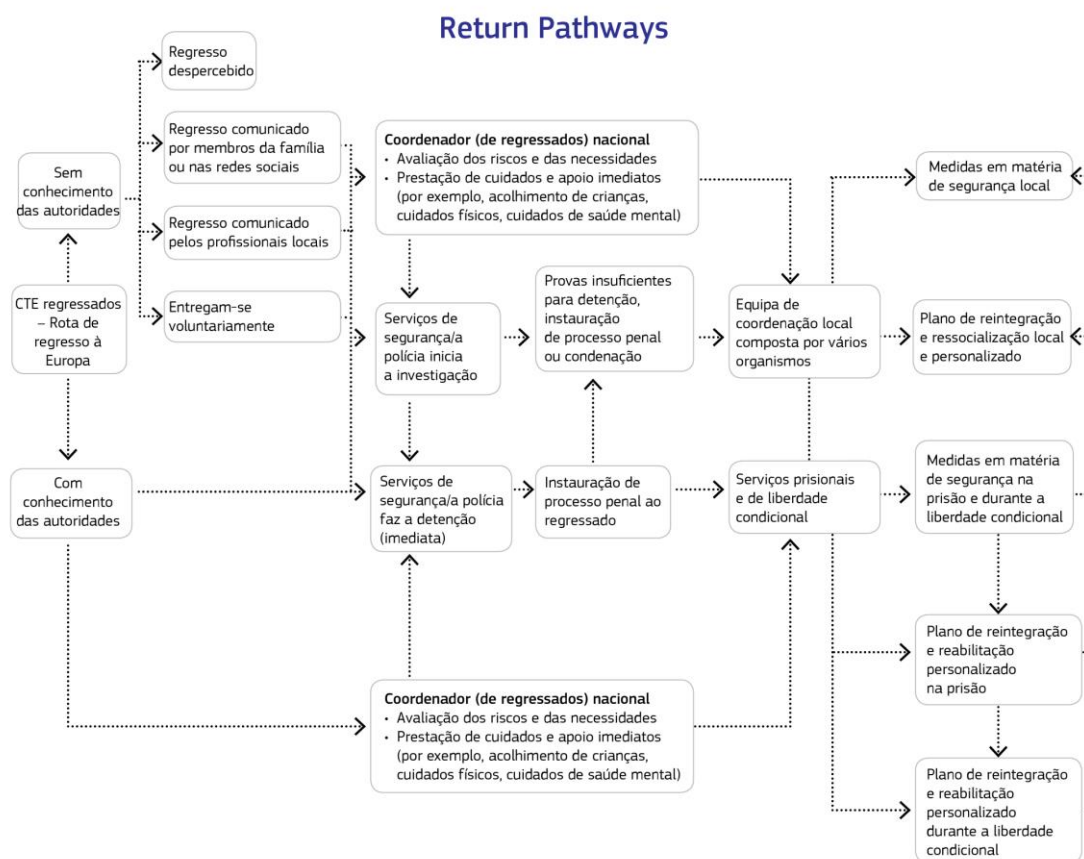


Figura 3, Regresso esquemático à Europa

2.3 Os diferentes perfis dos combatentes terroristas estrangeiros regressados

Os combatentes terroristas estrangeiros regressados têm diferentes perfis, bem como diferentes motivos para o regresso. Aqueles que viajaram para se juntarem ao Daesh ou ao Hayat Tahrir al-Sham (HTS) assumiram vários papéis dentro das organizações, desde bombistas suicidas a combatentes e outros papéis auxiliares.

2.3.1 Diferentes gerações

Como primeiro passo para a personalização das respostas a vários grupos de regressados, talvez seja benéfico considerar duas gerações, embora não seja apropriado aplicar uma diferenciação rígida:

- a) A primeira geração de regressados, predominantemente masculina e com motivações humanitárias para sair da Europa e/ou para combater o regime da Assad, era,— com algumas exceções notáveis — mais dada ao desencantamento, bastante menos violenta e relativamente livre para abandonar o território sob domínio de terroristas;

- b) A atual segunda geração de regressados é mais endurecida pela batalha e ideologicamente empenhada e viu-se obrigada a fugir da vigilância generalizada do Daesh para escapar e pode ter regressado com motivações violentas: comprometer a segurança dos cidadãos da UE.

Existem ainda **crianças regressadas** a ter em conta. A partir dos 9 anos, algumas crianças receberam treino militar e ideológico. As crianças regressadas experienciaram traumas de guerra, testemunharam execuções e punições e, em alguns casos, foram obrigadas a executar pessoas. Isto encontra-se destacado, por exemplo, pela agência de informação neerlandesa AIVD nas suas publicações *Focus on Returnees*¹⁴ (2017) e *Life With Daesh: The Myth Unravelling*¹⁵ (2016).

Uma vez que o Daesh criou muitas barreiras à saída dos combatentes terroristas estrangeiros (vigilância apertada e monitorização da comunicação, ameaças de execução), as autoridades precisam de **questionar as intenções dos regressados**, investigar se estes cometeram crimes (incluindo no estrangeiro) e se têm outros motivos para regressarem, tais como o planeamento de ataques em território europeu.

Leituras complementares

Centro de estudos de ameaças assimétricas (CATS) na Universidade de Defesa Nacional Sueca

Este [estudo](#) examina um conjunto de variáveis dos combatentes estrangeiros provenientes da Suécia que se juntaram a grupos terroristas jihadistas na Síria e no Iraque entre junho de 2012 e setembro de 2016.

Publicações do serviço de informação neerlandês sobre o Daesh

Este [documento](#) descreve a vida dentro do chamado califado.

Este [documento](#) descreve as possíveis ameaças colocadas pelos regressados à sociedade.

2.3.2 Diferenças entre homens, mulheres e crianças

- **Regressados do sexo masculino:** Sobretudo os homens podem ter estado envolvidos em crimes de guerra, tais como homicídios, violações e escravidão e podem ter praticado atrocidades terroristas ou extremistas violentas. **Todos estes homens testemunharam situações de violência extrema e viveram em condições perigosas e insalubres.** Também importa notar que o sentimento de desencantamento dentro de um grupo terrorista não equivale necessariamente a um afastamento de uma ideologia violenta nem à desvinculação da causa «jihadista» aquando do regresso à UE.
- **Regressados do sexo feminino:** Algumas das análises das mulheres que se juntaram ao Daesh retratam-nas como vítimas¹⁶. Esta perspetiva destitui as mulheres da sua determinação e ignora o facto de **as mulheres ocidentais que se juntam a grupos jihadistas serem, por norma, muito motivadas em termos de ideologia.** Muitas mulheres juntam-se ao Daesh motivadas por **ideais utópicos** e para preencherem

¹⁴ Serviço de segurança e informação geral neerlandesa (2017), *Focus on Returnees*. Retirado de

<https://english.aivd.nl/publications/publications/2017/02/15/publication-focus-on-returnees>

Serviço de segurança e informação geral neerlandesa (2016), *Life with ISIS: the Myth Unravelling*. Disponível em

<https://english.aivd.nl/publications/publications/2016/06/17/life-with-isis-the-myth-unravelling-available-in-arabic>.

¹⁶ Ver, por exemplo, Lakhani, S., Ahmadi, B. (2016), *Women in Extremist Movements: Not Just Passive Victims*,

(Institute of Peace dos EUA). Retirado de <https://www.usip.org/blog/2016/11/women-extremist-movements-not-just-passive-victims>

uma necessidade de **excitação e importância**. A propaganda do Daesh centra-se na projeção de uma imagem idealizada da vida na Síria e no Iraque. Outros fatores que justificam a saída das mulheres da Europa para se juntarem ao Daesh prendem-se com as adolescentes que se apaixonam pela imagem de casarem com um «guerreiro» ou com situações de discriminação (entendida ou experienciada). Muitas mulheres desejam o estabelecimento do chamado califado, de acordo com a metodologia profética, que é, na sua base, — no seu sistema de crença — um sistema de governação completo. O Daesh projeta uma imagem romantizada de uma sociedade livre de discriminação, na qual as mulheres são livres de praticarem a sua fé. A cosmovisão salafista-jiadista dialética do Daesh, que divide o mundo em opostos, tais como pureza e impureza, centra-se na rejeição da *dunya* (o mundo material), que os seguidores condenam como corrupta e poluidora.

Muitas mulheres foram levadas a acreditar que, ao juntarem-se ao Daesh, isso lhes concederia uma sensação de **empoderamento**. Algumas encararam este gesto como uma revolta que as poderia libertar das restrições e das tradições dos pais e que lhes permitia descobrir a sua identidade, comunidade e um sentimento de pertença. Quando se juntaram ao Daesh, elas assumiram que poderiam tomar decisões independentes acerca das suas vidas e do seu futuro e que poderiam casar sem terem de ser subjugadas ao controlo familiar. O Daesh projeta a família como o ponto focal central, garantindo a estabilidade para os combatentes terroristas estrangeiros que viajam para a linha da frente e dando primazia à moralidade.

A revista Dabiq do Daesh retrata as mulheres como mães e como seres indispensáveis para a sobrevivência a longo prazo do chamado Estado Islâmico. A responsabilidade principal das mulheres é criar os seus filhos e ensinar-lhe os valores fundamentais do chamado califado: os filhos devem sacrificar-se como mártires e as filhas devem seguir o exemplo da mãe.

O Daesh desenvolveu uma burocracia intrincada da virtude pública que é reforçada pelo *Hisbaa* e pelos tribunais que aplicam a sharia. Isto inclui uma longa lista de códigos de vestuário e comportamentos proscritos. Por exemplo, todas as mulheres são obrigadas a sair de casa com um guardião do sexo masculino. As mulheres devem ser acompanhadas por um *mahram*, que é um guardião do sexo masculino da sua família, tal como um pai ou um irmão, ou outra mulher, durante as saídas de casa ou durante as viagens. A unidade *al-Khaansa* composta apenas por mulheres aplica a virtude pública, aplica punições e estabelece bloqueios de estradas para revistar mulheres (de forma a garantir que os homens não usam um niqab como disfarce). Várias mulheres ocidentais juntaram-se a esta unidade.

O recrutamento de mulheres para o Daesh ocorre normalmente através das redes sociais e no decurso de atividades sociais, tais como o acolhimento de crianças, a preparação de refeições e durante manifestações ativistas.

Também é notório que **as mulheres desempenham um papel ativo na divulgação da propaganda do Daesh** nas redes sociais para atraírem mais recrutas do sexo feminino. As mulheres da Síria também se mostraram disponíveis para ajudar outras pessoas que estejam à procura de conselhos para realizar um *hijra*, para saber o que levar na mala, quanto dinheiro levar, etc.

Os regressados do sexo feminino muitas vezes regressam aos seus países de origem dentro da União Europeia por uma ou várias razões: algumas sentem-se desencantadas depois de experienciarem a dureza e a opressão ou depois do seu marido ter sido morto; outras regressam para receber

tratamento médico e apoio familiar. Nalgumas circunstâncias, os familiares destas mulheres compraram-lhes a liberdade e resgataram-nas. Algumas mulheres regressam devido a pressão familiar.

É importante salientar que existem apoiantes do Daesh do sexo feminino que irão provavelmente exercer pressão sobre os regressados do sexo feminino assim que estas regressarem.

- Crianças regressadas: As crianças e os menores trazidos da Síria ou nascidos em famílias que estabeleceram uma aliança com o Estado Islâmico representam um problema sério e que exige cuidados especiais. Um número significativo de crianças foram levadas para a Síria e o Iraque por um ou ambos os pais. Muitas delas nasceram no seio de famílias de combatentes terroristas estrangeiros no campo. Em relação às crianças que nasceram na zona de conflito, estas correm o risco de serem consideradas apátridas, uma vez que os assentos de nascimento do Daesh são inválidos. É importante estabelecer a filiação para permitir que as crianças regressem à Europa com os pais.

É extremamente difícil apresentar números exatos para as crianças que vivem em território controlado pelo Daesh na Síria e no Iraque. Muitas mulheres engravidam rapidamente, uma vez que os métodos contraceptivos são ilegais, e porque o Daesh quer que as famílias tenham o máximo de filhos possível. Por exemplo, **o coordenador neerlandês do combate ao terrorismo estima que pelo menos 80 crianças com uma ligação aos Países Baixos vivem em território controlado pelo Daesh na Síria e no Iraque.** Destas 80 crianças conhecidas, 30 % têm entre quatro a oito anos e cerca de metade delas tem três anos ou menos. De acordo com oficiais franceses, existem cerca de 460 menores franceses no território controlado pelo Daesh e metade deles têm menos de cinco anos e um terço deles nasceram lá. Os oficiais belgas comunicaram cerca de 78 menores belgas em território controlado pelo Daesh.

O recrutamento de crianças para o Daesh começa formalmente aos 9 anos de idade e continua até estas terem cerca de 15 anos. As crianças com a tenra idade de 9 anos recebem treino de armas.¹⁷ Muitas destas crianças são recrutadas através de vários métodos, desde a doutrinação religiosa em mesquitas e campos, pelos pais e através de regalias financeiras. Esta socialização infantil abarca pelo menos seis fases: «sedução, educação, seleção, subjugação, especialização e posicionamento»¹⁸. Estes *Ashbal al-Khilafah* ou «crias do califado» são muitas vezes obrigados a frequentar campos onde são sujeitos a uma doutrinação ideológica intensa, a treino nas habilidades de combate (artes marciais e autodefesa) e onde aprendem a lidar com prisioneiros.

Os recrutas infantis do Daesh são integrados na doutrinação de forma a mostrarem lealdade absoluta para com o Daesh e um compromisso com o martírio por uma causa maior. Esta lealdade é inculcada através de instruções religiosas e da visualização de vídeos do Daesh. Depois de aprenderem os postos do Daesh, as crianças assumem várias funções: espiões, pregadores, recrutadores, soldados, executores e bombistas suicidas. Os professores e os oficiais do Daesh pedem às crianças que ajam como informadores, de forma a comunicarem quaisquer comportamentos suspeitos dos pais ou de outros membros que violem as leis religiosas ou que indiquem oposição às regras do Daesh.

¹⁷ Serviço de segurança e informação geral neerlandesa (2017), *Focus on Returnees*. Disponível em <https://english.aivd.nl/publications/publications/2017/02/15/publication-focus-on-returnees>

¹⁸ Horgan, J. G., Taylor, M., Winter, C., *From Cubs to Lions: A Six Stage Model of Child Socialization into the Islamic State. Studies in Conflict & Terrorism* (Volume 40, edição 7, 2017).

Muitas vezes é pedido às raparigas que fiquem em casa com as mães para poderem dar apoio aos seus futuros maridos. A educação religiosa também é encorajada. De acordo com o manifesto do Daesh «Mulheres do Estado Islâmico: Manifesto e Estudo de Caso», as raparigas podem casar quando atingem os nove anos e, o mais tardar, aos 16 ou 17 anos. Não devem trabalhar.

As crianças também são usadas na propaganda do Daesh: O Daesh filma e distribui vídeos de execução nos quais as crianças matam prisioneiros de forma bárbara. O recurso a crianças por parte do grupo não só é tático, mas também estratégico, em termos de construção do estado e de fomentação de uma nova geração. As crianças são encorajadas a juntarem-se ao Daesh como bombistas suicidas, uma função descrita pelos seus instrutores como o chamamento divino para os jovens muçulmanos devotos.

Fora dos campos de treino, as crianças são ensinadas em escolas administradas pelo Daesh, cujo programa escolar inclui apenas a educação religiosa. O Daesh produziu um programa dividido em dois níveis: «Salafização [do Islão] e ISização [da sociedade]». ¹⁹ Através deste processo, o Daesh promove apenas aquilo que entende como a interpretação purista do Islão, concentrando-se na preparação da próxima geração através de um foco no «califado», na construção do estado, na violência e no apocalipse.

O bem-estar da criança deve ser a primeira prioridade para a resposta de vários organismos. As crianças são altamente impressionáveis e maleáveis. A exposição a níveis extremos de violência cria traumas e potencialmente dessensibiliza as crianças em relação à brutalidade e à violência. Replicarem os comportamentos dos adultos é um risco significativo. Isto irá traumatizá-las e criar problemas psicossociais e possivelmente grandes riscos de segurança para o futuro. Entender a dimensão da doutrinação, a exposição à violência e as condições de vida experienciadas é crucial para a avaliação destas crianças.

Leituras complementares

[Inside the Caliphate's Classroom: Textbooks, Guidance Literature and Indoctrination Methods of the Islamic State](#) de Jacob Olidort: este documento descreve a forma como as crianças no chamado califado são ensinadas.

2.3.3 Diferentes motivos para o regresso

Podemos distinguir diferentes motivos e razões por detrás da vontade dos combatentes terroristas estrangeiros de regressarem:

1. a intenção de realizarem um ataque;
2. sentimentos de desencantamento e remorso — alguns cansaram-se das péssimas condições de vida, outros não veem qualquer oportunidade de permanecer (devido a uma perda de poder do grupo terrorista ao qual pertenceram)²⁰;
3. pressão e intervenção familiares;
4. motivos relacionados com os cuidados de saúde (por exemplo, ferimentos ou partos);

¹⁹ Olidort J. (2016), *Inside the Caliphate's Classroom: Textbooks, Guidance Literature and Indoctrination Methods of the Islamic State*, *Policy Focus* 147

²⁰ Os primeiros 3 tipos foram inspirados na tipologia usada por Richard Barrett, diretor da Rede de Estratégia Global

5. regresso depois de um refúgio na Turquia;
6. detenção e extradição para a UE.

2.4 Desafios criados pelos combatentes terroristas estrangeiros regressados

Os combatentes terroristas estrangeiros regressados constituem uma grande preocupação em matéria de segurança devido à sua experiência no campo de batalha, ao treino do uso de armas e às ligações a redes internacionais de terrorismo. **A dessensibilização em relação ao uso de violência, em conjunto com a perturbação de stress pós-traumático (PTSD)** que muitas vezes acompanha a experiência de combate e o potencial envolvimento em atrocidades, tais como aquelas que o Daesh anuncia com orgulho, aumentam ainda mais a potencial ameaça colocada pelos regressados.

Este conjunto de fatores de risco é maximizado através de sentimentos de **humilhação, frustração, brutalização, trauma e perda**. O efeito combinado destes fatores de risco pode ser a radicalização, as habilidades em combate e um menor limiar para a violência e o homicídio, bem como uma mentalidade de combate. Muitos combatentes terroristas estrangeiros sofrem de distúrbios psicológicos associativos, que se manifestam através do baixo controlo dos impulsos, de problemas de gestão de raiva e de agressão e violência nas relações sociais. Muitas vezes os combatentes terroristas estrangeiros regressam aos seus meios radicais ou *gangs* criminosos anteriores, o que cria um efeito adverso na dinâmica social.

Existem muitos **desafios em matéria de segurança** e cenários possíveis para os combatentes terroristas estrangeiros regressados. Aqueles que conseguem chegar à Turquia ou aos estados vizinhos da Síria/Iraque podem procurar apoio consular sem uma identificação adequada ou passaporte e sem meios financeiros. É necessário aplicar procedimentos e planos de contingência assim que os regressados se apresentam no estrangeiro. Estes procedimentos e planos devem ser — conforme descrito no número 2.3.4 — acompanhados pela cooperação entre os níveis locais e nacionais. As crianças que nasceram sem registo ou documentos devem ser tratadas e coordenadas.

Desafios dos regressados do sexo feminino:

- compromisso profundo com o ideal do «califado» e com o Daesh;
- pressão dos pares vinda de grupos femininos de apoio ao Daesh no país de origem;
- serem capazes de deixar a casa, uma vez que as regras do Daesh destinam-se a manter as mulheres enclausuradas dentro de casa; quebrar esta regra também implica quebrar o tabu da segregação de géneros;
- estigmatização dentro da comunidade;
- lidar com a violência e os movimentos restritivos que testemunharam/experienciaram;
- problemas relativos à proteção de menores, uma vez que as crianças também podem ser radicalizadas.

Desafios das crianças regressadas:

- provar a filiação e a nacionalidade (possivelmente através de testes de ADN);
- problemas físicos e psicológicos;
- lidar com *stress* e traumas profundos, cujos efeitos poderão manifestar-se através da perda da fala, agressividade, medo intenso e sinais de perturbação de stress pós-traumático;
- experiência de combate e sujeição a violência e punições diariamente;
- doutrinação (as crianças são ensinadas desde cedo que qualquer pessoa que não siga a interpretação correta e rigorosa do Islão é um *kufar* (descrente) e deve ser morto
- lidar com a participação em execuções;

- lidar com o anterior envolvimento em missões terroristas ou na recolha de informações importantes no Ocidente e de outras informações úteis para o Daesh;
- experiência de casamentos arranjados e abuso sexual;
- sofrimentos físicos através de situações anteriores de espancamentos, tortura e violação;
- ferimentos provocados durante as punições ou os combates;
- separação dos pais — os campos de treino são concebidos com essa finalidade;
- vulnerabilidade à influência das atitudes e dos comportamentos dos pais;
- estigmatização de «terrorista» na escola;
- laços de irmandade quebrados e linhas alteradas de lealdade, sobretudo entre crianças que procuravam afiliação e identidade;
- falta de familiaridade com a sociedade e as normas da UE.

3 Investigação e avaliação de risco

Este capítulo fornece um quadro para a realização de avaliações de ameaças e riscos para os regressados. Destina-se a orientar o processo de desenvolvimento de instrumentos adequados que a polícia e as equipas de cooperação compostas por vários organismos implicados podem usar para avaliar os riscos e as medidas de intervenção destinadas aos regressados. Este capítulo também oferece uma panorâmica de vários modelos de avaliação de risco desenvolvidos para diferentes propósitos. Não foi desenvolvido nenhum modelo específico focado em combatentes terroristas estrangeiros. Mais importante, este manual oferece esse modelo, o modelo RAN CoE Returnee 45.

Existem **quatro ações de pré-requisitos** quando um regressado volta ao seu país de origem:

1. O regressado deve ser identificado e interrogado quanto a informações sobre a sua viagem, ações e regresso e a informações sobre a organização terrorista à qual se juntou.
2. Deve ser realizada uma avaliação de risco quanto à ameaça colocada pelo regressado à sociedade.
3. A nível nacional, também é necessário que um ponto de contacto ou grupo de ação nacional — num contexto multilateral — comece a preparar as intervenções necessárias para minimizar o risco quando o regressado volta à sociedade (ver o capítulo 4 para obter mais informações). Esta pessoa também deve estabelecer contactos com a equipa de cooperação local composta por vários organismos implicados.
4. A equipa de cooperação local composta por vários organismos implicados deve começar a preparar uma abordagem coordenada adaptada às circunstâncias do regressado e ao riscos que este coloca ao regressar à sua cidade natal.

As duas primeiras abordagens são mencionadas neste capítulo — e as últimas duas no capítulo 4.

3.1.1 Após o abandono da Síria/preparação imediata do regresso

Nos casos em que os indivíduos conseguiram juntar-se a grupos terroristas no estrangeiro, é essencial que a polícia comece a trabalhar no caso deles antes do seu regresso.

Isto pode ser justificado por três razões:

1. Existe um risco significativo que os irmãos e os pares sejam alvo de recrutamento a partir do estrangeiro. Evitar o recrutamento em cadeia utilizando as mesmas redes de facilitação e financiamento é uma preocupação prioritária da polícia.
2. Nos casos em que as famílias não sabem da partida iminente, estas necessitam de forte aconselhamento e apoio para construírem relações de confiança com os seus familiares e com outras pessoas próximas do combatente estrangeiro, de forma a auxiliarem na ressocialização e na reintegração dos combatentes terroristas estrangeiros regressados.
3. Estabelecer contacto com a família fornecerá informações valiosas sobre a dinâmica e o contexto familiares. Também constituirá uma oportunidade para a recolha de dados sobre as circunstâncias que rodeiam o combatente estrangeiro, que serão valiosos na gestão do processo do regressado. A maioria dos regressados regressam para os seus contextos familiares. É importantíssimo estabelecer relações dentro destes meios e recolher informações sobre outros indivíduos vulneráveis e sobre a forma como um regressado pode influenciar os meios radicais. (Para obter mais informações sobre o apoio à família, ver o capítulo 4).

Quase todas as abordagens destinadas aos regressados na Europa seguem o mesmo processo. Este processo foi resumido pelo coordenador neerlandês do combate ao terrorismo e encontra-se na sua ficha informativa Abordagem abrangente sobre os regressados (figura 3). A abordagem é mais ou menos a mesma que a abordagem desenvolvida e melhorada para os indivíduos radicalizados que pretendem viajar ou que foram impedidos de partir pelo chamado califado. Esta **abordagem de investigação e baseada em informações torna-se a primeira linha de resposta**, começando por uma investigação criminal e uma avaliação do risco e da ameaça colocada pelo regressado para a comunidade e a sociedade. Nos casos em que não exista ação penal, o caso será tratado pela equipa de cooperação local composta por vários organismos implicados e será desenvolvida uma abordagem de caso individual. As conclusões do grupo de trabalho RAN Police (RAN POL) enfatizaram que não são necessárias novas abordagens e instituições radicais para o tratamento dos regressados. Em vez disso, o objetivo deve ser copiar abordagens de sucesso e adaptá-las e melhorá-las.

Viagem



Para evitar que as pessoas viajem com a intenção de se juntarem a uma organização terrorista, as autoridades locais e nacionais e outras organizações trabalham em estreita colaboração. Quando descobrem que alguém quer viajar para se juntar a uma organização terrorista, essa pessoa é debatida numa equipa multidisciplinar de gestão de casos. Esta equipa é composta pelo município, a polícia nacional, o magistrado do Ministério Público e outras partes nacionais e locais. Estes pesam e impõem intervenções caso a caso. Os exemplos de intervenções são: a retirada de passaportes, a utilização de sistemas internacionais para a identificação de viajantes, mandados de captura europeus ou medidas de proteção de menores.

Regresso



Os regressados são detetados o mais cedo possível de forma a minimizar a sua potencial ameaça. O magistrado do Ministério Público e a polícia investigam conhecidos viajantes jihadistas. Também podem ser sujeitos a uma investigação de informação. Estas investigações também podem divulgar que alguém pretende regressar aos Países Baixos ou à Europa. As informações são trocadas a nível internacional de forma a detetar oportunamente os regressados. Se um regressado for detetado fora do território dos Países Baixos, este pode ser escoltado para os Países Baixos pela polícia militar.

Chegada



Todos os regressados são detidos para interrogatório e são condenados tendo por base uma investigação criminal. Além disso, é realizada uma investigação da ameaça constituída por cada regressado. Os regressados também são objeto de discussão numa equipa multidisciplinar de gestão de casos.

Abordagem individual



A equipa multidisciplinar de gestão de casos decide quais as intervenções mais adequadas para minimizar a potencial ameaça de um regressado. É essencial obter uma abordagem personalizada. Os exemplos de intervenções são: ação penal, providências cautelares, programas de cuidados ou um programa de desradicalização. Se a pessoa for condenada e posteriormente presa, esta passa a ser acompanhada por uma equipa multidisciplinar de gestão de casos durante e após a detenção.

As autoridades recolhem continuamente informações para construir um caso criminal contra os regressados de forma a poderem ser objeto de uma ação penal após o regresso.



Investigação criminal

Figura1: Abordagem neerlandesa aos regressados

3.1.2 Pontos de ação específicos para os agentes policiais que lidam com regressados

- Abrir um **ficheiro de caso** para qualquer pessoa que tenha saído do país para ir para a Síria. Este ficheiro deve incluir os ângulos de busca e investigação, bem como as opções de prevenção e ressocialização.
- Estabelecer um **processo de gestão de casos** para lidar com os regressados através das estruturas multilaterais disponíveis. Ocorrem em simultâneo dois processos: 1) busca e investigação; e 2) prevenção e envolvimento com a família.
- Estabelecer um processo de gestão de casos para lidar com os regressados que têm filhos que depende da cooperação entre os vários organismos implicados em vigor para a proteção de menores e para casos de abuso de crianças. Esta gestão de casos lida com toda a família que se encontra em risco.
- **Testar os protocolos de partilha de informações** em cenários que envolvam regressados. Quais as melhorias necessárias e quais as opções e os recursos disponíveis? Considerar a elaboração de um manual curto e personalizado para o tratamento de regressados que tenha em conta os processos, os procedimentos e os recursos.
- Considerar a definição de um **especialista em recursos policiais, 24 horas por dia, 7 dias por semana** para os problemas dos regressados e do extremismo que possa ser consultado por profissionais da primeira linha.
- **Estabelecer contacto com o combatente terrorista estrangeiro** e a sua família assim que alguém partir para a Síria/Iraque. Determinados agentes policiais, tais como os agentes de contacto com a família e os agentes policiais comunitários de confiança, devem mostrar-se disponíveis para serem consultados sobre questões policiais. As famílias estão desesperadas por informações sobre aquilo que se está a passar, sobre a forma como podem trazer os seus filhos de volta e sobre o que acontecerá ao certo quando os filhos ou o cônjuge voltarem. As visitas domiciliárias, juntamente com o apoio à família ou os serviços sociais, podem ser úteis. É importante que o agente policial (ou outra pessoa) tenha a personalidade e as aptidões de estabelecimento de relações certas para realizar esta interação. (Ver o capítulo 4 relativo ao apoio à família).
- Nos casos em que as famílias não confiem na polícia e noutras autoridades, **usar técnicas influenciadoras** para quebrar o gelo. Alguns agentes policiais utilizam técnicas de negociação de reféns para estabelecer relações de trabalho com indivíduos que antipatizam fortemente ou que se opõem ao trabalho da polícia. Os seis princípios fundamentais de influência de Robert B. Cialdini²¹ (consistência, reciprocidade, gosto, prova social, autoridade e escassez) constituem uma abordagem comprovada de influência dos regressados e das famílias.
- Nos casos em que existam regressados que tenham filhos, **consultar profissionais especialistas em saúde mental** para preparar o tratamento especializado em traumas e os procedimentos de avaliação adequados. As lições retiradas das crianças-soldados, bem como das crianças expostas a violência doméstica ou a abusos sexuais, dizem-nos que, no que diz respeito ao tratamento, são necessárias intervenções a longo prazo por parte de especialistas — e não da polícia. Para a polícia, torna-se relevante determinar de que forma se pode estabelecer uma relação com crianças que podem ser testemunhas, vítimas ou criminosos. Existem importantes lições a retirar da experiência policial em casos de violência doméstica e abuso de crianças. (Ver o capítulo 5 relativo a crianças).

²¹ Robert Cialdini, *Influence: The Psychology of Persuasion* (Influência: a psicologia da persuasão) (Harper Business, 2006).

- Verificar o **rasto financeiro** dos regressados, incluindo as contas bancárias, as dívidas e as transferências. As investigações do foro financeiro aumentam a compreensão das relações dentro das redes. Muitos combatentes estrangeiros acumularam dívidas e transferiram fundos para o grupo terrorista ao qual aderiram.

Prática em ação

Exemplo da polícia a usar a conversação como intervenção:

[A Guide to Police Conversation Intervention: A dialogue promoting responsibility and positive change](#), direção da polícia nacional norueguesa, 2011

3.1.3 Regressados em movimento e a chegar ao país de origem

Os combatentes estrangeiros que tentam regressar à Europa deparam-se com vários obstáculos de natureza prática. A viagem da Síria para a Turquia ou a Líbia e depois para Itália é perigosa e difícil. Quando os recrutas se juntam ao Daesh, por exemplo, é-lhes pedido que entreguem os passaportes à organização por motivos de segurança. Estes documentos são depois destruídos ou usados por traficantes de seres humanos por motivos terroristas ou para outras atividades ilegais.

Alguns combatentes estrangeiros conseguem regressar à UE sem serem intercetados por seguranças. No entanto, é mais frequente que os combatentes estrangeiros regressados e as suas famílias abordem o consulado ou a embaixada para solicitar novos passaportes. Outros combatentes estrangeiros são interditados pelas autoridades nacionais que, após o interrogatório e a investigação, podem instruir as embaixadas/consulados estrangeiros e entregar os regressados. Isto fornece mecanismos de alerta aos serviços de informação e à polícia, de forma a alertá-los sobre a chegada dos regressados muito antes de eles regressarem ao país de origem. Estes diferentes cenários fornecem um conjunto de diferentes desafios consulares:

- verificar a identidade dos regressados;
- lidar com crianças que nasceram como «apátridas» e sem prova de identidade;
- como transferir de forma prática os regressados e as famílias de novo para o país de origem — deve ser usada uma escolta armada ou outro mecanismo de segurança?
- como e quanto entrevistar os menores;
- a partilha de informações entre os serviços de informação e a polícia, bem como entre a polícia e outras agências governamentais — os procedimentos de investigação e ação penal podem prejudicar a vontade de partilhar as informações relativamente ao regresso de um indivíduo;
- se e quando informar as famílias.

Alguns Estados-Membros da UE estabeleceram **equipas multidisciplinares nas embaixadas/consulados** nos países estrangeiros aos quais os regressados chegam em primeiro lugar durante a viagem para processarem questões práticas e iniciarem as investigações criminais.

A primeira tarefa ou desafio é a **investigação criminal e a análise das ameaças em termos de segurança nacional**. Também deve abranger elementos das necessidades físicas e psicológicas, bem como outros problemas pertinentes. A avaliação de risco inicial pode ser realizada pelos serviços de segurança e informação e pela polícia. Muitos desses serviços e agências policiais não conhecem a localização dos combatentes estrangeiros; os seus motivos para irem para a Síria ou o Iraque; as organizações às quais se juntaram; quais as atividades que realizaram; os motivos do regresso; o local para onde vão regressar ou o nível de ameaça violenta que estes colocam à sociedade.

Realizar investigações criminais e avaliações de risco é uma tarefa complexa e exige instrumentos de investigação multimodo e modelos de avaliação de risco. A primeira tarefa para os serviços de informação e a polícia é realizar cuidadosamente interrogatórios e entrevistas com combatentes estrangeiros.

3.2 Instrumentos de avaliação de risco para o extremismo violento

Muito poucos instrumentos de avaliação de risco específicos do extremismo violento foram alvo de teste ou verificados quanto à sua eficácia. Vários governos usam instrumentos de avaliação de risco da violência para os terroristas e os extremistas condenados num contexto prisional ou como instrumento de diagnóstico para analisar os riscos e as necessidades dos indivíduos radicalizados. Estes instrumentos são baseados em provas retiradas de análises à literatura do terrorismo.

Existem três modelos de avaliação de risco básicos:

1. Apreciação profissional que envolve previsões de risco somente baseadas nas experiências e nos conhecimentos dos profissionais do indivíduo objeto de avaliação;
2. Instrumentos atuariais com base nas listas de verificação dos indicadores de risco, que utilizam uma fórmula que resulta numa previsão geral do risco (por exemplo, risco alto, médio ou baixo);
3. Apreciação profissional estruturada, que combina ambas as abordagens (profissional e atuarial) para orientar o processo de forma sistemática, identificar os riscos e avaliar o indivíduo consoante o contexto. Neste modelo de apreciação profissional estruturada, a avaliação tem por base a presença e a relevância dos fatores de risco para o indivíduo em causa.

Estes modelos orientam o processo entre os vários organismos implicados, criam um entendimento partilhado nas agências governamentais e fornecem indicadores de risco exequíveis para a violência futura.

As avaliações de risco são normalmente realizadas por profissionais com formação dentro dos serviços policiais ou sociais. Nem todos os instrumentos de avaliação de risco exigem formação formal. Muitas vezes são utilizados como orientações em conjunto com outras informações pertinentes recolhidas das entrevistas com os regressados e as suas famílias. Destacam-se vários instrumentos de avaliação de risco: ERG+22, IR46, VERA-2 e TRAP-18. O governo do Reino Unido utiliza o ERG22+ no processo de avaliação dos indivíduos referidos no processo do canal. De igual forma, o Violent Extremism Risk Assessment (VERA-2) (Avaliação de risco do extremismo violento) é amplamente usado pelos serviços prisionais e de liberdade condicional em vários países. O IR46 é um modelo de avaliação de risco neerlandês usado num contexto multilateral pela casa de segurança regional de Haaglanden (Veiligheidshuis). O Terrorist Radicalization Assessment Protocol (TRAP-18) (Protocolo de avaliação da radicalização terrorista) é usado como quadro de investigação e utiliza 8 comportamentos de alerta proximais e 10 características distais de longo prazo. Ver o anexo 1 para obter uma panorâmica destes quatro instrumentos de avaliação de risco.

Estes quatro instrumentos podem oferecer orientações sobre a realização de uma avaliação de risco. Os elementos destes instrumentos também podem ser modificados para serem utilizados como instrumentos de avaliação de risco para os combatentes terroristas estrangeiros. Todos os instrumentos de avaliação de risco funcionam com listas de indicadores para fatores como: i) crenças e atitudes ii) contexto e intenção iii) história e capacidades iv) empenho e motivação (v) circunstâncias de proteção. Os indicadores são apresentados abaixo como um guia para a apreciação profissional.

É importante salientar que qualquer avaliação de risco deve ser baseada na triangulação e na apreciação de várias fontes. Também é importante avaliar a perspetiva de género e usar outras apreciações profissionais no papel dos menores. Os instrumentos de avaliação de risco devem ser um componente de uma estratégia de avaliação com vários métodos, que envolve instrumentos específicos que serão usados em contextos multilaterais. Estes devem ser combinados com as entrevistas dos agentes policiais e com outras fontes pertinentes para fornecer um diagnóstico e uma perspetiva mais lata dos indivíduos que constituem um potencial risco.

3.2.1 RAN CoE Returnee 45

Tendo em conta as experiências com os instrumentos de avaliação de risco acima mencionados, **criámos um instrumento de investigação de risco para ser especificamente usado com os regressados.** O **RAN CoE Returnee 45** é um instrumento de investigação de risco que será usado com os combatentes terroristas estrangeiros regressados de forma a ajudar a organizar a reflexão e o planeamento operacional para possíveis intervenções e a reduzir a ameaça de violência. Trata-se de um quadro para a investigação geral da motivação, dos níveis de empenhamento e de outros fatores de risco ao longo do processo dos combatentes terroristas estrangeiros — desde a partida até ao regresso.

Um dos grandes motivos para o desenvolvimento do RAN CoE Returnee 45 era que os instrumentos de avaliação de risco existentes não estavam especificamente alinhados com os parâmetros dos combatentes terroristas estrangeiros regressados, mas, ao invés disso, estavam focados na avaliação de risco nas prisões (VERA), nas avaliações dos vários organismos implicados (ERG22) ou orientados para os intervenientes isolados (TRAP-18). Existem algumas características comuns ao RAN CoE Returnee 45 e a outros instrumentos, e uma base de provas forte para os comportamentos de risco dos extremistas, mas o novo instrumento também tem em conta comportamentos de risco específicos inerentes aos casos que envolvem combatentes terroristas estrangeiros, desde a partida destes até ao regresso.

O RAN CoE Returnee 45 fornece um **modelo para a resposta dos vários organismos implicados** à organização dos dados operacionais sobre os regressados, de forma a que possam ser identificadas e isoladas áreas de foco específicas durante o planeamento de intervenções. Funciona como uma lista de verificação e permite ao especialista da intervenção ter uma panorâmica rápida dos níveis de risco, para permitir a investigação complementar de um problema identificado. Quanto a todas as avaliação de risco ou instrumentos de investigação de risco, é importante salientar que este é apenas um instrumento no processo e que precisa de ser verificado transversalmente num conjunto de outras fontes de informação (tais como entrevistas policiais, etc.). O instrumento de investigação de risco não se trata de um instrumento de previsão, mas sim de uma forma de identificar e organizar os comportamento de risco que devem ser objeto de uma avaliação complementar por profissionais.

Cada secção contém um sistema de classificação de risco que fornece uma indicação dos comportamentos de risco específicos que exigem atenção complementar. O assessor analisa por que motivo um indivíduo obteve uma classificação alta, média ou baixa e identifica as áreas que devem ser objeto de uma investigação complementar. O instrumento funciona como uma base para discussão em contextos multilaterais, nos quais são tomadas decisões sobre ações de atenuação específicas, bem como sobre quaisquer ações adicionais necessárias. É importante salientar que estes comportamentos de risco são contrabalançados por fatores de proteção, tais como o apoio da família e outros fatores de estabilidade. Os fatores de proteção devem ser incluídos na avaliação de risco geral do regressado.

RAN CoE Returnee 45			
I. Motivação (antes/após a viagem)	Grau de risco: Baixo	Grau de risco: Moderado	Grau de risco: Alto
1. Fatores psicológicos influenciados por percursos: <ul style="list-style-type: none"> • Orientado para a ação • Família • Mais alargados • Pertença/aceitação 			
2. Sentimento de injustiça/perseguição			
3. Suscetibilidade à doutrinação			
4. Alteração súbita de comportamento			
5. Seguimento da ideologia salafista-jiadista <ul style="list-style-type: none"> • Utilização de terminologia específica (takfir, etc.) • Mentalidade que cria divisões entre grupos ("eles" e "nós") • Glorificação do martírio e da violência • Rejeição dos valores e das normas ocidentais • Demonização e desumanização dos inimigos • Fixação 			
6. Redes sociais <ul style="list-style-type: none"> • Rasto digital (avatar, canais de comunicação segura) • Pensamento conspirativo • Consumo e produção de material de propaganda extremista • Comunicação com extremistas com a mesma mentalidade 			
7. Níveis de stress			
8. Controlo dos impulsos			
9. Aptidões de gestão de conflitos			
10. Normas familiares (aceitação/rejeição da ideologia)			
11. Sentimento limitado de pertença à sociedade (por motivos religiosos)			

II. Contexto social (antes/após a viagem)	Grau de risco: Baixo	Grau de risco: Moderado	Grau de risco: Alto
12. Contacto com meios/redes radicais			
13. Atração pela subcultura (<i>gangs</i>)			
14. Passado criminal			
15. Nível de disfunção familiar			
16. Irmãos ou outros membros da família como combatentes terroristas estrangeiros			
17. Autoisolamento			
18. Problemas mentais			
19. Comportamento evasivo			

III. Experiência na zona de conflito	Grau de risco: Baixo	Grau de risco: Moderado	Grau de risco: Alto
20. Registo e controlo da segurança			
21. Experiência no campo de treino			
22. Posição dentro do grupo			

23. Estado civil e família (na zona de conflito)			
24. Rasto nas redes sociais			
25. Reflexão sobre a experiência <ul style="list-style-type: none"> • Glorificação • Arrependimento • Desencantamento • Agressividade • Medo 			

IV. Decisão de regressar	Grau de risco: Baixo	Grau de risco: Moderado	Grau de risco: Alto
26. Desencantamento			
27. Fatores de saúde			
28. Pressão familiar			
29. Pressão social			
30. Condições de vida/financeiras			
31. Experiências negativas			
32. Regressar sozinho ou em grupo			

V. Regresso a casa (ver o ponto sobre Motivação/Contexto social, uma vez que também se aplica)	Grau de risco: Baixo	Grau de risco: Moderado	Grau de risco: Alto
33. Capacidade de realizar uma autorreflexão sobre o futuro			
34. Desencantamento			
35. Saúde mental (trauma, falta de resposta, elevados níveis de stress)			
36. Rede de apoio destrutiva/meios radicais			
37. Ligação à sociedade e à comunidade			
38. Envolvimento da família			
39. Falta de alojamento/emprego			
40. Pressão dos pares			
41. Nível de confiança e relação com as autoridades			
42. Sentimento de pertença (para os descrentes)			
43. Paranoia			
44. Expressão de ameaças de violência explícitas e implícitas			
45. Contactos internacionais (com extremistas)			

4 Acordo entre os vários organismos implicados em matéria de intervenção

Este capítulo abrange as ações de pré-requisitos 3 e 4 (ver o ponto 3). Fornece um quadro para a realização de uma coordenação entre os vários organismos implicados aos níveis nacional, regional e local.

A experiência na Europa mostra que **as estruturas multilaterais e os processos de trabalho são cruciais para o tratamento dos casos que envolvem combatentes terroristas estrangeiros**. Uma identificação precoce e eficaz dos regressados, uma melhor partilha de informações e uma tomada de decisões conjunta apenas são possíveis quando as ações são coordenadas. As informações sobre a partida de um indivíduo para se juntar a um grupo terrorista devem ser partilhadas com os parceiros pertinentes a nível local, regional e nacional. Essa partilha de informações torna-se importante assim que existem sinais de que o combatente terrorista estrangeiro vai regressar.

Quando o regressado chega, as avaliações de informação e as investigações policiais são pré-requisitos para determinar as respostas apropriadas em consonância com as circunstâncias específicas de cada caso. As respostas podem incluir processos judiciais, medidas administrativas ou medidas de ressociação. Em paralelo com isto encontra-se o trabalho a nível nacional e no âmbito da equipa de coordenação local composta por vários organismos implicados. Esta equipa foca-se na minimização dos riscos colocados pelo regressado à sociedade através da coordenação de **estruturas holísticas e procedimentos de trabalho** de forma a preparar a reintegração e a ressociação dentro da sociedade quando não existem provas suficientes para garantir a condenação. Em alternativa, a equipa prepara-se para o eventual processo de libertação.

4.1 Coordenação a nível nacional

No início, é crucial fazer a distinção entre coordenação a nível nacional e uma abordagem local entre os vários organismos implicados. O âmbito de coordenação a nível nacional estende-se às medidas da polícia e dos serviços de informação, à avaliação de risco do regressado e à possível condenação. Também é necessário obter uma coordenação a nível nacional para estabelecer as medidas de reabilitação. Isto é crucial para minimizar o risco colocado pelo regressado à sociedade. As medidas de reabilitação incluem o tratamento médico ou de saúde mental — caso necessário — ou o acompanhamento das crianças pelos serviços de proteção de menores.

Se o regressado for **libertado ou não for condenado**, a equipa local/regional composta por vários organismos implicados deve envolver-se em ou assumir o controlo (dependendo da divisão de responsabilidade no país) da coordenação das respostas para este regressado e focar-se na ressociação e na reabilitação na sociedade. Os profissionais que apoiam o regressado no seu regresso à sociedade — no fim de contas — a nível local.

O ponto-chave é garantir que existe uma **coordenação vertical e horizontal entre os níveis nacionais e locais/regionais** a partir do momento em que um regressado entra no Estado-Membro e que as agências ou as autoridades não trabalham de forma descoordenada. De forma a garantir isto, pode ser criado um ponto de contacto ou grupo de ação nacional para os regressados. As tarefas e a dimensão, a medida e o âmbito desse ponto de contacto ou grupo de ação dependem do número de combatentes terroristas estrangeiros que se encontram atualmente em território controlado por terroristas e do número previsto de regressados. Se for caso disso, este ponto de contacto ou grupo de ação deve fazer parte do organismo

de coordenação nacional para o combate ao terrorismo ou à prevenção da radicalização. Também devem cooperar estreitamente com os serviços de informação, a polícia nacional e os serviços de ação penal. Fornecendo uma coordenação de esforços geral, o ponto de contacto ou grupo de ação pode oferecer um ponto de contacto único para as agências governamentais (locais) que lidam com os combatentes terroristas estrangeiros regressados e permite-lhes controlar os desafios, as medidas e os resultados.

O ponto de contacto ou grupo de ação nacional prevê a realização de três tarefas de coordenação cruciais:

Tarefa 1: Minimizar o risco para a sociedade ao aplicar de imediato as medidas de reintegração

O objetivo geral consiste em **minimizar os riscos para a sociedade colocados pelos regressados** através da coordenação do lançamento da sua (eventual) reabilitação e reintegração na sociedade. Isto implica organizar quaisquer tratamentos médicos necessários de imediato e garantir a avaliação por parte dos profissionais de saúde mental. Se estiverem envolvidas crianças, o ponto de contacto nacional pode envolver os serviços de proteção de menores ou ativar o sistema de acolhimento, se necessário.

Contactar a **equipa de coordenação local/regional composta por vários organismos implicados na cidade natal do regressado** para garantir um fluxo de informações coordenado a nível local/regional e nacional também seria uma das responsabilidades do ponto de contacto ou do grupo de ação nacional, bem como a assistência a nível local/regional com preparações para o regresso do combatente terrorista estrangeiro. O ponto de contacto ou grupo de ação nacional também poderia auxiliar na elaboração da política nacional e da estratégia de comunicação (ver o capítulo 8) sobre os regressados e poderia assumir a tarefa de compilar uma panorâmica nacional de medidas e resultados para efeitos de criação de políticas.

Tarefa 2: Ponto de contacto a nível regional e local

O ponto de contacto ou grupo de ação nacional também pode ser o **ponto de contacto para as autoridades regionais ou locais**. A tarefa principal seria ajudar estas autoridades a lidarem com regressados. É importante que as informações e a assistência sejam céleres.

Subtarefas:

- ajudar a criar um fluxo de informações coordenado a nível local/regional e nacional e vice-versa, que envolva os municípios que lidam com ou que se preparam para o regresso dos combatentes terroristas estrangeiros à sua comunidade;
- fornecer assistência e informações sobre como lidar com os regressados, incluindo nos domínios da saúde mental, da proteção de menores, da educação, do emprego, do alojamento, da comunicação e fornecer contexto sobre as experiências dos regressados;
- colocar as autoridades locais em contacto com outras organizações nacionais se for necessário;
- colocar as autoridades locais em contacto com outras autoridades locais que lidam com regressados;
- recolher informações sobre os desafios locais e os resultados.

Tarefa 3: Facilitar a troca dentro da UE

Outra possível tarefa para o ponto de contacto ou grupo de ação nacional consiste em **estabelecer a ligação com pontos de contacto/grupos de ação nacionais de regressados noutros Estados-Membros da UE** para a troca de informações sobre os regressados e de experiências em termos de ação penal e ressocialização. O contacto também facilitaria/incentivaria uma troca de experiências e boas práticas entre

os decisores políticos nacionais, os coordenadores locais e os profissionais da primeira linha em diferentes países.

4.2 Processo entre os vários organismos implicados a nível local ou regional

O funcionamento básico da abordagem local/regional entre os vários organismos implicados, que envolve intervenções estruturadas e uma coordenação entre diferentes organismos, bem como os princípios orientadores para a gestão eficaz dos casos, é amplamente discutido num documento de orientação inicial do Centro de Excelência da Rede de Sensibilização para a Radicalização, *Developing a local prevent framework and guiding principles* (Desenvolver um quadro local de prevenção e princípios orientadores) (consultar «Leituras complementares» abaixo).

Muitas autoridades locais na Europa não têm atualmente procedimentos diferentes para o tratamento de regressados e, em vez disso, integraram o problema dos regressados nas estruturas multilaterais normais. Devem ser tidos em conta vários elementos no tratamento de regressados através de uma cooperação local entre os vários organismos implicados.

Acréscimo de elementos dos regressados aos cenários existentes

É necessária a pré-existência de estruturas estabelecidas e a colaboração entre as autoridades locais, a polícia e outros parceiros jurídicos (tais como educação, serviços sociais, serviços de proteção de menores, serviços orientados para jovens e até mesmo serviços de gestão de delinquentes) para os procedimentos e os protocolos, de forma a conceber o tratamento de casos específicos. É importante estabelecer **acordos claros sobre as respetivas funções e limitações para todos os intervenientes** envolvidos. Uma coordenação eficaz exige o treino de diferentes cenários de tratamento de casos, incluindo os cenários focados especificamente nos regressados. Estes cenários devem ainda incluir diferentes desafios e soluções para diferentes perfis e situações de regressados (do sexo masculino, feminino, crianças e famílias completas).

Leituras complementares

O [documento de orientação do Centro de Excelência da Rede de Sensibilização para a Radicalização «Developing a local prevent framework and guiding principles»](#) foca-se em como desenvolver o quadro e os componentes necessários para os planos de ação de prevenção local. Quais são os principais desafios envolvidos neste trabalho e quais são os princípios orientadores? Este documento é baseado numa ampla experiência prática e em conhecimentos coletivos de mais de 20 cidades em toda a Europa.

A cidade de Copenhaga (Dinamarca) desenvolveu um [quadro local](#) para a prevenção da radicalização. A medida de antirradicalização de Copenhaga faz parte da iniciativa Cidade Segura e é gerida em estreita colaboração com o trabalho de prevenção de crime e de criação de um sentimento de segurança na cidade. A cidade trabalha em estreita colaboração com o SSP (uma cooperação local entre escolas, clubes de jovens, serviços sociais e a polícia) e a polícia de Copenhaga na prevenção da radicalização.

Protocolo de partilha de informações

Um grande problema para a cooperação entre os vários organismos implicados são **as barreiras jurídicas à partilha de informações sobre os indivíduos**. Isto faz com que o compromisso com um protocolo de partilha de informações (ISP) entre as agências que participam nas estruturas de cooperação entre os vários organismos implicados seja essencial. Um protocolo de partilha de informações clarifica as barreiras jurídicas à troca de informações entre diferentes agências e descreve como os casos serão discutidos e

tratados durante as reuniões multilaterais. Também permite uma clareza sobre a cadeia de custódia no processo do fluxo de informações (a forma como as informações são passadas do serviço de segurança para a polícia e depois para outras agências).

Ponto de contacto local

Criar um ponto de contacto nos serviços sociais locais e noutras agências **aumentará a confiança nos mecanismos de partilha de informações**. Muitas vezes os serviços sociais queixam-se que as informações sobre os regressados são deficitárias ou incompletas. É importante obter informações de todos os parceiros sobre o indivíduo, a comunidade e a família antes, durante e após a viagem. Não se esqueça de informar os parceiros acerca daquilo que aconteceu com as informações que eles partilharam.

Prática em ação

O Centro dinamarquês para a prevenção do extremismo, que funciona aos níveis nacional e local, é um centro de informações para as boas práticas. Fornece apoio operacional direto a municípios locais que tratam de casos que envolvem regressados.

Diferentes modelos de cooperação possíveis

Existem diferentes formas de garantir a cooperação quando necessário. Dependendo da estrutura da organização e da escala do problema do regressado, a coordenação entre os vários organismos implicados a nível local pode ser uma estrutura permanente ou temporária.

- *Estrutura multilateral a nível local/regional*: É importante usar e adaptar uma estrutura existente para a cooperação entre os vários organismos implicados de forma a garantir a cooperação, a eficácia e a coordenação. Por norma, o trabalho com os regressados é realizado nos processos existentes entre os vários organismos implicados. O modelo do SSP dinamarquês envolve uma cooperação estreita entre escolas, serviços sociais e a polícia e funcionou durante mais de quatro décadas no apoio à prevenção do crime. Este tipo de estrutura também existe nos Países Baixos, nas suas «casas de segurança», cujo foco também é a prevenção do crime.
- *Equipas de intervenção para prestar assistência a nível local/regional*: Alguns países e regiões adotaram equipas especiais que englobam vários profissionais e que podem ser chamadas para prestar assistência a nível local ou regional, ao invés de estruturas multilaterais. O modelo finlandês Anchor é um centro de atividade, no qual os profissionais trabalham na prevenção do crime e em intervenções de combate ao extremismo através de uma ação coordenada e determinada. O modelo estende-se à cooperação com uma ONG, que apoia a desvinculação da violência com motivações ideológicas através da tutoria.

Sugestões de cooperação entre os vários organismos implicados²²:

- **Procedimentos de ensaio** e protocolos de partilha de informações com a utilização de diferentes cenários que envolvam regressados e casos da vida real.
- Assim que as informações forem recebidas acerca de uma partida, devem ser abertos processos para o indivíduo; isto auxiliará a busca e investigação, bem como a prevenção e a ressocialização.
- **Estabelecer quem (qual das agências) é a responsável** na função de gestora da equipa do caso.

²² Este conjunto de sugestões e ilações é retirado de profissionais da RSR.

- Estabelecer uma equipa de cooperação específica composta por vários organismos implicados para os regressados ou organizar reuniões especiais sobre os regressados com a equipa local/regional composta por vários organismos implicados.

Prática em ação: Uma unidade de polícia local criou um «Eixo de combate ao terrorismo, ao extremismo e à radicalização» composto por peritos da polícia, que pode ser consultado pelos colegas que não estão completamente familiarizados com a questão do extremismo e dos regressados. É possível consultar o delegado do eixo 24 horas por dia, 7 dias por semana. Um manual interno destinado a todo o pessoal contém instruções para seguir caso se verifique que um indivíduo aparenta estar sujeito à radicalização e quer juntar-se a um movimento terrorista. Um dos capítulos intitula-se «O que fazer quando se depara com um regressado» e estabelece a pessoa a contactar e o que registar nos sistemas da polícia.

Prática em ação: O modelo Aarhus foca-se na Casa das informações e nas reuniões multilaterais regulares agendadas que envolvem os serviços sociais, as escolas e os representantes da polícia. Para questões tais como os combatentes terroristas estrangeiros regressados, o modelo Aarhus estabeleceu um contingente sírio que envolve grupos de trabalho para diferentes tipos de intervenções, tais como controlos e avaliações de risco, tutoria, redes familiares e sociais e emprego.

- **Estabelecer contacto com o regressado e com a sua família o mais cedo possível** no processo. É fundamental estabelecer uma relação com os regressados e com as suas famílias. A maioria das famílias precisa de compreender a situação, como podem trazer o seu filho de volta e o que acontecerá depois da criança regressada voltar ao país de origem. O contacto deve ser realizado por agentes policiais com aptidões e experiência pertinentes, como agentes de contacto com a família ou um agente policial comunitário de confiança. Embora se identifiquem como agentes policiais, a sua principal tarefa é apoiar a família em questões policiais.
- Garantir a **cooperação entre os serviços sociais e a polícia** antes de abordar uma família que assistiu à partida ou ao regresso de um familiar para uma zona de conflito.
- Estabelecer uma **relação com a família** ou pedir a outra agência que o faça.
- Focar-se nos **irmãos** e noutros membros da família que possam tornar-se vulneráveis ao extremismo violento.
- Acima de tudo, as crianças devem ser encaradas como vítimas. Contudo, os acontecimentos na Síria e no Iraque mostraram que **crianças com 9 anos também podem constituir um risco** a curto ou longo prazo. Se a mãe ou o pai que está de regresso estiver detido ou na prisão, é necessário proceder à proteção da criança. A criança deve ser avaliada a partir de várias perspetivas e pode demorar meses ou até anos antes de esta apresentar um comportamento de risco.
- Garantir um acesso célere e especializado a **especialistas de saúde mental**. O instituto dinamarquês Dignity, que trabalha com a reintegração de regressados, enfatiza o tratamento precoce; 90 % das pessoas que regressam à Dinamarca são provenientes de famílias em que pelo menos um dos pais estava traumatizado.
- Na maioria dos países, as alterações da legislação significam que as viagens para a Síria e o Iraque são enquadradas na categoria de **leis em matéria de terrorismo**. As pessoas que regressam a esses países podem ser mantidas sob custódia e algumas recebem uma pena de prisão. Isto oferece uma oportunidade para a abordagem destas pessoas.
- A avaliação a nível local não deve focar-se exclusivamente nos riscos. Destina-se a apoiar a avaliação de risco, mas deve ajudar a criar planos personalizados para os indivíduos. Como tal, determinadas partes da avaliação podem ser mais orientadas para os **cuidados e a ressocialização**.

- A equipa composta por vários organismos implicados poderá ter de estabelecer/gerir relações com **ONG** no campo. Na maioria dos países, os programas de saída são geridos por uma ONG; uma ONG encontra-se numa posição privilegiada para desenvolver a confiança e a credibilidade junto do regressado. Uma vez que a colaboração com a polícia poderá violar esta confiança, devem existir acordos e processos claros relativos à partilha de informações. É fundamental a existência de transparência entre as agências envolvidas e orientada para o regressado. A coordenação do programa de ressocialização é da responsabilidade do município ou da organização de saída. A polícia poderá estar envolvida se existirem preocupações em relação à segurança, quer do lado da polícia, quer de outra agência envolvida.
- Estabelecer **planos de ação orientados para o processo e individualizados** para garantir a coordenação, a continuidade e o seguimento em cada caso. Estes planos de ação são personalizados e destacam as opções de tutoria, assistência psicológica e a traumas, redes parentais e aconselhamento e possíveis programas de saída. Envolvem não só o regressado, mas também a sua rede social mais próxima (isto é, a família).

5 Via da ação penal

Este capítulo foca-se na estratégia de resposta quando um regressado é objeto de uma ação penal e integrado no processo penitenciário e/ou de liberdade condicional.

5.1 Panorâmica geral e problemáticas

Nos Estados-Membros da UE, será realizada uma investigação, como regra geral, para todos os regressados suspeitos de viverem com/participarem em grupos e atividades terroristas no estrangeiro, para decidir se o regressado deve ser objeto de uma ação penal com base nas atividades criminosas. Quando uma autoridade sabe do regresso de um regressado, ou quando este contacta voluntariamente as autoridades, normalmente procede-se à detenção e ao interrogatório. Com base nas provas disponíveis, serão tomadas medidas complementares no contexto da justiça penal.

Diferenças entre os regressados condenados e outros terroristas/extremistas violentos condenados

Dentro do sistema de justiça penal existem vários tipos diferentes de terroristas/extremistas violentos condenados. Estas diferenças têm por base a personalidade, a experiência, a motivação, a capacidade, a intenção, o desencantamento ou a crença na causa do Daesh, os sinais, os traumas ou a resiliência, a duração da permanência no estrangeiro e as provas de atos criminosos. O mesmo se aplica aos regressados.

Por norma, é mais difícil estabelecer **as circunstâncias nas quais as pessoas viveram** no estrangeiro do que as circunstâncias das pessoas que vivem num ambiente extremista nacional. Embora esta última possa ter um impacto psicológico, as pessoas que vivem numa zona de guerra (especialmente dadas as atrocidades cometidas pelos movimentos jihadistas) têm mais propensão para sofrerem de perturbação de stress pós-traumático.

No contexto de um grupo de regressados, existem diferenças com base **no tipo de crime cometido**: planeamento/execução de um ataque terrorista, viagem para uma zona terrorista, auxílio de uma organização terrorista através do fornecimento de recursos, recrutamento e disseminação de propaganda, etc. Nem todos os regressados são extremistas violentos (ou já não são) e estes podem ser objeto de uma ação penal por outros crimes que não estão relacionados com atividades terroristas. Alguns deles nunca foram extremistas e deslocaram-se para uma zona de guerra por outros motivos. Alguns perderam a fé na ideologia devido à sua experiência.

Alguns profissionais afirmam que a primeira geração de regressados (nos primeiros dias do Daesh) eram mais fáceis de lidar do que outros radicais, uma vez que muitos deles regressaram com um sentimento de desencantamento com a ideologia, a organização terrorista e/ou as circunstâncias nas quais foram obrigados a viver. Os regressados atuais parecem ser mais fervorosos nas suas crenças e foram treinados para agirem e responderem a um interrogatório (formal e informal).

O facto de os regressados terem um **«estatuto» especial na prisão** varia consoante o caso. Para alguns prisioneiros, ser um regressado concede-lhes um determinado estatuto de «herói»; para outros, tem o efeito oposto: estes podem ser encarados como traidores por abandonarem o Daesh. Também poderão tornar-se alvo de outros criminosos pelas suas crenças, por exemplo, por extremistas de direita.

5.1.1 Desafios específicos dos regressados

O crescimento previsto do número de regressados conduzirá a uma série de desafios para o sistema de justiça penal. Embora o foco deste capítulo seja a perspetiva do sistema penitenciário e de liberdade condicional, também destaca os desafios do setor judiciário.

- Falta de um perfil claro do combatente terrorista estrangeiro regressado no contexto prisional e da liberdade condicional: Existe atualmente uma área cinzenta para as pessoas que pretendiam viajar como combatentes terroristas estrangeiros e foram travadas antes ou durante a viagem e as pessoas que estiveram efetivamente numa zona de conflito terrorista. Em muitos países europeus, estas estão sujeitas à mesma abordagem judiciária (leis que proíbem a preparação, as tentativas de viajar ou a participação em grupos (extremistas) como o Daesh ou de participar num destes grupos). Vale a pena ter em consideração as pessoas que são travadas como grupo separado, uma vez que o impedimento de chegar ao destino pretendido pode exacerbar o sentimento de ser tratado injustamente no Ocidente, enquanto a imagem apelativa da vida no Daesh não é desafiada pelo horror e pela realidade da guerra e do derramamento de sangue.
- Dificuldades na recolha de provas: Um dos desafios específicos dos profissionais que lidam com os combatentes terroristas estrangeiros e os regressados, em comparação a, por exemplo, extremistas de direita que viveram no país de origem, é o acesso a informações e provas que sustentariam um processo criminal. Muito provavelmente, os combatentes terroristas estrangeiros regressados estiveram envolvidos em atividades terroristas fora do território da UE, em zonas com legislação diferente e, por norma, em zonas com acesso limitado a informações (fiáveis) no terreno.
- Penas reduzidas e libertação antecipada: A falta de provas de apoio pode resultar em penas reduzidas, o que significa que os regressados serão integrados na sociedade muito mais cedo. Devido à diferença do tipo de acusações e à duração da pena, pode existir um grande número de condenados libertados num curto período de tempo. Isto reduziria o período de reabilitação e de desradicalização na prisão. Como tal, a preparação para a libertação dos prisioneiros exige um planeamento cuidadoso e uma abordagem entre os vários organismos implicados para garantir que os regressados libertados não repetem padrões antigos nem recorrem a redes antigas, o que pode conduzir à reincidência criminal.

Estudo de caso — regressado em situação de libertação antecipada

Regressado do sexo masculino, que regressou à cidade A em 2015. O regressado esteve preso durante um curto espaço de tempo e foi-lhe concedida uma libertação antecipada. Ele possuía um diploma e não tinha passado criminal e a sua reintegração decorreu com sucesso. Um grupo de regressados (contra quem ele testemunhou) também estará elegível para uma libertação antecipada em breve. Esta situação está a provocar um grande nível de ansiedade e stress ao regressado porque as probabilidades de este se cruzar com eles é bastante elevada. Além disso, a sua cunhada (casada com o irmão dele, que morreu em combate) tentou contactá-lo, uma vez que deseja que este regresse. Embora ele seja bastante cooperante com as autoridades e tenha partilhado estas informações, continua com receio de ser novamente associado à Síria.

Ilacões a tirar:

- Numa cidade relativamente pequena, o cumprimento das condições de libertação, tais como evitar contacto com determinadas pessoas da rede antiga e/ou participar em programas de desradicalização, revela-se bastante desafiante, uma vez que as redes estão concentradas e os recursos são escassos. A realocação poderá ser uma questão a considerar para que o indivíduo

possa cumprir as condições de libertação. Esta questão deve ser ponderada face aos possíveis efeitos negativos da realocação.

- Por vezes, os casos estão interligados e isto poderá permitir o acesso a mais informações e a uma panorâmica mais completa.
- São necessários procedimentos claros de partilha de informações, uma vez que os casos interligados podem ainda constituir um perigo para os profissionais que trabalham neles, bem como para as pessoas próximas dos regressados, caso estas informações específicas cheguem às mãos erradas.

- Legislação e pronúncia da sentença: Com a adoção da Diretiva da UE em matéria de combate ao terrorismo, existe uma obrigação dos Estados-Membros da UE de estenderem a criminalização a atos preparatórios de terrorismo. Isto pode resultar num maior número de pessoas objeto de uma ação penal para um conjunto mais alargado de diferentes crimes de (relacionados com o) terrorismo. O grupo de terroristas condenados irá assim tornar-se mais diversificado, o que deve ser tido em conta durante a pronúncia da sentença (a duração e as condições da pena) e a detenção (nível de segurança).
- Opinião pública sobre os regressados: As imagens dos regressados na sociedade e a pressão política dificultam a tomada de decisões por parte do pessoal e da direção no que diz respeito à segurança e à justiça (qual deve ser o nível de rigor em comparação a outros reclusos?) e de que forma isto é entendido pelos regressados (estamos a receber um tratamento melhor do que os outros).
- Regressados do sexo feminino e jovens: Até ao momento muito poucas jurisdições experienciaram situações em que existem mulheres que estão a regressar de uma zona de conflito e são integradas no sistema penal. A condenação de mulheres torna-se mais difícil, até porque, muitas vezes, não existem provas suficientes de que estas estiveram envolvidas em combate ou que ajudaram efetivamente a organizar ataques. Os poucos casos até à data sugerem o surgimento de novos desafios neste campo, por exemplo, sobre como lidar com reclusas em unidades terroristas. As crianças e os jovens também constituem outro tipo de desafios, que serão abordados com maior detalhe no capítulo 5 referente às crianças regressadas.

5.2 Princípios orientadores de uma perspetiva dos serviços penitenciários

Os princípios orientadores sobre como lidar com regressados num contexto prisional são semelhantes aos princípios para o trabalho com terroristas/extremistas violentos condenados. O grupo de trabalho «Prisões e liberdade condicional» da RSR (RAN P&P) documentou extensivamente estes princípios no seu documento de trabalho. As principais conclusões sobre como lidar com todos os tipos de extremistas violentos condenados são:

- para garantir a segurança da sociedade o melhor a fazer é promover o bem-estar e a reabilitação dos condenados;
- os crimes terroristas abrangem um grupo de atividades; os indivíduos condenados por atos terroristas não representam todos o mesmo risco para a sociedade;
- os condenados podem sofrer uma mudança positiva e precisam de receber apoio para se afastarem do extremismo violento;
- os direitos humanos universais devem ser defendidos em todos os momentos e em todas as circunstâncias;
- a promoção de relações positivas entre guardas prisionais e reclusos e um ambiente penitenciário saudável é uma pré-condição para a redução dos riscos relacionados com a radicalização e contribuem para a reabilitação e a reintegração;

- é crucial obter uma cooperação entre os vários organismos implicados para evitar a radicalização e apoiar os processos de desistência.

Leituras complementares

O [documento de trabalho de 2016 do grupo de trabalho «Prisões e liberdade condicional» da RSR](#) fornece uma panorâmica de todos os problemas com os quais os guardas prisionais e os agentes de liberdade condicional lidam no que diz respeito a extremistas violentos condenados e às intervenções desenvolvidas no contexto da resposta da UE. Os princípios orientadores são explicados neste documento, que fornece orientações complementares sobre as tendências, os desafios, os métodos e as intervenções pertinentes em matéria de contexto prisional e da liberdade condicional.

O [sítio Web](#) do Conselho da Europa sobre as prisões e as sanções e medidas comunitárias fornece uma panorâmica das normas incluídas nas diferentes convenções, recomendações, protocolos e documentos de orientação relativos a prisões e a sanções comunitárias.

5.3 Métodos e modelos de intervenção concretos num contexto prisional

Quando um regressado é punido com pena de prisão, existem duas áreas principais nas quais as prisões podem aplicar métodos e intervenções concretas:

- Segurança (para garantir a segurança e o bem-estar do recluso, da população prisional, dos guardas prisionais e da sociedade em geral. Esta pode ser encarada como uma segurança a curto prazo, apenas possível durante a detenção);
- reabilitação e reintegração (para apoiar o recluso no afastamento do caminho do extremismo violento e prepará-lo para viver uma vida sem atos criminosos após o regresso à sociedade. Esta ação também deverá fornecer segurança a longo prazo após a detenção).

O **processo, o momento e a tomada de decisões** para estes métodos e intervenções diferem consoante a jurisdição, com base no quadro jurídico e nas deliberações específicas do tribunal, na avaliação de risco do regressado, na disponibilidade dos profissionais para a realização de intervenções, na disponibilidade das alas especiais e nas regras e regulamentos específicos aplicados na prisão.

De forma geral, o regressado é integrado na prisão quando é emitido um mandado de detenção e são iniciadas as preparações para o julgamento. Em alguns casos, os regressados não são obrigados a ficar detidos na prisão durante a fase de pré-julgamento e podem ficar em prisão domiciliária (talvez com pulseira eletrónica). A avaliação de risco será iniciada nesta fase e será realizada pelos agentes de liberdade condicional, os psicólogos ou os assistentes sociais (consoante a infraestrutura em vigor) e os resultados irão, na maioria dos casos, ser apresentados ao tribunal. É improvável que sejam iniciadas outras intervenções durante esta fase, uma vez que os regressados não querem incriminar-se a eles próprios —por exemplo, a indicação de que foram radicalizados pode influenciar negativamente o julgamento (também podem ser aconselhados pelos advogados a não participarem).

Assim que o julgamento terminar e for pronunciada a sentença (prisão ou serviço comunitário), o regressado cumprirá a pena proferida. As diferentes jurisdições têm diferentes regras sobre como é realizada a **integração numa prisão ou numa ala prisional específica** e sobre quem toma estas decisões (por exemplo, o juiz, o Ministério da Justiça, o diretor da prisão).

A avaliação de risco inicial que foi realizada antes do julgamento constituirá uma base para o trabalho que será realizado pela prisão com o condenado. **As avaliações de risco devem ser sempre repetidas ao longo do tempo** para avaliar se o perfil de risco do condenado se alterou. Esta avaliação também fornecerá informações relativamente às intervenções (quer de segurança, quer de reabilitação) que serão aplicadas. Muitas vezes as decisões acerca destas intervenções serão tomadas por equipas compostas por diferentes profissionais, tais como os guardas prisionais, o diretor da prisão, os psicólogos, os guardas prisionais dos programas de reabilitação, a polícia e outros, dependendo da infraestrutura nacional e local específica.

5.3.1 Métodos e intervenções em matéria de segurança

Os regressados podem apresentar desafios específicos se tiverem vivido numa zona de guerra durante algum tempo e tiverem determinadas aptidões de combate (tais como manipulação, técnicas de combate, conhecimentos sobre como usar objetos do dia a dia como armas) que possam comprometer a segurança de outras pessoas. Se sofrerem traumas profundos e/ou sofrerem de outros obstáculos e doenças do foro mental, também podem representar um perigo para eles próprios e para aqueles que os rodeiam.

Uma vez que a população de regressados integrados nos sistemas europeus de justiça penal ainda é relativamente pequena, **não foram desenvolvidas medidas específicas em matéria de segurança para este grupo-alvo**. Contudo, em anos recentes, foi canalizado um grande esforço para a conceção de medidas específicas em matéria de segurança para combater os terroristas e os extremistas violentos condenados. Estas medidas serão importantes para a condução do trabalho com os regressados:

- Controlo especializado e recolha de informações: foram concebidos instrumentos específicos de controlo e partilha de informações no âmbito do sistema prisional e/ou em cooperação com a polícia, os serviços de liberdade condicional e de informação para o controlo dos potenciais processos de radicalização na prisão. Nem todas as pessoas suspeitas de serem radicalizadas receberam penas de prisão por atividades relacionadas com o terrorismo. Em alguns casos que envolvem regressados, pode ser difícil provar as atividades terroristas, mas pode ser possível interpor uma ação penal por outros comportamentos criminosos. É importante acompanhar, no âmbito da população prisional, se ocorre radicalização ou se os recrutadores estão ativos. O serviço penitenciário e o Ministério da Justiça italianos desenvolveram um sistema de controlo especializado chamado Sala de situação, descrito no documento mencionado abaixo.

Leituras complementares

O [documento ex-post do grupo de trabalho «Prisões e liberdade condicional» da RSR sobre a visita de estudo ao sistema penitenciário italiano](#) fornece uma panorâmica da abordagem italiana para lidar com a radicalização na prisão e com terroristas condenados. Explica a segurança e os métodos de recolha de informações, bem como a sua abordagem à reabilitação.

- Avaliações de risco especializadas: Em vários sistemas de justiça penal na Europa, as avaliações de risco são usadas para compreender o risco de um condenado de, por exemplo, se tornar reincidente ou adotar comportamentos violentos. Recentemente, foram desenvolvidas novas avaliações de risco focadas especificamente na determinação do risco de extremismo. Estas avaliações especializadas são normalmente usadas em conjunto com avaliações de risco «regulares» que não se focam no aspeto ideológico. Estas avaliações podem fornecer informações sobre o nível de medidas de segurança a adotar, mas também sobre o plano de reabilitação personalizado para um condenado. Os instrumentos

ERG e VERA-2 (ver anexo 1) são específicos da avaliação de risco. De acordo com os profissionais do setor penitenciário, estas avaliações de risco também foram usadas em casos que envolvem regressados, nos quais ficou comprovado que foram úteis.

- **Regimes especializados:** o termo «regime» refere-se ao conjunto específico de medidas de segurança seguidas no caso de terroristas/extremistas violentos condenados, bem como à opção de regime: a dispersão destes condenados na população prisional geral ou o agrupamento destes em alas à parte. **Na maioria dos Estados-Membros da UE, já existe um protocolo em vigor que indica em que regime de segurança devem ser integrados os reclusos condenados por crimes relacionados com o terrorismo.** Por exemplo, estes podem ser sempre integrados numa prisão de média a alta segurança. Por vezes, a integração destes reclusos é determinada por questões geográficas, sendo que são escolhidas prisões próximas dos tribunais que tratam destes casos. Ao longo da última década, alguns países também desenvolveram alas especiais onde são colocados juntos os terroristas condenados. Existem alas especiais na Bélgica, em França e nos Países Baixos e estão a ser desenvolvidas alas especiais no Reino Unido. O grupo de trabalho «Prisões e liberdade condicional» da RSR desenvolveu uma panorâmica dessas opções de regimes e das respetivas vantagens e desvantagens. Para uma referência aos extremistas violentos condenados é usada a sigla inglesa VEO:

Opção de regime	Potenciais vantagens	Potenciais desvantagens
Contenção	<ul style="list-style-type: none"> -Controlo atento -Efeito limitado na população geral -Intervenções focadas -Equipa especializada -Garantia da segurança pública 	<ul style="list-style-type: none"> -Laços novos e mais fortes criados entre reclusos -Fracas confiança entre guardas prisionais e reclusos -Mentalidade combativa intrincada -Reforço das perceções de injustiça -Rotulagem, estigmatização -Estatuto associado à pertença a uma unidade especial -Todos os extremistas violentos condenados que se supõe que representem o mesmo risco -Dificuldade em encontrar guardas prisionais -Alto custo financeiro
Dispersão	<ul style="list-style-type: none"> -Menor estigmatização e marginalização -Ausência de estatuto resultante da integração numa unidade especial -Oportunidades para a influência positiva de outras pessoas 	<ul style="list-style-type: none"> -Guardas prisionais generalizados, custos de formação -Dificuldade de garantir uma qualidade elevada de informação -Desafios em conhecer os reclusos e a dinâmica de segurança -Os extremistas violentos condenados podem exercer influência sobre outros reclusos -Os extremistas violentos condenados podem ser influenciados por <i>gangs</i> criminosos
Combinação	<ul style="list-style-type: none"> -Resposta personalizada às necessidades/riscos individuais 	<ul style="list-style-type: none"> -Os critérios de seleção/avaliação de risco são imprecisos ²³

Tenha em atenção que esta tabela representa um resumo. Os elementos incluídos na tabela são explicados em maior detalhe.

Experiência do profissional: Regressados integrados em alas especiais

²³ Esta tabela constitui um resumo. Os vários elementos são explicados em maior detalhe no [documento de trabalho de 2016 do grupo de trabalho «Prisões e liberdade condicional» da RSR](#).

As alas especiais têm alguma experiência com os regressados. Até à data, esta experiência sugere que estes não são diferentes de outros tipos de terroristas integrados nestas alas. Uma psicóloga que trabalha numa ala especial para terroristas afirmou que considera difícil estabelecer um contacto real com a maioria dos regressados. Os regressados aparentam ser treinados para agirem de acordo com um «comportamento-tipo» junto das autoridades e não revelam os seus verdadeiros pensamentos e emoções. Embora este comportamento cortês seja apreciado pelos guardas prisionais, estes devem estar alerta para possíveis segundas intenções e não devem baixar a guarda.

Leituras complementares

Este [documento ex-post do grupo de trabalho «Prisões e liberdade condicional» da RSR sobre a ala terrorista neerlandesa em Vught](#) fornece uma panorâmica da abordagem neerlandesa aos terroristas condenados, bem como uma descrição mais detalhada do regime especial da prisão de Vught. Inclui a avaliação de risco, as vantagens e desvantagens de ter uma ala especial, como funciona o regime e como este se desenvolveu ao longo do tempo e as problemáticas relacionadas com os guardas prisionais.

- **Equipa especializada:** Quer os terroristas/extremistas violentos condenados sejam ou não integrados em alas especiais, muitos países da UE estão a investir na formação de equipas especializadas para trabalharem com este tipo de condenados. Embora estas equipas não estejam limitadas aos regressados, existem alguns aspetos em relação aos extremistas condenados que podem criar situações desafiantes para as equipas. Este tipo de reclusos podem tentar manipular ou recrutar os membros das equipas e aliciá-los para seguirem a sua mentalidade extremista. Por outro lado, podem tratar os membros das equipas com indiferença com base na sua crença ideológica de que estes não são «humanos» (por exemplo, chamando-lhes cães). Os incidentes recentes nos quais os terroristas condenados atacaram guardas prisionais também aumentaram os níveis de stress para aqueles que trabalham com estes condenados. Uma investigação em matéria da dinâmica de segurança mostra que as relações estabelecidas no dia a dia entre guardas prisionais e reclusos são cruciais para manter um ambiente prisional seguro. Com a previsão do aumento do número de regressados integrados em prisões, é imperativo proceder a um investimento na formação de uma equipa especializada.

5.3.2 Reabilitação e integração: métodos e intervenções

A duração da pena de prisão de um regressado afetará a quantidade de tempo investida na reabilitação e na integração em contexto prisional. Uma vez que o público em geral tem tendência a encarar os regressados como pessoas que não merecem «ajuda», pode ser **difícil garantir recursos e programas** suficientes, apesar dos riscos implicados pelo não fornecimento destes serviços. As intervenções de reabilitação têm diferentes formas e são explicadas em maior detalhe abaixo. Até à data, não existe nenhum programa específico de integração ou reabilitação para os regressados.

Os princípios orientadores do grupo de trabalho «Prisões e liberdade condicional» da RSR defendem uma **reabilitação personalizada para cada condenado**. A maioria dos planos de reabilitação são compostos por um conjunto de intervenções com base na avaliação dos riscos e das necessidades do condenado. Os planos são concebidos por uma equipa de diferentes profissionais (guardas prisionais, diretor da prisão, psicólogos, membros da equipa responsável pelas intervenções de reabilitação) e serão discutidos com o condenado. A participação nas intervenções é voluntária ou obrigatória dependendo das condições da pena e das políticas da prisão. De forma geral, os profissionais acreditam que a participação voluntária conduzirá a melhores resultados, uma vez que existe uma motivação intrínseca para participar.

Também é essencial para o plano de reabilitação ter em conta as **necessidades e os desejos expressos pelo condenado**. Se, por exemplo, eles quiserem aprender uma língua estrangeira ou uma profissão específica, é útil investigar se é possível integrar esta formação no plano de reabilitação, uma vez que isto ajudará a promover uma boa cooperação com o condenado e a garantir que existe um foco no futuro.

Estudo de caso — reabilitação do regressado na prisão

O regressado do sexo masculino com uma idade compreendida entre 25 e 28 anos viajou para a Síria após a proclamação do chamado «califado». É proveniente de uma família da classe média, tinha um trabalho com uma boa remuneração e um bom nível de formação. Permaneceu na Síria durante três meses. Não existem provas concretas do seu envolvimento em combates. Conseguiu regressar depois de dizer que ia buscar a mulher à fronteira da Turquia. Contudo, foi detido um par de meses depois do regresso e a sua detenção atraiu muita atenção por parte dos meios de comunicação social. Por esta altura (primavera de 2017), continua na prisão e mantém contacto com uma ONG que lhe presta apoio. O facto de estar detido e isolado durante horas torna-o instável e por vezes ele recusa qualquer contacto. Sente uma forte desconfiança no sistema e, como tal, mostra-se relutante em aceitar conselhos das pessoas que tentam apoiá-lo. A influência da política e dos meios de comunicação social aumenta esta desconfiança e dificulta ainda mais a construção de uma relação baseada na confiança.

Lições a tirar:

- A equipa da ONG deve considerar a utilização dos seus próprios nomes e biografias para demonstrar autenticidade — neste caso, ao fazê-lo, aumenta a confiança do regressado na sinceridade da ONG.
- Muitas vezes, a persistência dá frutos. Neste caso, a ONG manteve contacto mesmo quando o regressado se recusou a estar com os membros da equipa. Desta forma, a ONG pretendia certificar-se de que o regressado se sentia valorizado.
- Pode ser útil evitar fazer perguntas diretas sobre a sua permanência na Síria e mostrar interesse quando o assunto é trazido à baila. A ONG envolvida neste caso nunca forçou esta conversa.
- É possível evitar comportamentos preconceituosos e tendenciosos se não se ler todos os ficheiros e os relatos dos meios de comunicação social antes do encontro com o regressado.
- É útil garantir bons contactos com a administração da prisão e outras autoridades.

Programas de saída (EXIT)

Este nome coletivo diz respeito aos programas e às intervenções que visam a desvinculação e/ou a desradicalização dos terroristas/extremistas violentos condenados. Conforme indicado pelo grupo de trabalho EXIT da RSR no seu documento ex-post «Minimum methodological requirements for exit interventions» (Requisitos metodológicos mínimos para as intervenções de saída):

«A desradicalização é um termo comum no debate público, mas nem sempre integrado pela maioria das pessoas que trabalham nesta problemática. O termo não reflete tudo o que diz respeito às pessoas que abandonam um ambiente extremista e/ou mudam o seu padrão de pensamento. Para além de mudar a mentalidade e a forma de pensamento, este processo também exige mudanças no comportamento (como a renúncia a atos violentos) e mudanças práticas (como o trabalho, o alojamento e a escola). Desvinculação é o termo utilizado para estas mudanças. O programa de saída (Exit) conjuga a desradicalização e a desvinculação. Outros termos dizem mais respeito à meta de um processo, como é o caso da "reabilitação" ou da "ressocialização"».

Na prática, **os programas e os planos de reabilitação personalizados destinados aos regressados englobam elementos de desradicalização e desvinculação**. A construção do plano de reabilitação está altamente dependente da avaliação dos riscos e das necessidades efetuada pelos profissionais no âmbito do sistema penitenciário, da disponibilidade das intervenções e da vontade ou obrigação do condenado participar nelas.

- Oferecer intervenções regulares: Todos os sistemas prisionais implementaram intervenções para apoiar a reabilitação dos reclusos. Estas intervenções incluem o acesso ao trabalho, atividades de lazer e educação. Este tipo de atividades ajudará os reclusos a prepararem-se para a libertação e a reintegração na sociedade. Uma vez que é altamente provável que a maioria dos regressados que se encontram detidos retorne à sociedade (às vezes mesmo ao fim de alguns meses/anos), é importante que estas atividades regulares estejam ao dispor deles. Podem até ter um efeito normalizador depois da sua experiência de viver numa zona de conflito. Como tal, estas atividades podem ter um efeito de desvinculação e desradicalização.
- Trabalhar a dimensão ideológica: Os regressados que se encontram presos podem manter ou não uma ideologia e mentalidade extremistas, mas isso depende das motivações e dos fatores de motivação que tinham inicialmente para se tornarem combatentes estrangeiros — e das suas experiências e da exposição a esta dimensão durante o tempo em que viveram com um grupo terrorista. É necessário realizar uma avaliação inicial para determinar a medida em que é necessária uma intervenção de reabilitação destinada a influenciar a mentalidade do regressado ou se outras intervenções constituirão uma opção «melhor» tendo em conta os riscos e as necessidades do regressado. Caso a avaliação demonstre uma necessidade de intervenção ao nível ideológico, existem várias formas através das quais pode ser realizada esta intervenção:
 - *Aconselhamento individual:* Nestas sessões, um profissional com conhecimentos em ideologia, teologia, extremismo ou em domínios conexos falará com o regressado. O objetivo é expandir a mentalidade do regressado a diferentes perspetivas e interpretações através de diálogos. Alguns países nomearam «peritos em desradicalização» especiais para a realização deste tipo de aconselhamento. É recomendada a participação voluntária nestas sessões de aconselhamento; as sessões também criam um espaço seguro para a partilha de pensamentos e emoções.
 - *Sessões de diálogo em grupo:* no sentido de refletir situações da vida real (nas quais, muitas vezes, as pessoas vivem com outras pessoas) e de usar os diferentes pontos de vista e opiniões, as sessões de diálogo em grupo podem ser uma forma eficaz de deixar as emoções à flor da pele e de desencadear um processo de pensamento sobre a cosmovisão. É mais recomendável combinar uma abordagem de grupo com uma abordagem individual. Deve ser dada especial atenção às seguintes questões:
 - às pessoas que podem integrar o grupo (é necessária uma seleção cuidadosa, é melhor não juntar condenados que já criaram grupos dentro da prisão, uma vez que ajuda ter perfis diferentes);
 - uma abordagem voluntária ou obrigatória (é recomendado que seja voluntária);
 - quem será o responsável do grupo (deverá ser alguém com conhecimentos sobre o tema e experiência em dinâmicas de grupo);

- estabelecer dinâmicas de grupo e criar um espaço seguro (para garantir que não existe intimidação/*bullying* a perturbar o processo de aprendizagem).

Prática em ação: sessões de diálogo em grupo

A organização alemã Violence Prevention Network concebeu um programa de formação em grupo chamado: «Taking Responsibility – Breaking away from Hate and Violence – Education of Responsibility» (Assumir responsabilidade - quebrar os comportamentos de ódio e violência - educação de responsabilidade). Este programa trabalha especialmente com jovens extremistas condenados. [Obtenha mais informações e os dados de contacto na Recolha da RSR.](#)

- *Educação e reflexão*: existem várias formas através das quais o regressado pode refletir sobre as suas crenças e cosmovisões. Oferecer uma vasta coleção de livros, revistas e documentários que mostram uma grande variedade de perspetivas sobre, por exemplo, a política estrangeira, a duplicidade de critérios e a discriminação pode ser um fator desencadeador para que os regressados que se encontram detidos se eduquem a eles próprios e reflitam, especialmente durante as horas que passam dentro da cela.
- Fornecer apoio religioso e espiritual: Por natureza, em contextos prisionais, muitos condenados sentem a dado momento a necessidade de obter orientação religiosa ou espiritual. Esta necessidade pode ser impulsionada por vários fatores: o desejo de continuar a praticar uma religião, obter direção e um sentido na vida, ajudar a encontrar «paz de espírito», ajudar a restabelecer a autoestima, apoiar a mudança de comportamento, obter proteção de determinados grupos, ter a oportunidade de conhecer membros do sexo oposto, obter acesso livre a recursos especiais e outros. É importante compreender estas diversas motivações, uma vez que estas devem ser encaradas como «normais» e não alarmantes em termos de ideologia religiosa extremista.

A prática demonstra que alguns regressados que se encontram presos são praticantes e demonstram interesse na sua religião. Oferecer uma **orientação religiosa adequada** através de capelães (nestes casos, muitas vezes são imãs, mas também existem figuras de outras religiões) ajudará a potenciar os efeitos positivos de um estilo de vida religioso e ajudará a afastar os reclusos da ideologia religiosa extremista através da discussão das diferentes interpretações e perspetivas sobre a religião.

Durante a orientação, é importante que os capelães sejam escolhidos e treinados adequadamente para trabalharem num contexto prisional. O mesmo se aplica aos materiais e às fontes religiosas disponibilizados num contexto prisional. Importa salientar que os **capelães devem poder trabalhar num ambiente confidencial** (para também se manterem legítimos aos olhos dos reclusos) e **não devem receber de imediato objetivos de desradicalização** (uma vez que precisariam de formação específica para o fazer).

Leituras complementares

A Organização Europeia dos Serviços Prisionais e Correcionais (EuroPris) possui um grupo de peritos focado na radicalização nas prisões que desenvolveu um [relatório sobre a capelania e a desradicalização nas prisões](#).

- Restabelecer a ligação com a família e o ambiente social: Uma característica fundamental dos grupos extremistas e terroristas é a sua vontade de isolar pessoas vulneráveis dos seus ambientes sociais

normais, de forma a que estes possam influenciá-las e recrutá-las. Em muitos casos, o restabelecimento de relações positivas com a família e a rede social é um passo importante na reabilitação. Desta forma, é possível assegurar uma rede de segurança após a libertação da prisão. Contudo, em alguns casos, a rede social e a família não têm um impacto positivo ou podem até estar a conspirar com o condenado enquanto este se encontra detido na prisão. Como tal, é necessário realizar uma avaliação cuidadosa antes de envolver a família e a rede social nas intervenções de reabilitação.

Em alguns casos, a família sente-se envergonhada e estigmatizada pela associação do membro da sua família com um grupo terrorista e não quer manter o contacto. Se for este o caso, demorará tempo a reconstruir as relações e a confiança. O processo de restabelecer a relação com a família pode ser comprovadamente mais difícil no que diz respeito aos convertidos que se tornaram combatentes terroristas estrangeiros e depois regressaram. Nesses casos, por norma, a família e os contactos sociais não conseguem compreender o motivo pelo qual o membro da sua família se converteu e não sabem bem como lidar com esta situação. À medida que se aproxima a data de libertação, é importante que exista uma rede de segurança para evitar que o condenado recorra a padrões antigos ou seja novamente recrutado de imediato após a libertação.

Prática em ação: A conferência austríaca sobre a rede social

A conferência austríaca sobre a rede social é uma experiência interessante e um exemplo do envolvimento da família e da rede social nas preparações para a libertação de um terrorista condenado.

Para obter mais informações, contacte a [Neustart](#), o serviço austríaco de liberdade condicional.

Estudo de caso — Envolvimento da família na reabilitação do regressado

Um jovem do sexo masculino viajou pela primeira vez para a Síria em 2012. Ficou durante seis semanas na Síria e depois regressou. Durante o ano de 2013 viajou duas vezes para a Síria e, durante cada uma das vezes, passou seis semanas no país. O jovem era suspeito de combater pelo grupo ligado à Al-Qaida Jabhat al-Nusra. Embora fosse suspeito de atos criminosos, as provas não foram suficientes para intentar uma ação penal. A equipa parceira composta por vários organismos implicados tem tentado estabelecer contacto com ele desde 2010, mas têm havido avanços e recuos, e tem estado bastante dependente da situação do jovem naquele momento.

Durante o ano de 2015, o regressado casou-se e tornou-se pai. Em março de 2016, este foi detido e preso por um crime que envolvia o roubo de um elevado número de passaportes. A equipa parceira composta por vários organismos implicados usou esta oportunidade para estabelecer uma relação com a sua família e, em especial, uma relação próxima com a sua mulher e filho, oferecendo-lhes ajuda com as autoridades. Em dezembro de 2016, foi libertado da prisão e, em janeiro de 2017, contactou voluntariamente as autoridades e pediu-lhes ajuda para reestabelecer a sua vida. Em fevereiro, inscreveu-se num programa de saída (Exit). As autoridades mantiveram-se diretamente envolvidas com a mulher e a criança e foi atribuído um tutor ao regressado para melhorar a sua vida e a sua formação.

Lições a tirar:

- É importante estabelecer vários pontos de entrada para o regressado e a sua família e para criar confiança e boas relações.
- É necessário preparar-se para ser resistente e persistente ao abordar o indivíduo.

- Fornecer apoio psicológico e intervenção em matéria de traumas: Trata-se de uma intervenção normal nas prisões. De forma geral, uma avaliação da saúde mental de um condenado faz parte da avaliação geral dos riscos e das necessidades. No caso dos regressados, é necessário aplicar a mesma avaliação e deve ser dada especial atenção aos problemas psicológicos e aos traumas que possam ter sido desenvolvidos devido à sua permanência numa zona de conflito. Caso sejam detetados outros problemas de saúde mental (tais como personalidade *borderline*, autismo, etc.), deve ser disponibilizado o tratamento destes problemas e o tratamento deve ser tido em conta ao incluir o regressado noutros regimes. As prisões devem melhorar a sua capacidade e/ou o acesso a peritos em traumas para lidar com este grupo em particular.

- Oferecer programas de tutoria: os programas de tutoria destinados aos terroristas e extremistas violentos condenados foram implementados em vários países, tais como o Reino Unido, a Dinamarca e a Noruega. Os programas podem ser ajustados para se adaptarem aos perfis dos regressados na prisão. A ideia básica por detrás deles é a atribuição de uma pessoa específica para assumir a função de tutor do condenado e o encontro regular dos dois para conversarem e, em alguns casos, para realizarem atividades. Os tutores podem ser membros da equipa, membros da comunidade, profissionais de ONG, líderes religiosos, ex-condenados, etc. Para a aplicação de um programa de tutoria eficaz, é necessário aplicar as seguintes medidas:
 - Independentemente do contexto, o critério mais importante é que exista alguma ligação ou enquadramento entre o tutor e o tutorado, na qual possa ser construída uma relação baseada na confiança.
 - Num ambiente prisional, também é importante que o tutor tenha uma boa relação com os guardas prisionais que lidam diariamente com o tutorado.
 - Os tutores devem ser cuidadosamente escolhidos antes de serem associados a um possível tutorado. Se algum deles não estiver confortável com a escolha, a tutoria não deve prosseguir.
 - É importante que a relação estabelecida entre tutor e tutorado não seja criada para atingir um objetivo ou obter um resultado específico, mas sim que seja uma das intervenções do processo de reabilitação do condenado. Isto também é importante para não exercer pressão na relação e garantir que o tutor não é encarado como «parte do sistema» (um sistema no qual muitos extremistas violentos condenados não confiam).
 - Os tutores devem ser formados antes do início do programa de tutoria. A formação deve focar-se nas circunstâncias expectáveis aquando do trabalho com um regressado, nos sinais que podem suscitar preocupação e devem ser comunicados às autoridades prisionais, como desenvolver conversas abertas e construir uma relação de confiança e como explicar os limites e gerir as expectativas.
 - Se o quadro de intervenção assim o permitir, é aconselhável manter boas tutorias após a libertação e certificar-se de que é possível continuar a reunir o mesmo tutor e o mesmo tutorado.
 - A segurança dos tutores e das suas famílias/redes sociais deve ser tida em conta em todas as circunstâncias. Os tutores devem ter uma via para comunicarem comportamentos suspeitos. Trabalhar apenas com os nomes próprios e ter um número de telefone ou endereço de correio eletrónico específico para contacto pode ajudar a proteger o tutor contra intenções nefastas (se for caso disso).

Prática em ação:

Trabalho de reabilitação individual com homens e mulheres condenados por atos terroristas (TACT)

O Unity Initiative (TUI) é um serviço especializado de consultoria de intervenções no Reino Unido. Têm programas especiais para reabilitar (ideologicamente) terroristas condenados e regressados do Daesh. Leia mais sobre o programa do Unity Initiative no respetivo [sítio Web](#).

No caminho certo A Dinamarca foi um dos primeiros Estados-Membros da UE a desenvolver um programa de tutoria para terroristas e extremistas violentos condenados. [Leia mais sobre o programa na Recolha da RSR](#)

- Trabalhar com antigos extremistas (condenados)/antigos soldados: Como parte das intervenções focadas na educação ou na ideologia, as reuniões com antigos extremistas ou com antigos soldados (veteranos) (aqueles que também estiveram na guerra e experienciaram situações de conflito) podem ajudar a criar uma perspetiva diferente sobre as experiências dos regressados. Estes podem aprender e refletir com base nas histórias que envolvem situações de medo, ansiedade e trauma. Devido às suas experiências, os antigos extremistas e veteranos podem ter mais legitimidade e respeito aos olhos dos regressados e irão relacionar-se melhor, compreender e estabelecer uma relação com eles. Ao trabalhar com antigos extremistas, é bastante importante que:
 - estes já não sejam extremistas e se tenham distanciado abertamente de ideologias e grupos extremistas;
 - estes tenham recebido formação e tenham experiência no trabalho com extremistas e, de preferência, com condenados;
 - seja aplicado um programa de tutoria para garantir que estes não têm planos ocultos para influenciar ou recrutar pessoas com as quais estão em contacto ou para obter informações. A segurança dos antigos extremistas também deve ser assegurada — estes podem ser encarados como traidores.

Leituras complementares

O [documento ex-post do grupo de trabalho EXIT da RSR sobre como estabelecer uma intervenção de saída](#) apresenta informações adicionais sobre como trabalhar com antigos extremistas.

5.4 Princípios orientadores de uma perspetiva dos serviços de liberdade condicional

A reintegração visa prevenir o comportamento violento e permitir a inclusão e a participação na sociedade. **Um sentimento de pertença e aceitação torna o compromisso com a violência menos sustentável.** As ideias radicais não são perigosas por si só, embora possam ser um fator de risco para comportamentos violentos em algumas circunstâncias. Existe pouca investigação em matéria de pós-libertação de extremistas violentos condenados e pouco se sabe sobre a ajuda ao restabelecimento. Contudo, o grupo de trabalho «Prisões e liberdade condicional» da RSR distinguiu alguns princípios orientadores gerais para as boas práticas que também orientarão o trabalho com os regressados:

- Os planos de reintegração devem ser incluídos no plano de trabalho do condenado o mais antecipadamente possível durante a pena de prisão. Isto significa que os planos de reabilitação já têm em conta a duração da pena e as oportunidades para a continuidade das intervenções após a libertação. Por exemplo, quando um tutor faz parte do programa de reabilitação, garantir que o tutor pode continuar no programa após a libertação. Isto também é importante para o aconselhamento e os programas religiosos, uma vez que os responsáveis podem entrar em contacto com as organizações religiosas da comunidade.

- As avaliações dos riscos e das necessidades (conforme explicado no capítulo 3) são fundamentais para conceber programas de reintegração eficazes. Os serviços de liberdade condicional (ou o equivalente nacional) devem cooperar nesta avaliação durante a fase final da pena de prisão. É fundamental individualizar as avaliações; estas devem simplificar a desistência e/ou o processo de desradicalização através do reconhecimento de um potencial para contribuir para a sociedade. É recomendado que as equipas multidisciplinares avaliem os riscos e as necessidades individuais dos condenados.
- A gestão da transição é fundamental. Isto envolve a cooperação entre diferentes organizações (serviços penitenciários e de liberdade condicional, polícia, autoridades locais, organização de apoio, etc.) para garantir que o condenado tem uma transição fácil do contexto prisional para uma comunidade local. Uma vez que é durante os períodos de transição que o risco de reincidência é elevado, é importante efetuar o planeamento antes do cumprimento total da pena.
- A confiança é uma questão central para um trabalho eficaz do serviço de liberdade condicional e, muitas vezes, o processo de juntar extremistas condenados a agentes de liberdade condicional é realizado a pensar no desenvolvimento de uma relação de confiança. Os agentes de liberdade condicional que partilham um passado cultural ou religioso com o condenado podem ajudar a fomentar a confiança.
- Os estudos realizados em matéria de desistência — a forma como os indivíduos param ou desistem de praticar atos criminosos — sugere a importância de coproduzir um processo com o apoio de outras pessoas. Estas «outras pessoas» incluem guardas prisionais e outras pessoas das suas redes sociais. Os representantes de outras organizações colaborativas, incluindo organizações comunitárias que auxiliam na procura de emprego ou que fornecem orientações religiosas ou espirituais, e os serviços sociais podem dar resposta às necessidades de apoio social e diminuir as fontes de risco. Os amigos, os membros da família e outras relações importantes são cruciais para as trajetórias de desistência e para reforçar uma perspetiva positiva do comportamento não violento, bem como uma identidade positiva. Esta coprodução com outras pessoas é essencial para a reintegração porque não importa apenas o esforço e a decisão do condenado de querer reintegrar-se na sociedade. A sociedade (sobretudo as pessoas próximas do condenado) também precisa de o aceitar e estar dispostas a dar-lhe uma segunda oportunidade.

5.5 Métodos e modelos de intervenção num contexto de liberdade condicional

Os contextos prisionais e de liberdade condicional partilham algumas semelhanças, bem como algumas diferenças. Ambas têm em comum o facto de não terem sido desenvolvidas quaisquer intervenções específicas para os regressados. Como tal, os métodos e intervenções usados para os terroristas condenados em liberdade condicional também serão importantes para lidar com os regressados. Quando os regressados retornam à sociedade após o cumprimento de uma pena de prisão, existirão desafios adicionais para o regressado, bem como para os serviços de apoio e a comunidade. Estes desafios podem prejudicar as intervenções de reintegração, conforme explicado na panorâmica dos diferentes tipos de intervenções descrita neste número.

Estudo de caso — Apoio após a libertação 1

Um regressado do sexo masculino partiu para a Síria em 2013 com a namorada quando tinha 20 e poucos anos. Não tinha um elevado nível de formação e tinha dificuldades em manter o emprego. Mantivera-se afastado de atividades criminosas e não tinha registo criminal antes de partir. Regressou em 2014 e, como tal, é encarado como um membro da primeira geração de combatentes terroristas estrangeiros. Permaneceu na Síria durante seis meses. Foi condenado por ter participado num combate associado ao Daesh, embora negue fazer parte do Daesh. Uma vez que regressou no ano de 2014, na altura não existiam

tantas barreiras e ele limitou-se a atravessar a fronteira. Regressou com a mulher, que estava grávida na altura (este foi um motivo importante para o regresso), e que deu à luz já no país de origem deles na UE. Após o regresso, ele apresentou-se junto das autoridades locais e da polícia, mas permaneceu na comunidade durante vários meses, antes de ser oficialmente detido por uma grande equipa de detenção. Uma vez que se tinha apresentado junto das autoridades, ele sentiu que a escala da detenção foi desnecessária. Foi condenado e enviado para a prisão para cumprir uma pena de dois anos. Está em liberdade condicional há cerca de um ano e vive com a mulher e o filho e mudou-se para outra cidade. Inicialmente, os serviços de liberdade condicional foram envolvidos e comunicaram as suas avaliações ao tribunal. Durante a pena de prisão os serviços de liberdade condicional tiveram pouco contacto; o contacto semanal foi estabelecido após a sua libertação. É consistente e fiável na suas visitas com os serviços de liberdade condicional, mas a equipa reparou que ele começou a verbalizar mais a sua simpatia pelo Daesh e o facto de ter estado em combate. Não fala muito sobre a sua rede. Continuará em liberdade condicional obrigatória durante mais um ano.

Ilações a tirar:

- Embora os serviços de liberdade condicional tenham indicações que ele tem estabelecido contacto com membros da sua rede antiga, não podem falar sobre isso com ele porque isso pode torná-lo suspeito. Têm de aguardar que ele crie abertura para isso para garantir que a confiança dele não fica comprometida.
- A pena de prisão de dois anos deixou uma marca neste regressado. Experimentou um regime rigoroso, bastante árduo e humilhante, e a sua simpatia pela ideologia do Daesh aumentou. Isto também se deve ao facto de ter sido colocado juntamente com outros terroristas condenados com mentalidades semelhantes, o que criou menos espaço para a mensagem alternativa antiterrorismo. Recebeu apoio de guardas prisionais e de um imã, mas os efeitos deste apoio parecem ser mínimos. Os agentes de liberdade condicional devem estar conscientes deste historial e do potencial dano que a detenção causou.
- Foi provado que o desenvolvimento de uma relação de confiança é bastante moroso e exige paciência, uma vez que existe bastante desconfiança. Ter uma atitude aberta e transparente em relação ao regressado sobre aquilo que ele pode esperar do agente de liberdade condicional e sobre a comunicação que será utilizada no caso do regressado é importante para recuperar a confiança.
- As tarefas dos agentes de liberdade condicional incluem o apoio à reintegração dos condenados e, nestes casos, os agentes devem estar preparados para uma trajetória longa e complexa. Neste caso, a reintegração é bastante difícil. O regressado tentou estabelecer ligação com uma mesquita, mas não foi bem acolhido. Também está integrado numa trajetória de reintegração no trabalho coordenada pela autoridade local, mas ainda não encontrou trabalho. Não quer estabelecer contacto com a polícia. Apenas está em contacto com a autoridade local e com os serviços de liberdade condicional e de apoio à família. Também mostrou recentemente interesse em receber apoio psicológico. A sua mulher não quer estabelecer contacto com ninguém. O regressado também não parece manifestar interesse em reintegrar a sociedade do seu país de origem e demonstra querer viver num país islâmico. Contudo, sabe que mudar-se para o seu país de herança não é uma opção, porque seria detido de imediato —está rotulado como terrorista condenado lá.
- Uma vez que existem várias organizações diferentes envolvidas neste caso, é crucial que os serviços de liberdade condicional tenham uma boa cooperação com os vários organismos implicados. A disponibilidade de uma reunião entre parceiros na qual diferentes organizações possam discutir o caso, procurar formas de partilhar informações e aprender sobre os interesses e os objetivos uns dos outros tem sido bastante útil.

- Apoio aos serviços de liberdade condicional: Na maioria dos casos, o fim de uma pena (ou a libertação antecipada) será condicional e incluirá visitas de acompanhamento com os serviços de liberdade condicional para apoiar e controlar a trajetória de reintegração do regressado. Os agentes de liberdade condicional funcionam como «gestores de casos» que abrem o caminho para outras instituições e agências de apoio, tais como autoridades locais, polícia, ONG, etc. Por norma, a duração do apoio dos serviços de liberdade condicional depende da decisão do tribunal. Os profissionais indicaram que, muitas vezes, esta duração é bastante curta, o que faz com que seja crucial ter um plano de apoio mais amplo após o término do apoio obrigatório durante a liberdade condicional. As autoridades locais, que, em muitos casos, supervisionam o apoio financeiro e outro tipo de apoios destinados ao regressado, podem desempenhar um papel nesse aspeto, bem como as ONG ou as organizações comunitárias e os tutores. A maioria destas medidas devem ser realizadas de forma voluntária. As autoridades locais podem tirar algum partido da cooperação devido ao apoio financeiro. Uma vez que o trabalho com terroristas condenados em liberdade condicional consegue ser bastante stressante (devido à ansiedade pública e política associada aos terroristas condenados), é importante conceder poderes aos agentes de liberdade condicional e apoio no seu trabalho. O apoio deve incluir:
 - *Formação para os agentes de liberdade condicional*: formação especializada em radicalização, ideologia, como abordar os sinais preocupantes, etc. para ajudar os agentes de liberdade condicional a sentirem-se mais seguros no trabalho do dia a dia.
 - *Trabalho em equipas*: o trabalho em conjunto com outros agentes de liberdade condicional que trabalham com o mesmo grupo de condenados e com peritos com vastos conhecimentos sobre terrorismo, radicalização e domínios conexos também pode ajudar a criar um espaço seguro para os agentes de liberdade condicional partilharem os seus desafios e preocupações.

Prática em ação:

Equipas neerlandesas de liberdade condicional de TER

O serviço neerlandês de liberdade condicional estabeleceu em 2012 uma equipa especial para lidar com terroristas, extremistas e radicais (TER) em liberdade condicional. A equipa engloba 13 agentes de liberdade condicional (internacionais) formados e especializados. Leia mais no documento [«RAN Collection of Approaches and Practices» \(Recolha de abordagens e práticas da RSR\)](#).

Para obter mais informações, contacte o [serviço neerlandês de liberdade condicional](#).

- Apoio prático: Tal como em qualquer processo de reintegração, existem várias problemáticas de natureza prática no que diz respeito à organização do retorno de um regressado condenado à sociedade. Em primeiro lugar, estes precisam de um lugar para viver. A experiência demonstra que deve ser dada especial atenção ao facto de o regressado retornar para a sua cidade natal ou de se mudar para outro local. Isto dependerá de vários fatores, tais como:
 - a vontade da autoridade local/regional de o aceitar de volta;
 - a vontade dos senhorios/associações de alojamento de fornecer alojamento;
 - a vontade dos membros da família de fornecerem alojamento;
 - as ligações à rede antiga (são positivas ou negativas, as condições de libertação restringem o contacto com (alguns) membros da rede antiga, qual é o estatuto do regressado na rede antiga, por exemplo, se é um herói ou um traidor);
 - se as estruturas de apoio multilaterais estão disponíveis na localização prevista.

- Para além do alojamento, muito provavelmente será fornecido algum tipo de apoio financeiro através do sistema de assistência social, uma vez que encontrar emprego pode ser desafiante. As entidades patronais podem sentir receio de contratar um terrorista condenado e um regressado. A maioria dos países também tem listas especiais de terroristas condenados que dificultarão, por exemplo, a abertura de uma conta bancária. É necessário o apoio de uma autoridade nacional/local e, por norma, este apoio está condicionado à cooperação do regressado com a autoridade e até mesmo à participação em programas de reabilitação. Além disso, em termos de educação, o regressado necessitará de ajuda para estabelecer ligação com instituições de ensino.

Os agentes de liberdade condicional, as autoridades locais e outros profissionais de apoio poderão ainda apoiar o regressado na reconstrução de redes positivas e na associação a instituições religiosas, clubes desportivos, organizações de lazer, trabalho voluntário, etc. No entanto, em cada um destes casos, a imagem pública dos combatentes terroristas estrangeiros e dos regressados poderá dificultar bastante a sua aceitação nestes círculos. Devido à atenção dos meios de comunicação social, manter um comportamento discreto também pode revelar-se difícil.

Estudo de caso – Apoio após a libertação 2

Homem, atualmente com 24 anos de idade. Depois de viajar para a Síria em 2012, regressou à sua cidade natal no início do ano de 2014 com a mulher e um filho. Não se sabe bem por que razão e como regressou. Um agente policial da comunidade deu conta do seu regresso e comunicou-o às autoridades. Ele foi posteriormente detido, acusado e condenado a três anos de prisão pela participação numa organização terrorista. Durante a pena de prisão, existiu uma colaboração próxima entre o diretor da prisão, o psiquiatra da prisão, os agentes de liberdade condicional e o gestor de casos na prisão. Estas partes iniciaram a preparação da libertação do homem seis meses antes da sua libertação. Ao fazerem-lhe perguntas tais como «De que precisa quando for libertado?» ou «Como espera passar os dias depois de ser libertado?», as partes envolveram-no no planeamento. Foi realizado um plano de reintegração com a participação dos vários organismos implicados. O foco deste plano é reduzir o risco colocado por este regressado ao reintegrá-lo o mais rapidamente possível na sociedade e ao prolongar o tratamento e o controlo.

Foi formulado um conjunto específico de condições de libertação em cooperação com os serviços de liberdade condicional. Ele está atualmente a viver com a mulher e o filho na sua cidade natal. Encontra-se de momento a receber assistência social, mas é obrigado a passar o dia numa instituição de trabalho comunitário para reintegração a trabalhar para receber este apoio. A instituição mantém-no sob vigilância para verificar se existem sinais de radicalização e/ou se este procura recrutar outros funcionários que trabalham na mesma instituição. Também recebe tratamento de saúde mental e tutoria. O contacto estabelecido entre ele e o seu tutor, que também é o gestor de casos local, é estável. Têm sessões de tutoria semanais e sempre que ele entra em pânico ou tem pensamentos extremistas, contacta o seu tutor. Neste momento, a equipa composta por vários organismos implicados envolvida na reintegração do homem conta com a participação do coordenador local e do gestor de casos, do profissional de saúde mental (terapeuta), do gestor de casos da organização de assistência social, da polícia, dos serviços de liberdade condicional, de um assistente de apoio à família e de um assistente do programa de saída (Exit).

A cooperação com o psiquiatra da prisão e com os agentes de liberdade condicional e depois com o coordenador de casos local continuou e as discussões sobre o caso são realizadas regularmente. As impressões gerais dos profissionais envolvidos é que o homem necessitará de tutoria e de tratamento por um período indeterminado.

Ilações a tirar

- É importante conhecer os combatentes terroristas estrangeiros da sua cidade natal pelo nome, bem como as suas famílias e o ambiente que os rodeava. Ao fazê-lo, estará a aumentar as hipóteses de ser informado sobre o regresso do combatente terrorista estrangeiro.
 - É possível aproveitar o desejo da família de manter as crianças a viver com a família para estabelecer contacto com o regressado. Neste caso, o regressado queria manter o filho a viver com os pais e não com uma família de acolhimento. Ao falarem com a família e depois com o regressado em relação a este assunto, as autoridades locais podem estabelecer contacto com o regressado.
 - A cooperação com os guardas prisionais e os agentes de liberdade condicional e o envolvimento do regressado no seu plano de reintegração é crucial para preparar o regresso à sociedade.
 - Iniciar o desenvolvimento de uma relação com o regressado enquanto este se encontra na prisão pode ser um investimento importante. Este regressado mencionou que o tutor apenas teve influência porque o contactou quando ele ainda estava na prisão.
 - Se o regressado constar da lista de terroristas das Nações Unidas, os seus ativos financeiros são congelados. Para iniciar um processo de descongelamento, é necessário contactar o governo nacional. Se isto não for feito antes da sua libertação, este não conseguirá ganhar dinheiro, abrir uma conta bancária e aceder a uma conta existente. O processo de descongelamento demora vários meses.
 - É útil estabelecer acordos claros e definir metas tangíveis para o processo de reintegração — juntamente com os parceiros na equipa composta por vários organismos implicados, mas também com o regressado. Se tal não for feito de forma adequada, todo o processo de integração corre o risco de se tornar numa espécie de «penso rápido».
 - É fundamental estabelecer um contacto frequente cara a cara com o regressado para avaliar o estado real do regressado.
 - É também vital acompanhar as atividades do regressado através do acompanhamento das suas contas das redes sociais. Neste caso, um analista do município controla a comunicação nas redes sociais (públicas) do regressado e passa as informações ao tutor. O tutor confronta o regressado com as suas declarações ou ações publicadas nas redes sociais durante as sessões de tutoria.
 - A reintegração demora tempo. Trata-se de um processo bastante lento e complexo. Depois de iniciado, prepare-se para estar envolvido neste processo a longo prazo.
-
- Apoio psicológico: A prática demonstra que é bastante difícil determinar o estado psicológico e o nível de trauma entre os regressados, porque, normalmente, estes mostram-se relutantes em partilhar quaisquer histórias de experiências no estrangeiro, mesmo após terem sido condenados e terem cumprido pena de prisão. Isto também constitui um desafio para os serviços de liberdade condicional, a quem é dada a tarefa de orientar os regressados para receberem apoio psicológico adequado, bem como de criar uma relação aberta e baseada na confiança. Na maioria dos casos, é necessário haver uma «abertura» criada pelo próprio regressado para falar sobre os problemas psicológicos e permitir aos agentes de liberdade condicional e a outros profissionais oferecerem ajuda e prestarem apoio. A experiência dos profissionais demonstra que tentar obrigar os regressados a falarem sobre as suas experiências terá um impacto negativo.
 - Apoio da família e da comunidade: A rede familiar e social que rodeia o regressado desempenha um papel crucial na reabilitação e na reintegração. Existem uma grande variedade de cenários: **famílias que foram deixadas para trás num estado de devastação, famílias que julgam que o seu parente é um herói, famílias que viajaram e regressaram juntas** (sendo que só alguns membros foram condenados), famílias que se estabeleceram no estrangeiro, etc. A rede mais abrangente deve ser tida em conta

durante a prestação de apoio. Os agentes de liberdade condicional devem estar sempre conscientes de que nunca ninguém sabe o que se passa por detrás das portas fechadas e como os laços familiares podem ser fortes. Caso a família e a rede social pareçam ter um efeito negativo no regressado (por exemplo, no sentido de reforçar os pensamentos extremistas), os agentes de liberdade condicional e outros parceiros devem focar-se em trazer pessoas novas para o círculo social para criar um contrapeso. Estas pessoas podem ser líderes religiosos, tutores da comunidade ou profissionais de ONG (*ver ainda as considerações sobre os programas de tutoria e o trabalho com antigos extremistas na secção referente ao contexto prisional — também se aplicam à liberdade condicional*). Se a família e a rede social parecerem ser uma força positiva para a mudança, os agentes de liberdade condicional e outros parceiros devem tirar partido desse potencial e ver se podem incluir os membros da família nos elementos do processo de reabilitação — por exemplo, através de sessões de mediação conjuntas ou através da realização de atividades de lazer em conjunto. O principal objetivo seria voltar a reforçar os laços familiares e evitar o isolamento do regressado.

- **Apoio ideológico:** o resultado da avaliação dos riscos e das necessidades fornecerá uma indicação da medida em que o regressado continua ideologicamente motivado e se mantém um caráter extremista. Os agentes de liberdade condicional, bem como outros profissionais de apoio que lidam com regressados, indicaram que a experiência de estar na **prisão, em alguns casos, teve um efeito negativo no desenvolvimento ideológico**, isto é, endureceu as convicções dos regressados. Isto pode ser causado pelas circunstâncias prisionais que os regressados consideraram humilhantes e desumanizadoras (por exemplo, excesso de população prisional, visitas, várias horas sozinho numa cela) ou pelo contacto com outros reclusos que partilharam a sua ideologia. O resultado é a falta de confiança e a suspeita em relação ao «sistema» e às autoridades. Embora cada vez mais as prisões ofereçam programas e atividades de reabilitação, estes continuam a contrastar de modo flagrante com as condições habituais dos reclusos. Quando este é o ponto inicial para um agente de liberdade condicional trabalhar com um regressado, será difícil estabelecer uma relação baseada na confiança e será necessário muito mais tempo e aplicar muitos mais esforços para contribuir para essa relação. A participação em iniciativas concebidas para influenciar mentalidades pode ser obrigatória (parte das condições de libertação) ou voluntária (uma oferta do serviço de liberdade condicional ou de outras organizações de apoio com a qual o regressado precisa de concordar). Este tipo de programas de apoio pode assumir as mesmas formas descritas nas intervenções prisionais (aconselhamento individual, diálogo em grupo, educação e reflexão), mas num contexto comunitário.

Prática em ação: Programa neerlandês de liberdade condicional «Inclusion»

O «Inclusion» é um programa individualizado e personalizado concebido para acompanhar uma pessoa em liberdade condicional. O principal objetivo da iniciativa é desvincular os muçulmanos radicalizados (sobretudo os jiadistas que viveram no país de origem) dos movimentos radicais.

Leia mais sobre o programa no documento [«RAN Collection of Approaches and Practices» \(Recolha de abordagens e práticas da RSR\)](#)

Para obter mais informações, contacte o [serviço neerlandês de liberdade condicional](#).

Prática em ação: Programa Healthy Identity II

O programa Healthy Identity II foi concebido pelos serviços prisionais e de liberdade condicional do Reino Unido. O seu objetivo consiste em tentar evitar que os indivíduos cometam futuros crimes extremistas.

Para atingir este objetivo, o programa incentiva e capacita os participantes a desvincularem-se de um grupo, causa ou ideologia extremista.

Leia mais acerca do [programa Health Identity II](#).

Estudo de caso — Apoio após a libertação 3

Um regressado do sexo masculino de 20 e poucos anos, o filho mais novo de uma família pobre. Toda a sua vida sentiu que tinha de dar provas das suas capacidades. Foi para a Síria após a proclamação do chamado «califado» para se tornar num bombista suicida. No entanto, não existem provas concretas de que tenha efetivamente participado em combate durante a sua permanência de três meses. Apresentou-se às autoridades 3 a 4 meses após o seu regresso. Embora, naquela altura, não tenha sido tomada qualquer ação, vários meses depois foi detido no apartamento com recurso a helicópteros, armas e um grande número de agentes policiais. Passou 26 meses na prisão. Durante este período, recebeu visitas regulares dos pais, mas, comparativamente aos seus irmãos, recebeu pouca atenção. O caso atraiu muita atenção dos meios de comunicação social e dos políticos. Isto fez com que o regressado sofresse de ansiedade grave antes da sua libertação. Ele sente que todo o sistema está contra ele, que todos os conhecem e que está a ser observado o tempo todo. Sente que ninguém deseja a sua reintegração.

Lições a tirar:

- pode ser necessário oferecer um apoio constante para ajudar um regressado a lidar com a ansiedade — neste caso, este apoio foi oferecido por uma ONG;
- pode ser útil oferecer acesso a um teólogo para receber aconselhamento, se a religião desempenhar um papel central na vida do indivíduo;
- pode ser fundamental recuperar e reabilitar um estilo de vida estruturado. Neste caso, uma ONG está a apoiar as tentativas de criar essa estrutura através do alojamento, da educação, das atividades sociais, etc.

6 Não instauração de processo penal/ressocialização

O foco do capítulo deste manual é a ressocialização dos regressados. Isto engloba homens e mulheres regressados que não foram objeto de ação penal (ainda), homens e mulheres que foram objeto de ação penal, mas não foram condenados, e homens e mulheres que já estiveram presos e que se encontram agora em liberdade e não em liberdade condicional.

6.1 Introdução

Este capítulo abrange as opções de resposta relativas à ressocialização, à reabilitação e à reintegração de regressados tendo em conta quatro temas:

1. o apoio à família;
2. a tutoria e o aconselhamento;
3. a saúde mental;
4. as questões práticas;

Cada número analisa um destes temas e fornece, junto a uma panorâmica geral breve, os elementos que devem ser tidos em conta durante a elaboração de métodos e intervenções, exemplos, sugestões e casos.

Para as respostas em matéria de liberdade condicional, ver o capítulo 5. Para as respostas em matéria de ressocialização específica de crianças, ver o capítulo 7.

6.1.1 Panorâmica geral

Quando os regressados retornam, a polícia nacional e/ou os serviços de informação irão em primeiro lugar interrogá-los para **estabelecer o risco** colocado pelo regressado e se é necessário proceder a uma ação penal. Quando os regressados não se tornam objeto de ação penal (ainda) ou quando a ação penal decorreu e o indivíduo não foi preso ou já não se encontra preso, este retornará à sociedade. A ideia geral é que para garantir a segurança da sociedade o melhor a fazer é promover o bem-estar social e a reabilitação dos regressados. Essas pessoas que são e se sentem parte da sociedade têm menos probabilidade de retomarem a participação em ou de se sentirem atraídos por grupos terroristas ou extremistas violentos (novamente). O **processo de ressocialização deve ser adaptado à situação do indivíduo**. Ao apoiar um regressado no seu processo de ressocialização, é necessário entender os motivos por detrás do seu regresso, a sua situação pessoal e social, o seu estado psicológico e as suas convicções ideológicas.

6.1.2 Quatro princípios orientadores referentes à ressocialização e à reintegração dos regressados

5. A **ressocialização, a reintegração e a reabilitação** são aspetos importantes para evitar que os regressados comprometam a segurança da sociedade.
6. É necessário obter uma **abordagem personalizada e diferenciada** baseada no perfil de risco de cada regressado. Os regressados são todos diferentes e necessitam de diferentes abordagens e de diversas intervenções e instrumentos.
7. É importante obter uma **abordagem multidisciplinar e uma participação a nível local**, quer para a avaliação de risco, quer para a reabilitação/reintegração. Todas as organizações pertinentes devem estar envolvidas num esforço abrangente para proporcionar a ressocialização e a reintegração do regressado. As autoridades locais ou regionais encontram-se numa posição privilegiada para coordenarem esta abordagem abrangente a nível local.

8. A **troca de informações** entre os serviços de informação, a polícia e as organizações sociais aos níveis nacional e regional é essencial para lidar com os regressados. É necessário ponderar um maior investimento na troca de informações a nível nacional e local e entre diferentes organizações.²⁴

Os profissionais da primeira linha, tais como os assistentes sociais, os assistentes do programa de saída (Exit), os assistentes de apoio à família e os orientadores de saúde mental recorrem a vários programas, métodos e intervenções com sucesso comprovado para a ressocialização, a reintegração e a reabilitação dos (antigos) indivíduos radicalizados na sociedade.²⁵ Estas iniciativas também podem ser usadas para os regressados, desde que sejam personalizadas de acordo com o regressado em causa e que as diferenças entre os regressados e outros (antigos) indivíduos radicalizados sejam tidas em conta.

No caso dos profissionais que apoiam os regressados na sua ressocialização, quer sejam assistentes sociais, profissionais de saúde mental ou assistentes de apoio à família, é importante ter em conta os seguintes oito aspetos durante a conceção e a oferta de intervenções destinadas especificamente aos regressados:

- **Conceba intervenções com base numa avaliação dos riscos e das necessidades:** Um regressado pode constituir uma ameaça para a sociedade. É obrigatório realizar uma avaliação de risco das ameaças a curto prazo (ataque, recrutamento) e a longo prazo (psicose, comportamento violento) colocadas pelo regressado. Se não for facultada uma avaliação de risco, solicite-a através da polícia local ou da pessoa de contacto nacional do regressado — não se trata de estigmatizar, mas sim de estabelecer os riscos e os factos. Também é importante partilhar estas informações (as partes não confidenciais) com outras organizações e pessoas que desempenham um papel na ressocialização do regressado. Para obter mais informações sobre a avaliação de risco, ver o capítulo 2.
- **Esteja preparado para um maior nível de partilha de informações:** Uma vez que os regressados podem constituir uma ameaça para a sociedade, estes estão sujeitos a uma maior atenção por parte do governo nacional e local, da polícia e dos serviços de informação. Como tal, esteja preparado para a partilha de informações e assegure-se de que os mecanismos necessários para a partilha de informações estão preparados e são implementados. Discuta os fluxos de informações com a equipa de coordenação local ou regional composta por vários organismos implicados. Discuta especificamente quais as informações necessárias, qual o tipo de informações que é necessário partilhar e com quem e quando deverá trocar as informações sobre o regressado. É aconselhável fazê-lo assim que as preparações para o regresso do indivíduo à comunidade local começarem. Pondere ter um ou dois assistentes de ligação a nível local e parte da equipa composta por vários organismos implicados que irão certificar-se de que as informações pertinentes sobre o regressado transitam do nível local para o nacional e vice-versa.

²⁴ Estes princípios orientadores são acordados em todas as comunicações da UE referentes a combatentes terroristas estrangeiros regressados. Ver, por exemplo, o coordenador da UE do combate ao terrorismo «Foreign terrorist fighter returnees: Policy options» (Combatentes terroristas estrangeiros regressados: opções de políticas), Bruxelas, 29 de novembro de 2016 14799/16.

²⁵ Para conhecer exemplos inspiradores, consulte o documento «RAN Collection of Approaches and Practices», https://ec.europa.eu/home-affairs/what-we-do/networks/radicalisation_awareness_network/ran-best-practices_en

Conselho de um coordenador local com experiência em lidar com regressados: «É necessário haver uma clarificação precoce e nítida dos papéis da polícia nacional, da agência de informação, da polícia local e das autoridades locais. Os papéis dependerão do tipo de regressado, dos antecedentes, da capacidade, da intenção (nível de ameaça) e do estado psicológico do combatente.»

- **Utilize instrumentos e métodos adaptados aos indivíduos com convicções fortes:** A maioria dos regressados continua a ter ou teve uma forte convicção ideológica. Todos eles foram sujeitos a uma doutrinação severa. Isto implica não só o compromisso com a jiaide e o salafismo e com a sua luta contra os infiéis, mas também ideias fervorosas sobre, por exemplo, a democracia, a orientação sexual e o papel das mulheres.²⁶ Durante a tutoria dos regressados, prepare-se para usar técnicas e intervenções usadas para lidar com convicções fortes. Aborde essas «crenças» durante a tutoria e o aconselhamento (ver o ponto 6.2.2 sobre *Respostas para a tutoria e o aconselhamento* para obter mais informações).
- **Falta de cooperação na reintegração:** Haverão regressados que não quererão reintegrar a sociedade. Se for esse o caso, discuta a situação com a equipa de coordenação local composta por vários organismos implicados e avalie quem tem a melhor relação com o regressado. Será o assistente de apoio à família através dos membros da família do regressado? O assistente social? O assistente de proteção de menores? Ou a polícia? Esta pessoa/organização deverá esclarecer ao regressado que ele poderá ser monitorizado devido a ter-se juntado ou de ter tentado juntar-se a uma organização terrorista. Talvez esta pessoa possa convencer o regressado a cooperar. Se o regressado não estiver minimamente disposto a cooperar, discuta o nível mínimo de cooperação necessário (com base nos regulamentos nacionais) com a equipa local composta por vários organismos implicados e com as autoridades nacionais. Torne esta cooperação obrigatória para o regressado. A polícia (local) pode executar estas obrigações. Contudo, a tutoria de um regressado que visa a desvinculação ou a desradicalização não servirá de nada se for exercida pressão sobre o regressado para que este participe. Se se deparar com um regressado que não quer cooperar, pondere contactar os agentes de liberdade condicional para discutir instrumentos e intervenções de persuasão.

Prática em ação: Aconselhamento sistémico de saída A ONG alemã Legato de Hamburgo é especializada no aconselhamento sistémico de saída e desenvolveu um programa especial para o aconselhamento de regressados. Este programa tem em conta o possível risco colocado por um regressado, os seus possíveis pontos de vista dogmáticos e os desafios específicos da saída de um grupo terrorista. Para obter mais informações, contacte a [Legato](#).

- **Preste especial atenção à segurança dos contactos sociais imediatos do regressado:** Uma vez que os regressados foram frequentemente responsáveis por atos de violência extrema ou testemunhas de atos de violência extrema, a probabilidade de repetirem atos extremos e/ou violentos aumenta. Preste mais atenção à segurança das pessoas que rodeiam o regressado, bem como dos profissionais da

²⁶ O elemento da ideologia e da doutrinação desempenha um papel ainda maior no caso das crianças regressadas, especialmente quando estas regressam depois de viverem com o Daesh (ver o capítulo 7 «Crianças»).

primeira linha que trabalham com o indivíduo. Acompanhe a avaliação de risco do regressado e discuta o risco de comportamento violento e a forma de lidar com este risco junto da equipa de coordenação composta por vários organismos implicados (ver o ponto 6.2.2 sobre Respostas para a tutoria e o aconselhamento para obter mais informações).

- **Implemente avaliações da saúde mental e física:** Viver em território terrorista e numa zona de guerra significa que é provável que os regressados estejam a sofrer traumas e outros problemas de saúde mental; podem ter sido responsáveis por atos bastante violentos, podem ter testemunhado situações de violência extrema, a morte de membros da família ou podem ter sido vítimas de violência (violação, espancamentos, etc.) e podem ter vivido num ambiente perigoso durante bastante tempo. Avalie o estado psicológico do regressado quando lidar com ele (ver o ponto 6.2.3 «Respostas para a saúde mental» para obter mais informações). As condições de vida em território terrorista são terríveis e perigosas. Procure conhecer as necessidades médicas físicas, bem como lesões, feridas de guerras, desnutrição e doenças. Prepara-se para fornecer tratamento ou para encaminhar o regressado se for caso disso (ver o ponto 6.2.4 *Respostas práticas* para obter mais informações).
- **Esteja ciente da atenção que os casos que envolvem regressados atraem:** Todos os casos que envolvem regressados recebem bastante atenção dos meios de comunicação social e dos políticos. Parecerá que toda a sociedade está a observar o regressado e a forma como este é tratado pelo governo e pelas organizações sociais. A sociedade estará a acompanhar atentamente todos os benefícios que recebem, onde vão viver, quem está a pagar pelo estilo de vida deles e qual o nível de ameaça que eles constituem. Contacte os peritos em comunicação da sua organização e (através deles) entre em contacto com os peritos em comunicação das autoridades locais e prepare uma estratégia de comunicação sobre os regressados com os quais está a lidar ou a preparar-se para lidar. Veja o capítulo 8 *Questões transversais* para obter sugestões sobre a estratégia de comunicação.
- **Esteja ciente do risco de isolamento e estigmatização ao tentar a ressocialização:** A maioria das pessoas está a par das atrocidades cometidas pelo Daesh, pela Al-Qaida e por outros grupos extremistas violentos. Os indivíduos que regressam destas organizações terroristas serão tratados com desconfiança e hostilidade. Os regressados serão estigmatizados e isolados da comunidade local à qual regressam. Isto constituirá um desafio adicional para a ressocialização e a reintegração dos regressados. Talvez seja necessário realizar um esforço adicional para informar a comunidade local sobre os motivos que justificam e explicam a integração do regressado. A realocização do regressado noutra cidade também poderá ser uma opção a considerar. Avalie possíveis divisões por setores. Alguns Estados-Membros comunicaram incidentes entre grupos curdos, ex-combatentes do exército sírio e combatentes terroristas estrangeiros regressados do Daesh.

6.2 Métodos e modelos de intervenção concretos

6.2.1 Respostas para o apoio à família

Os **membros da família** do regressado podem desempenhar um papel crucial no período desafiante de ressocialização e de reintegração na sociedade. A maior parte dos indivíduos quebra o contacto com a sua rede social antes de viajar para um território terrorista e apenas contacta esporadicamente a mãe e/ou o pai e os irmãos. Quando regressam, muitas vezes os membros da família são os únicos contactos sociais que lhes restam. É importante construir uma relação com a família de um combatente terrorista

estrangeiro, uma vez que o estabelecimento de contactos fortes e firmes com a família auxiliará a cooperação quando o combatente terrorista estrangeiro regressar.

Os membros da família podem proporcionar uma **porta de acesso para regressarem à sociedade**. Contudo, é importante avaliar em que medida a família apoia o regressado e — se for caso disso — a sua mulher e os filhos. É útil receber apoio por parte de pessoas que são uma influência positiva para o regressado. Contudo, nem todos os membros da família e amigos são boas companhias durante o processo de ressocialização, uma vez que podem ser apoiantes ou membros de um movimento terrorista ou extremista violento. Esta questão deve ser avaliada antes do envolvimento da família no processo.

Leituras complementares

Famílias de combatentes terroristas estrangeiros do Daesh: O Centro Internacional para o Estudo da Radicalização e Violência Política estudou 46 contas de acesso público das «famílias do Daesh» provenientes de 17 países para avaliar se estas partilham determinadas experiências e emoções. Consulte os resultados neste [documento](#).

A RSR desenvolveu uma **abordagem de 10 etapas para o trabalho com as famílias**. As etapas são indicadas no gráfico apresentado abaixo e visualizadas como um círculo, uma vez que se influenciarão umas às outras. As etapas podem ser aplicadas de forma geral, bem como caso a caso. No documento ex-post da RSR *Working with families and safeguarding children from radicalisation; Step by step guidance paper for practitioners and policy-makers* (Trabalho com as famílias e proteção das crianças da radicalização; Documento de orientação por etapas para profissionais e decisores políticos), as 10 etapas são explicadas e ilustradas com exemplos práticos. Os princípios fundamentais que formam os alicerces de uma boa abordagem em matéria de apoio à família também são partilhados neste documento da RSR.²⁷

²⁷ Consultar a Rede de Sensibilização para a Radicalização (RSR). (2016). Documento ex-post, RAN YF&C e RAN H&SC: «Working with families and safeguarding children from radicalisation». Retirado de https://ec.europa.eu/home-affairs/sites/homeaffairs/files/what-we-do/networks/radicalisation_awareness_network/about-ran/ran-h-and-sc/docs/ran_yf-c_h-sc_working_with_families_safeguarding_children_en.pdf

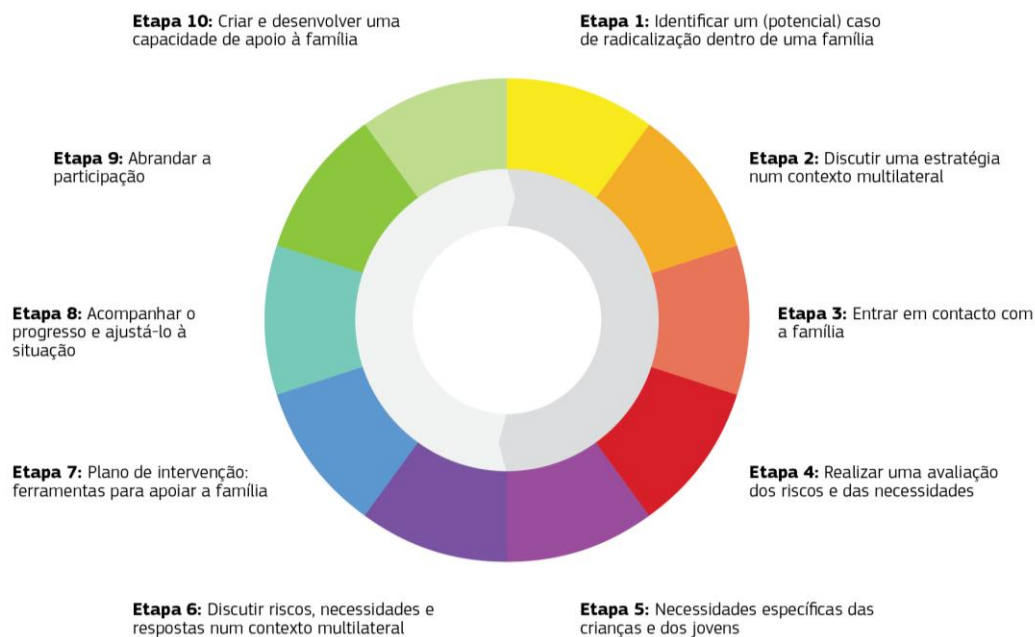


Figura 5, Abordagem de 10 etapas para o apoio à família

Leituras complementares

«**Working with families and safeguarding children from radicalisation**»: Este [documento ex-post da RSR apresenta uma abordagem de 10 etapas para o apoio à família](#) que também se aplica a famílias de combatentes terroristas estrangeiros e a combatentes terroristas estrangeiros regressados.

Métodos de apoio à família: Para consultar sugestões sobre o reforço das capacidades e os métodos de apoio à família, consulte este [documento ex-post da RSR: Family support: what works?](#) (Apoio à família: quais os métodos que funcionam?)

Panorâmica de práticas: Para obter mais exemplos das intervenções e dos processos relativos ao apoio à família, veja o [capítulo sobre o apoio à família no documento «RAN Collection of Approaches and Practices»](#) (Recolha de abordagens e práticas da RSR).

Outros elementos a ter em conta ao envolver e/ou apoiar a família de um regressado:

- 1. Avaliar a relação entre o regressado e a sua família e rede social:** A relação terá sofrido um elevado nível de pressão. O regressado abandonou a família, pode ter-se isolado deles antes de partir e manteve-se afastado e provavelmente estabeleceu pouco contacto. Além disso, os membros da família podem alimentar ressentimentos em relação ao regressado e ao facto de este se ter juntado a uma

organização terrorista e podem ter sofrido afastamento/dificuldade em resultado desta decisão. Por outro lado, os membros da família podem apoiar o seu parente e vê-lo como um herói que tomou a decisão certa. **Os profissionais que trabalham com estas famílias devem avaliar a relação entre o regressado e os membros da sua família. Eles ainda mantêm alguma relação? E, se mantêm, a relação é de que natureza?** A família está disposta a apoiar o regressado mesmo que isso signifique que outras pessoas da comunidade isolem ou condenem a família por fazê-lo? Os membros da família apoiam o grupo terrorista ou a radicalização contínua? Lembre-se de que poderá ter sido a situação familiar a alimentar a radicalização do regressado. Se a família não for uma opção de contacto, tente estabelecer contacto com outras pessoas das quais o regressado era próximo.

Conselho de um assistente do programa de saída (Exit) com experiência: «Apoiar as famílias de combatentes estrangeiros trará benefícios quando os combatentes regressarem. Se estas famílias confiarem na organização de saída, podem tornar-se parceiros importantes e motivar o regressado a cooperar com o programa.»

2. **Ser transparente na recolha e na partilha de informações com as autoridades:** Normalmente, os indivíduos que viajam para território terrorista estabelecem algum contacto com os membros da sua família durante a sua permanência no estrangeiro. É ainda mais provável haver contacto quando alguém está a tentar regressar ou a planear um regresso. Como tal, é aconselhável contactar os membros da família dos indivíduos que partiram e investir na criação de um relacionamento. Os membros da família podem necessitar e desejar o seu apoio. **Esta relação poderá fornecer informações valiosas** e criar uma oportunidade para preparar um regresso relativamente fácil. As informações sobre a família devem ser partilhadas com a polícia (local) e/ou as autoridades (locais). Explique à família do regressado que as informações serão partilhadas — e quais as informações que serão partilhadas — com as autoridades (locais). Esta partilha deve ser transparente. Está a lidar com um indivíduo que se juntou a uma organização terrorista e a família precisa de enfrentar esta realidade e as suas consequências.

Estudo de caso — ligação com a família de um possível regressado

Rapariga de 17 anos, abandonou a cidade A para ir para a Síria em 2013. Casou com um combatente do Daesh da sua cidade natal enquanto estava na Síria, apesar de antes não serem um casal. Têm três filhos. A estrutura de apoio local está bastante envolvida com a família. Existiam preocupações específicas acerca da irmã mais nova, que parecia vulnerável. A situação melhorou. Devido à duração e à intensidade do envolvimento com a família, existe uma boa ligação. A rapariga tem estado em contacto com os pais e indicou que pretende regressar. Contudo, tem sido alvo de ameaças devido a essa opção, incluindo do próprio marido. Uma vez que a família do marido vive na mesma cidade, existem tensões entre ambas as famílias.

Lições a tirar:

- É essencial realizar uma gestão cuidadosa da cooperação entre diferentes profissionais. Neste caso, ambas as famílias recebem apoio da estrutura de apoio local. Contudo, a partilha de informações entre os profissionais de apoio é desafiante e implica riscos.
- É recomendável apoiar as famílias com informações sobre em que medida é possível facilitar o regresso. Neste caso, a filha pediu dinheiro aos pais para o regresso. O quadro jurídico não é claro no que diz respeito às consequências desse ato (será encarado como um auxílio da filha ou um apoio a um

grupo terrorista?). Os pais querem agir discretamente para não colocarem a filha em perigo. Contudo, os profissionais aconselharam a documentação de todas as comunicações e transações. Depois de uma consulta do governo nacional, foram enviadas instruções bastante específicas à família sobre como transferir o dinheiro.

- As informações devem ser geridas com bastante cuidado. Neste caso, a polícia gostaria de obter mais informações do contacto de forma a avaliar melhor a situação e o risco. Os pais receiam que a comunicação da filha esteja a ser monitorizada e não querem colocar a filha ou os netos em perigo. A família do marido anda a espalhar rumores de que a filha continua a assumir uma posição de liderança na força policial feminina do Daesh. Não é claro se estas informações são verdadeiras.
- As crianças podem ser protegidas se houver concordância sobre o local onde viverão antes do seu regresso. Se a filha regressar com os filhos, existem preocupações acerca da custódia, uma vez que, provavelmente, a família do marido também quererá a custódia. Para além do risco de uma luta pela custódia, as tensões vividas entre as famílias poderão também ter um efeito negativo nas crianças.
- Existe uma forte necessidade de obter um quadro jurídico mais claro, incluindo ao nível dos profissionais. O aconselhamento e o apoio jurídicos devem ser estabelecidos para apoiar e proteger os profissionais caso estes participem em processos judiciais e para quando é pedido aos profissionais que aconselhem as famílias acerca das situações com consequências jurídicas. Isto serve para evitar que os profissionais tenham responsabilidade jurídica individual.
- Os casos que envolvem regressados tornaram-se muito mais concretos. Sendo que antes algumas famílias pareciam conformar-se com a situação, estas estão agora mais motivadas para trazerem os membros da sua família de volta — e é muito mais provável que eles regressem.

3. **Informar a família sobre as consequências jurídicas de auxiliarem os seus filhos:** Por norma, os pais e os membros da família estão bastante envolvidos na tentativa de trazerem o seu filho (mesmo que este seja um adulto) de volta. Têm tendência a procurarem diferentes possibilidades de ajudarem e acelerarem este regresso, por exemplo, ao enviarem dinheiro e ao viajarem para a Turquia ou a Síria. Os quadros jurídicos e a jurisprudência acerca destas ações diferem consoante o país. Como tal, os profissionais de apoio à família devem ser formados e informados sobre as consequências jurídicas destas ações nos seus próprios países para poderem aconselhar devidamente as famílias. É obrigatório estabelecer uma cooperação estreita entre os profissionais e o governo nacional sobre o tema do auxílio ao regresso e/ou do envio de dinheiro.

Estudo de caso — pagar por um regresso ilegal?

Uma mulher proveniente da cidade B viajou para a Síria e casou com um homem proveniente da cidade A. Ela foi rejeitada pela própria família na cidade B, mas a sua sogra, que vive na cidade A, tem uma forte ligação com ela. O marido dela morreu em combate. A mulher indicou que pretende regressar. Também tem filhos e a sogra indicou que pretende fornecer os cuidados necessários às crianças. A sogra também conhece a família de outra mulher proveniente da cidade B que viajou para a Síria. A família desta outra mulher recebeu as mesmas instruções para enviar dinheiro que a sogra recebeu. Contudo, estas informações não podem ser partilhadas com as famílias por questões de segurança. Existem preocupações acerca da legitimidade do pedido — ela pretende mesmo regressar ou simplesmente quer dinheiro? Entretanto, a mulher proveniente da cidade B começou a viver com uma família da Síria que está a tomar conta dela e dos seus filhos. Ela indicou que pretende enviar os filhos para a Turquia para os manter em segurança. A sogra está disposta a viajar para a Turquia para ir buscar as crianças.

Ilações a tirar:

É importante salientar os benefícios de um regresso organizado e da gestão de expectativas. No país do qual esta família é proveniente, a abordagem é pedir às pessoas que pretendem regressar da Síria ou do Iraque com crianças que se inscrevam no consulado do país de origem. As crianças fazem testes de ADN para estabelecer a ligação biológica aos pais antes da família poder viajar. Uma vez que estes resultados demoram algum tempo a chegar, as famílias podem não estar dispostas a esperar e o risco de tomarem as rédeas da situação aumentam. A família do regressado deve ser informada sobre a espera, para poder estar preparada. Os benefícios de um regresso organizado incluem uma viagem protegida e menos perigosa, uma pensão de alimentos imediata e uma melhor preparação da estadia da criança junto da família.

4. Esteja ciente de outros riscos aos quais os regressados e as suas famílias estão expostos:

- O regressado pode estar mentalmente instável, traumatizado ou continuar zangado com a sua família e pode tentar magoá-los;
- a organização terrorista pode querer vingar-se do regressado por ter partido e ameaçar o regressado e a sua família;
- o Daesh considera os filhos de (antigos) combatentes do Daesh propriedade sua e ameaçaram o regressado e a sua família, na tentativa de os coagirem a devolver a criança em vários casos.
- a comunidade poderá querer vingar-se do regressado por ter participado numa organização terrorista e/ou da família por apoiar o regressado.

Estes riscos devem ser discutidos na equipa de intervenção local composta por vários organismos implicados e, se necessário, com o governo local. A polícia local e nacional e os profissionais de saúde mental podem ajudar a avaliar a situação e a atenuar os riscos.

5. Ter em conta a posição da família na comunidade mais ampla: Dependendo da situação na comunidade, a família do regressado pode estar isolada ou ser alvo de uma desconfiança grave por parte da comunidade que a rodeia, uma vez que o seu parente pertence a uma organização terrorista. Se for esse o caso, apoie a família na sua reintegração na comunidade, desenvolvendo um plano de reintegração específico para a mesma. Não se esqueça que este plano necessita de uma cooperação entre os vários organismos implicados e, possivelmente, de um perito em comunicação para ajudar a comunicar a situação da família numa escala mais abrangente (mas, mesmo assim, local).

Prática em ação

Apoio na prevenção: Através de uma [linha de apoio gratuita](#), o governo francês presta apoio imediato aos pais, aos familiares ou aos pares de indivíduos que tentam viajar para a Síria ou para o Iraque ou regressar do Daesh. É possível ligar para a linha de apoio para obter assistência imediata ou para obter informações. O interlocutor estará — se necessário — em contacto com uma equipa de ação regional. Também é possível contactar esta linha de apoio para obter informações ou apoio em caso de verificação de sinais de indivíduos (possivelmente) radicalizados.

Apoio destinado aos pais de combatentes terroristas estrangeiros: A Violence Prevention Network (Alemanha) possui aconselhamento para famílias para prestar apoio aos pais de jovens radicalizados e/ou de combatentes estrangeiros. Consultar: [Family Counselling -Support for parents of “foreign fighters” or](#)

[youths at risk to be radicalised](#) (Aconselhamento para famílias: apoio para pais de «combatentes estrangeiros» ou de jovens em risco de radicalização)

Tutoria e aconselhamento para pais: Este manual dinamarquês sobre a aplicação de medidas locais nos domínios da tutoria, do aconselhamento para pais e do apoio a familiares fornece uma descrição prática e extensiva de várias intervenções e instrumentos de avaliação. Consultar o Centro dinamarquês para a prevenção do extremismo, [Mentoring effort, parent coaching and relatives and carers networks Solution-focused work on life skills](#) (Medidas de tutoria, aconselhamento para pais e redes de familiares e cuidadores - Trabalho focado em soluções sobre as competências para a vida).

Formação sobre a resiliência: O governo belga, financiado pela EU, desenvolveu um programa de formação sobre a resiliência para jovens em risco e para os membros da sua família. Este programa chama-se [Bounce](#). O programa pode ser usado por qualquer país e inclui orientações para a formação de formadores.

Centro de apoio à família: [O Centro neerlandês de apoio à família](#) é um exemplo de como apoiar as famílias de indivíduos radicalizados (incluindo combatentes terroristas estrangeiros)

Serviço de aconselhamento sobre a radicalização: O Serviço Federal Alemão para a Migração e os Refugiados (BAMF) presta apoio aos membros da família e aos amigos de indivíduos já radicalizados ou em processo de se tornarem radicalizados. Desde o ano de 2012, [o centro de aconselhamento](#) funcionou como um primeiro ponto de contacto, prestando informações gerais às famílias sobre o Islamismo, dando conselhos aos indivíduos e inclusive ajudando os pais ou outros familiares dos jovens que abandonaram o país para irem para a Síria ou para o Iraque ou que regressaram desses países. O aconselhamento é dado por parceiros experientes da sociedade civil a nível local. Juntamente com os estados federais, foi construída uma rede nacional, que está constantemente a ser expandida e melhorada.

Leituras complementares

Princípios da reintegração: Para obter mais informações relativas à reintegração de regressados, consultar: [Malta Principles for Reintegrating Returning Foreign Terrorist Fighters \(FTFs\)](#) (Princípios de Malta para a reintegração de combatentes terroristas estrangeiros [CTE] regressados).

6.2.2 Tutoria e aconselhamento

Quando um regressado está disposto a reintegrar-se na sociedade, a tutoria e o aconselhamento durante este processo são essenciais. O regressado precisa de integrar-se e de voltar a introduzir-se na comunidade, junto dos vizinhos, das entidades patronais e talvez de várias agências e organizações comerciais (bancos, seguradoras, etc.). Nesta secção analisaremos as respostas à tutoria e ao aconselhamento dos regressados.

Estudo de caso – o papel da tutoria

Um rapaz de 18 anos frequenta a escola secundária e uma mesquita local. Torna-se membro de um grupo de jovens salafistas radicais. À medida que se vai tornando cada vez mais radicalizado, assiste-se a mudanças bruscas de comportamento. Ele passa de uma pessoa extrovertida, amável e dedicada para uma

pessoa introvertida e fechada. É visto várias vezes a assumir o papel de espectador solidário durante um julgamento por terrorismo. Desiste da escola e do trabalho num supermercado da zona. Em maio de 2013, parte para a Síria com um amigo. A família fica em choque e sente-se bastante insegura. São iniciadas reuniões entre o coordenador local de combate ao extremismo violento e os pais. Os pais são convidados a participar na rede local para pais e a participar regularmente nas reuniões. Seis meses após a partida, o jovem de 18 anos regressa. O seu pai contacta de imediato o coordenador local. No dia seguinte, o coordenador local reúne-se com o regressado e com o seu pai. Ele aparenta estar física e emocionalmente exausto. O regressado é sincero, amigoso e comunicativo e afirma que pretende «recuperar a vida que tinha». O regressado sente-se extremamente grato pela receção que teve aquando do regresso e todos os sinais de radicalização desapareceram. Uma semana depois, o regressado foi apresentado ao seu tutor. Também lhe permitiram que regressasse à escola com a condição de realizar a tutoria e o aconselhamento. Tratou-se de um processo de enorme sucesso e, no verão de 2016, o regressado concluiu a escola com excelentes notas.

Lições a tirar:

- Prepare-se para investir em relações com a família e o regressado, para poder abordar temas ideológicos e teológicos no âmbito de um regime de tutoria.
- Este caso ilustra a importância de estabelecer contacto com a família e envolvê-la antecipadamente no processo. Mais tarde, estas ações dão resultado.
- A tutoria é essencial para orientar o regressado e garantir que este cumpre os seus compromissos.

A tutoria e o aconselhamento de um regressado enquanto ele retorna à sociedade também é denominado de trabalho de saída. As intervenções e os instrumentos de saída usados ao prestar ajuda a indivíduos radicalizados que querem sair de uma organização extremista violenta na qual participaram também são úteis para lidar com um regressado. Veja o capítulo 5 para obter mais informações sobre os programas de tutoria.

Prática em ação

O programa de saída para regressados Aarhus composto por quatro etapas desenvolveu um programa de saída para os regressados composto por quatro etapas. Pode encontrar uma descrição do programa na página 8 do [documento ex-post da RSR sobre a criação de uma intervenção de saída](#)

Aconselhamento e desradicalização

A organização alemã Hayat oferece programas de aconselhamento para indivíduos envolvidos em grupos salafistas radicais ou que caminham para a radicalização jihadista violenta, incluindo os indivíduos que viajam para a Síria e para outras zonas de combate. Consultar o [sítio Web](#) deles para obter mais informações.

Aconselhamento em caso de extremismo

O Centro Austríaco da Informação sobre o Extremismo oferece aconselhamento presencial, informações, bem como oficinas e palestras para ajudar os familiares, os assistentes sociais, os professores e outras pessoas pertinentes a lidarem com alguém que se tenha juntado a um grupo extremista. O serviço de aconselhamento é gratuito, anónimo e confidencial. Pode encontrar mais informações neste [sítio Web](#).

Animação de rua e aconselhamento

A Kitab, uma equipa da organização VAJA e.V em Bremen (Alemanha) trabalha no combate aos processos de radicalização que afetam os jovens no contexto do Islamismo e do Salafismo fundamentalistas. Prestam aconselhamento a indivíduos radicalizados e aos seus pais, familiares ou outras pessoas que pertencem ao círculo social dos indivíduos. Para obter mais informações, [contacte a VAJA](#).

Juntamente com os oito aspetos a ter em conta durante a conceção e a realização de intervenções especificamente destinadas a regressados mencionadas no ponto 6.1, existem mais dois elementos que devem ser tidos em conta durante a tutoria de um regressado.

- **Seja claro em relação aos objetivos e às metas:** Antes de iniciar um projeto de tutoria com um regressado, formule objetivos e metas claros para esta tutoria. Vários profissionais repararam que é difícil estabelecer se e quando a meta da tutoria é atingida pelos regressados. Estes comunicaram que as necessidades de tutoria são infinitas. Devem ser formulados objetivos e metas claros para evitar uma situação na qual a tutoria permanece demasiado oca e pouco desafiante para o regressado. Desta forma, não é possível obter uma reintegração adequada na sociedade.

Estudo de caso – regressada grávida de um combatente terrorista estrangeiro conhecido

Uma mulher de 20 e poucos anos seguiu o marido para a Síria em 2015 para ficar com ele em território controlado pelo Daesh. Seis meses depois de chegar, o marido morreu. Com a ajuda de um membro da família que viajou para a Turquia e usou os seus contactos lá, ela regressou grávida ao país de origem. Defende que não participou em combates. Regressou depois do marido morrer e não queria casar com outro homem do Daesh. Depois do seu regresso, ficou detida durante algum tempo e o seu passaporte foi confiscado. Quando regressou à sua cidade natal, um assistente social do município — informado pelo governo nacional sobre o regresso iminente — contactou-a. Este profissional da primeira linha verificou se a mulher estava mentalmente pronta para se tornar mãe. Parecia pronta, mas verificaram-se sinais de depressão e trauma. O profissional receou que a mulher regressasse ao Daesh assim que a criança nascesse. Foi organizado um aconselhamento individual para a mulher. A família e os seus antigos amigos apoiaram-na sempre. Em 2016 a mulher deu à luz. Ao mesmo tempo, o Daesh reclamou o bebé como seu. Ameaçaram a mulher e a família dela. Em 2017 parece que a mulher pretende ficar, estava a planear voltar a estudar e pareceu estar melhor e menos deprimida. O risco do Daesh raptar o seu filho parece ter sido reduzido. Mas o pai da criança é bastante conhecido entre os seguidores do Daesh; ele assumia uma função importante no Daesh antes de morrer e é admirado, por isso o seu filho poderá receber mais atenção.

Lições a tirar:

1. O apoio dos membros da família é crucial aquando da reintegração na sociedade. Esta mulher regressou a um ambiente acolhedor e aberto e também foi bastante importante o facto de os amigos da mulher a acolherem de volta.
2. O risco de segurança é uma problemática crucial. Ajuda a obter atenção e orçamento, mas dificulta bastante a partilha de informações. Os serviços de informação e a polícia não cedem facilmente informações porque a maioria das informações é confidencial. Isto dificulta bastante a avaliação de um caso. Neste caso, a ameaça do Daesh e o facto de terem reclamado o bebé aumentou ainda mais o risco de segurança. Ajudaria se a partilha de informações pudesse ser mais transparente e rápida.
3. Quando parar a tutoria? Em casos que envolvam regressados é mais difícil avaliar quando um indivíduo está integrado na sociedade. Se estes puderem viajar para o Daesh ou ser contactados pelo Daesh, compensa adotar um comportamento bastante cauteloso.

- **Segurança:** Realizar tutoria e aconselhamento com um regressado para que este abandone mentalmente a organização terrorista da qual fazia parte implica trabalhar com indivíduos que estão acostumados à violência e ao crime. O risco de violência contra o profissional envolvido no processo é bastante real e deve ser encarado com seriedade. O risco varia consoante o caso e a organização. A panorâmica apresentada na figura 6 descreve as medidas de segurança que devem ser aplicadas caso a situação assim o exija.



O escritório

- Não comunicar o endereço do seu escritório online ou offline (sinalização)
- Manter documentos e ficheiros confidenciais em segurança no seu escritório
- Utilizar segurança



Comunicação

- Regular as informações. Não partilhar informações confidenciais através de meios não seguros.
- Não usar telemóveis pessoais para questões de trabalho.
- Controlar as informações: quem sabe o quê?



Proteger a equipa

- Esconder os endereços de casa dos membros da equipa
- Manter os colegas informados sobre os compromissos e os paradeiros uns dos outros



Casos de alto risco

- Colaborar com agências de segurança.
- Criar desinformação para induzir em erro antigos grupos.
- Criar planos de emergência e contactar estruturas.



Gestão de casos

- **Analisar as ameaças:** grupos, pessoas, funções, conhecimentos perigosos, historial
- **Proteger:** preparar um plano e medidas de informações para o processo de saída.



Proteger o cliente

- Dizer ao cliente para tomar nota de todas as ameaças.
- Fornecer-lhes um diário.
- Mudá-los para um novo ambiente.
- Criar um ambiente seguro onde o cliente possa partilhar a sua história.

Figura 6, Infográfico sobre segurança²⁸

Conselho de um profissional experiente: «A segurança dos profissionais da primeira linha que participam nos casos que envolvem regressados deve ser reavaliada. Os profissionais precisam de receber formação, informações e balanços de peritos competentes. Os indivíduos que têm mais conhecimentos e experiência são normalmente profissionais dos serviços de segurança e de instituições

de ensino militar. Contudo, os indivíduos que se encontram frequentemente cara a cara com os regressados — como é o caso dos profissionais —, normalmente não têm os conhecimentos necessários acerca dos desafios e dos dilemas em matéria de segurança.»

- **Convicções fortes:** A maioria dos regressados continua a ter ou teve uma forte convicção ideológica, incluindo perspetivas sobre a forma como a sociedade deveria funcionar, e crenças bastante dogmáticas sobre, por exemplo, a democracia, a orientação sexual, o papel das mulheres e a educação. Para se integrar com sucesso na sociedade, o regressado precisa de estar consciente do facto de a sua opinião não ser partilhada pela maioria da comunidade na qual ele se está a reintegrar. Durante a tutoria dos regressados, prepare-se para usar técnicas e intervenções de desradicalização usadas para lidar com convicções fortes. Se necessário, é possível retirar lições das organizações que apoiam extremistas de direita na sua reintegração ou das intervenções usadas para reintegrar membros do IRA ou da ETA.²⁹
Pode obter mais informações sobre a tutoria e o aconselhamento no ponto 5.5.

Leituras complementares:

Programas de tutoria: este manual dinamarquês sobre a aplicação de medidas locais nos domínios da tutoria, do aconselhamento para pais e do apoio a familiares fornece uma descrição prática e extensiva de vários programas de tutoria. Consultar o [Centro dinamarquês para a prevenção do extremismo, Mentoring effort, parent coaching and relatives and carers networks Solution-focused work on life skills](#) (Medidas de tutoria, aconselhamento para pais e redes de familiares e cuidadores - Trabalho focado em soluções sobre as competências para a vida).

Práticas complementares: Para obter mais exemplos das intervenções e dos processos relativos à tutoria e ao trabalho de saída, veja o [capítulo sobre as estratégias de saída](#) no documento «RAN Collection of Approaches and Practices» (Recolha de abordagens e práticas da RSR).

6.2.3 Respostas para a saúde mental

Os regressados têm maior probabilidade do que a maioria das pessoas de sofrerem problemas de saúde mental. Passar períodos prolongados em território controlado por terroristas e em zonas de conflito pode deixar marcas psicológicas graves. Muito do nosso conhecimento sobre estes problemas resulta de traumas

²⁹ Por exemplo, a Exit Germany, uma organização que apoia extremistas de direita que pretendem abandonar o seu grupo de direita <http://www.exit-deutschland.de/english/> ou para obter mais informações sobre a desvinculação dos membros do IRA, cf. Fergusson, D.M., Swain-Cambell, N.R. e Horwood, J. (2001) Deviant Peer Affiliations, Crime and Substance Use: A Fixed Effects Regression Analysis. *Journal of Abnormal Child Psychology*, vol. 30 (4), páginas 419 a 430.

provocados por conflitos sofridos pelos membros das forças armadas.³⁰ Existe o risco de perturbação de stress pós-traumático (PTSD) entre os indivíduos que regressam de zonas de conflito — independentemente de terem estado em combate ou não — que pode deixá-los traumatizados, vulneráveis à radicalização e pode constituir um perigo para eles próprios ou para a sociedade. **Embora a perturbação de stress pós-traumático esteja na ponta mais distante do espectro, os indivíduos que regressam de zonas de conflito também podem estar sujeitos a uma vasto conjunto de problemas provocados por situações traumáticas³¹:**

- **Físicos:** dificuldades em dormir, excesso de cansaço, problemas de estômago, dificuldade em comer, enxaquecas e suores ao lembrar-se da guerra, ritmo cardíaco ou respiração acelerada, agravamento dos problemas de saúde pré-existentes, sentimentos de choque, entorpecimento, incapacidade de ser feliz.
- **Reações mentais e emocionais comuns:** pesadelos, recordações ou memórias indesejadas frequentes, raiva, sensação de nervosismo, de impotência ou de medo, sentimento de culpa, vergonha, sentimento de tristeza, rejeição ou abandono, agitação, tristeza e irritação fáceis e sensação de impotência perante o futuro.
- **Reações comportamentais:** problemas de concentração, nervosismo, agitação, sensação constante de medo, comportamento resguardado, sempre alerta, demasiado concentrado em questões de segurança, evitar pessoas ou locais relacionados com o trauma, excesso de álcool, consumo de tabaco ou de estupefacientes, falta de exercício, dieta deficitária ou fracos cuidados pessoais de saúde, problemas em executar tarefas do dia a dia na escola ou no trabalho, hábitos de condução agressivos.

Os psicólogos que trabalham com regressados também comunicam que alguns deles sofrem «danos morais» ao invés de perturbação de stress pós-traumático: o seu sistema de crenças alterou-se devido àquilo a que assistiram na Síria ou no Iraque ou em outras zonas de conflito terroristas, o que os leva a questionar a sua **imagem moral do mundo e o seu sistema de crenças**. Também podem ficar com um sentimento de traição depois de serem expostos à realidade do conflito ou ficar com um sentimento de desencantamento com a própria causa radical. De certo modo, estas reações são uma coisa boa, pois oferecem uma oportunidade de intervenção. Se estes indivíduos não receberem apoio, tornam-se vulneráveis.

Para além dos problemas psicológicos criados pelo facto de permanecerem em território controlado por terroristas, os estudos demonstram que uma percentagem excessiva de combatentes terroristas estrangeiros sofrem de **problemas de saúde mental**. Os dados provenientes de três Estados-Membros da UE indicam que até 20 % dos combatentes terroristas estrangeiros sofrem de alguma espécie de problemas relacionados com a saúde mental. A Suíça indicou que entre 15 a 20 % dos combatentes terroristas estrangeiros sofrem de problemas de saúde mental, ao passo que, nos Países Baixos, a investigação indica

³⁰ Briggs Obe, R., Silverman, T. (2014), *Foreign Fighters Innovations in Responding to the Threat* (, Institute for Strategic Dialogue.

³¹ Departamento dos Assuntos dos Veteranos dos Estados Unidos (2010), *Returning from the War Zone: A guide for military personnel*

que 60 % dos indivíduos que são ou são suspeitos de serem radicais jihadistas sofrem de problemas de saúde mental.³²

Prática em ação

Aconselhamento a vários níveis: A organização francesa [CAPRI](#) desenvolveu intervenções destinadas a desvincular indivíduos radicalizados. A organização fornece programas de tutoria, apoio às famílias, oferece aconselhamento psicológico e trabalho com peritos em teologia. As intervenções são adaptadas às necessidades do indivíduo radicalizado.

Tendo em conta a elevada probabilidade de existência de problemas de saúde mental, é essencial realizar uma avaliação do estado psicológico.

Avaliação da saúde mental destinada aos regressados³³

1. Social:
 - a. Qual é a situação atual do regressado no que diz respeito aos membros da família, aos amigos, à educação, às atividades do dia a dia, às condições de vida, à situação financeira e à religião ou à ideologia?
 - b. Como era a situação durante a permanência do regressado no estrangeiro no que diz respeito aos membros da família, aos amigos, às atividades do dia a dia, às condições de vida e à religião ou à ideologia?
2. Somática: qual é o estado de saúde atual? Existem queixas médicas? (cansaço, dor no peito, enxaquecas, visão turva, etc.).
3. Psiquiátrica: qual é o estado psicológico atual? (agitação, alterações de humor, dificuldades em dormir, preocupação, agressividade, etc.). Verifique ainda quaisquer adições que possam existir e realize o teste de QI do regressado.
4. Análise: pese todos os factos e chegue a um primeiro esboço de conclusão.
5. Comparação de análises: peça a um colega para analisar este caso e compare as conclusões.
6. Discuta as conclusões com a equipa de intervenção local composta por vários organismos implicados — eles poderão fornecer informações valiosas relativas ao regressado e à sua ressocialização. Discuta também possíveis intervenções e tratamentos.
7. Elabore uma conclusão final e, se necessário, desenvolva a intervenção e inicie o tratamento.

Ao desenvolver uma resposta em matéria de saúde mental destinada aos regressados, é importante ter em conta os seguintes cinco aspetos³⁴:

³² Paulussen C., Nijman, J. e Lismont, K., (2017), *Mental Health and the Foreign Fighter Phenomenon: A Case Study from the Netherlands*, relatório do ICCT, e Mehra, T., (2016), *Foreign Terrorist Fighters: Trends, Dynamics and Policy Responses*, Documento sobre políticas do ICCT.

³³ Os elementos do instrumento de avaliação da saúde mental destinado aos regressados são baseados nas entrevistas com especialistas em saúde mental.

³⁴ Estas considerações foram apresentadas por um profissional de saúde mental experiente que trabalhou com vários regressados.

- Não parta do princípio de que compreende o regressado. Os motivos são variados e alguns regressados podem não ter uma compreensão aprofundada dos seus próprios motivos. Os pressupostos podem criar barreiras ao estabelecimento de uma relação com o regressado.
- Os estados traumáticos são difíceis de avaliar e, muitas vezes, são negligenciados, mal interpretados ou passam despercebidos. Além disso, o trauma não se manifesta necessariamente de imediato. Como tal, é necessário incluir formas de deteção e avaliação de traumas no tratamento dos regressados. O profissional de saúde mental que trabalhará com o regressado pode preparar-se contactando um perito em traumas.
- Alguns regressados precisarão de um tratamento profissional a longo prazo e/ou de medicação. Organize este tratamento se for necessário; a falta de tratamento ou um tratamento insuficiente cria riscos.
- Para tratar com sucesso um regressado, é necessária uma abordagem coordenada e holística que abarca diferentes aspetos. Se o tratamento não for coordenado com cuidado, pode criar sentimentos de confusão e frustração para o regressado, bem como afetar os efeitos da intervenção. Discuta o tratamento com a equipa local composta por vários organismos implicados.
- É necessária paciência e tempo. Muitas vezes, os processos psicológicos são difíceis, demoram tempo e as necessidades podem variar. Como tal, o acesso aos serviços deve ser contínuo e tranquilo.

Estudo de caso – Combatente terrorista estrangeiro com perturbação de personalidade defensiva

Homem, nascido em 1993. Pai toxicodependente (cocaína, criminoso com várias condenações) e criado por uma mãe solteira. O pai batia na mãe, o que levou ao primeiro contacto com profissionais de saúde mental (aconselhamento devido ao abuso experienciado). A mãe tinha imensas dívidas, foi viver com o patrão e casou-se com ele. O homem sentiu-se com ciúmes e ignorado, começou a beber, a fumar canábis e a desenvolver vários problemas na escola. Começou a dar-se com as pessoas erradas. Desenvolveu um padrão geral em que nunca terminava nada (escola, cursos, empregos, etc.). O homem foi institucionalizado aos 16 anos, trocou a instituição por um ambiente mais liberal aos 17 anos e converteu-se ao Islão aos 18 anos. Enquanto estava de férias com a mãe, conheceu uma rapariga que se tinha convertido e a mãe dela e casou-se no espaço de um ano. Volvidos alguns meses, pouco tempo depois de ter tido um filho, viajou para a Síria (dezembro de 2012). A história, conforme ele contou, decorreu da seguinte forma:

Ele foi para a Síria pois acreditava que ia começar uma vida nova num país islâmico económico e bem regulado. A sua mulher e filho iriam ter com ele pouco tempo depois quando ele tivesse tudo organizado. Quando ele viu a realidade da Síria (especialmente na segunda localização), tornou-se bastante ansioso devido à guerra que se desenvolvia rapidamente e aos conflitos armados contínuos. Disse aos seus «superiores» na Síria que queria regressar ao seu país de origem. Foi interrogado diariamente por estes «superiores» durante várias semanas. Eles suspeitavam que ele fosse um informador do serviço de informação do seu país. Após o interrogatório que durou 2,5 meses, ele recebeu autorização para partir. No total, ele permaneceu quatro meses na Síria entre os anos de 2012 e 2013 como parte da «primeira geração» de indivíduos que viajaram para a Síria. Não apresentou informações sobre a forma como regressou. No seu país de origem, foi objeto de ação penal e condenado por participação ativa numa rede terrorista e preso durante um período breve. Quando regressou, recebeu tratamento de saúde mental para a perturbação de stress pós-traumático, mas parou a medicação ao fim de dois dias «porque tinha um sabor desagradável». Depois foi encaminhado para os cuidados especializados em traumas, mas não gostou da lista de espera que tinha pela frente e não procurou outro tratamento. Desde 2016 que vive com a mulher e os dois filhos num apartamento arrendado. Foi contratado para vários empregos, mas não dura

mais de duas semanas em cada emprego. O homem também é sedento de atenção dos meios de comunicação social, deu várias entrevistas aos jornalistas e quer publicar o seu próprio livro. Além disso, afirma estar a ser ameaçado por outro regressado. O seu atual tratamento forense foca-se na «construção de carácter/identidade», a sua mulher está a receber tratamento para a anorexia nervosa e as duas crianças estão a ser vigiadas pelos serviços de proteção de menores. Há algumas semanas, os serviços de informação contactaram o profissional de saúde mental que coordena o tratamento do homem. Ele tem-se unido a um jovem altamente radicalizado e está agora a ser controlado pelo governo e está a ser realizada uma nova avaliação de risco.

Lições a tirar:

- Alguns indivíduos radicalizados necessitam de tutoria para o resto da vida. Neste caso, uma perturbação de personalidade defensiva implica que cada movimento do homem seja «radical» ou «drástico». A conclusão geral é que este padrão reativo e um determinado nível de dependência (das instituições) acompanhá-lo-ão ao longo da sua vida, bem como uma forte tendência para externalizar e manipular. Uma vez que lhe falta resiliência ou identidade própria, estas continuarão a ser um ponto de foco contínuo no seu tratamento, bem como uma aprendizagem sobre as consequências das «decisões radicais».
- É importante prestar atenção a atitudes cínicas relativas ao tratamento e atribuir novos profissionais/gestores de casos, se tal for necessário. Parte do problema/perturbação deste homem é que ele responsabiliza constantemente os outros pela resolução dos seus problemas. Nunca assume qualquer responsabilidade e manipula. Num minuto, a sua «nova vida» é-lhe entregue de mão beijada e no outro ele toma outra decisão drástica e cria toda uma série de novos problemas. Isto resultou numa atitude cínica por parte de todos os profissionais envolvidos. Ele já não é levado a sério por ninguém, o que, por si só, cria outro perigo.

6.2.4 Respostas práticas

Muitas vezes, os regressados cessam as relações informais e formais antes de viajarem para território controlado por terroristas. Desistem do trabalho, do alojamento, do seguro e da assistência social por não estarem presentes ou por deixarem de fazer os pagamentos durante um período prolongado. A maioria deles deixa de estar registado como cidadão na sua cidade natal. Ao reintegrarem a sociedade, precisam de ajuda para organizarem estas questões práticas e para tornarem este processo o mais célere possível.

Conselho de um profissional da primeira linha experiente: «Muitas vezes, os regressados não têm um registo adequado/atualizado no sistema público e, como tal, não conseguem receber apoio e tratamento. O tempo que demora a passar por um processo regular é demasiado longo e os pedidos podem ser facilmente recusados devido a uma falta de referências ou de informações suficientes.»

É necessário elaborar uma panorâmica das necessidades mais práticas para cada regressado. Provavelmente a pessoa que realiza a tutoria ou o aconselhamento do regressado terá uma melhor visão das suas necessidades. Discuta inicialmente com este profissional e elabore uma panorâmica das necessidades. Esta panorâmica deve constar dos planos da reunião com a equipa de intervenção local composta por vários organismos implicados realizada a propósito deste regressado.

Questões práticas

As questões práticas enquadram-se sobretudo em oito categorias.

- **Início:** comece por certificar-se de que o regressado está registado nas bases de dados necessárias a nível nacional e local.
- **Tratamento imediato:** avalie a necessidade de tratamento médico devido a lesões provocadas pela guerra, a doenças contagiosas ou a doenças mentais e encaminhe o regressado para receber esse tratamento. Os tratamentos podem ter sido fornecidos no momento em que o regressado entrou no país.
- **Alojamento:** certifique-se de que o local em que o regressado viverá é seguro para ele e para a vizinhança. Se necessário, forneça um alojamento anónimo para evitar problemas de segurança provocados por vizinhos agitados.
- **Finanças:** se necessário, ajude o regressado a candidatar-se a apoio financeiro do governo local ou nacional. Além disso, se necessário, ajude-o a abrir uma conta bancária. Os regressados podem constar da lista de terroristas das Nações Unidas, à semelhança da maioria dos combatentes terroristas estrangeiros. Se for esse o caso, os seus ativos financeiros estão congelados. Deve contactar o governo nacional para iniciar um chamado processo de descongelamento. Este processo demora vários meses. Entretanto, o regressado não conseguirá ganhar dinheiro, abrir uma conta bancária ou aceder à sua conta bancária.
- **Emprego/educação:** ajude o regressado a participar em atividades do dia a dia estruturadas. O regressado deve ser contratado ou iniciar um curso de formação assim que possível.
- **Tratamento médico:** coloque o regressado em contacto com o seu (novo) médico de clínica geral. Este deve poder contactar o seu médico quando necessário. O regressado poderá ter recebido tratamento médico organizado pelo governo nacional quando chegou e foi detido. Se for esse o caso, médico de clínica geral deverá ser informado.
- **Tratamento de saúde mental:** se ainda não tiver sido efetuado, ajude o regressado a contactar os serviços locais de saúde mental, se necessário.
- **Questões jurídicas:** podem existir questões jurídicas específicas com as quais é necessário lidar, tais como o reconhecimento formal dos filhos de um regressado, o pagamento de multas que existiam antes de o regressado sair do país para ir para território controlado por terroristas ou como reunir os membros da família com uma nacionalidade diferente. Obtenha aconselhamento jurídico para o regressado através da contratação de um advogado (provavelmente *pro bono*) ou através de um coordenador local, se necessário.

7 Crianças regressadas

A introdução deste manual forneceu uma panorâmica sobre os desafios complexos que estão em jogo no que diz respeito a crianças regressadas, com base nas suas experiências no estrangeiro. Este capítulo foca-se em como dar resposta a estes desafios, tendo em conta a segurança da própria criança e o seu ambiente, bem como a necessidade de ressocializar a criança o mais rapidamente possível no novo ambiente.

7.1 Panorâmica geral

Os desafios enfrentados ao lidar com crianças que vivenciaram o extremismo e o terrorismo exigirão uma ação imediata, bem como uma abordagem a longo prazo, uma vez que muitos dos potenciais efeitos secundários podem tornar-se visíveis numa fase muito posterior.

O que queremos dizer com «crianças»? Conforme estabelecido na Convenção sobre os Direitos da Criança das Nações Unidas, uma criança é todo o ser humano menor de 18 anos. Os princípios estabelecidos na Convenção sobre os Direitos da Criança das Nações Unidas em matéria de direitos das crianças foram ratificados por todos os países da UE. De uma perspetiva jurídica, os Estados-Membros da UE diferem em termos de jurisdição no que diz respeito a definir se um ser humano menor de 18 anos se enquadra numa legislação para menores ou numa legislação para adultos. Muitas vezes, isto também dependerá da natureza do crime.

Crianças regressadas: definição deste manual

No âmbito deste manual, existem três grupos a ter em conta quando falamos sobre crianças regressadas:

1. crianças que saíram da UE (com as suas famílias ou sozinhas) para viver numa organização terrorista no estrangeiro e que regressaram (com as suas famílias ou sozinhas);
2. crianças que nasceram em zonas de conflito terroristas e que depois viajaram para a Europa;
3. crianças que nasceram na UE de uma mãe e/ou pai que esteve envolvido numa organização terrorista no estrangeiro (um combatente terrorista estrangeiro regressado do sexo feminino que regressou enquanto estava grávida da criança). Neste caso, a criança não viveu na UE antes e também não viveu numa zona de conflito terrorista. Esta categoria também se encontra incluída no manual porque o estatuto de regressado de um ou de ambos os pais pode ter um efeito na criança numa fase posterior da sua vida.

As respostas não serão necessariamente diferentes consoante o grupo, mas dependerão: do nível de trauma e de doutrinação, do carácter e da personalidade, do ambiente direto da criança, etc.

Crianças de diferentes idades

Embora seja notório que a idade importa no que diz respeito a crianças regressadas (bem como à duração em que estiveram expostas à situação de conflito e ao nível de participação), não existe uma orientação clara sobre as faixas etárias em matéria de respostas. Em termos de intervenções com crianças, é necessário seguir as orientações psicológicas e psiquiátricas. Isto significa que as crianças são categorizadas em **crianças/pré-adolescentes e adolescentes**. As decisões sobre as marcas de diferenciação para cada categoria devem ser tomadas por profissionais e é necessário ter em conta as diferenças de desenvolvimento e as considerações culturais; mas, como regra geral, as crianças com idade inferior a 12 e 13 anos seriam categorizadas como pré-adolescentes e as crianças com idade superior seriam

categorizadas como adolescentes. Só é possível realizar intervenções com adolescentes se uma criança tiver atingido um determinado nível cognitivo.³⁵

Desde o momento em que foi concebida e durante a gravidez, a criança poderá já ter sofrido as circunstâncias nas quais a mãe está a viver; estas circunstâncias poderão conduzir também a efeitos a longo prazo após o nascimento. O impacto dos períodos de stress na criança em desenvolvimento é particularmente relevante neste caso.³⁶ **Se a mãe sofrer regularmente uma resposta fisiológica ao stress, isto tem um efeito devastador no feto em desenvolvimento.** Também se considera que as ameaças ao desenvolvimento do cérebro nos primeiros 3,5 anos (1000 dias) têm um impacto enorme na capacidade da criança de se envolver com o mundo que a rodeia.³⁷ Como tal, isto deve ser tido em conta ao lidar com jovens que foram expostos a uma situação de conflito durante algum tempo, apesar da sua faixa etária.

Nos casos em que crianças mais velhas (12 ou mais anos) regressaram do território controlado pelo Daesh e foram presumivelmente testemunhas e participantes em atos de violência extrema e abuso, a principal preocupação é que estas crianças sejam menos abertas à intervenção e menos capazes de mudar. Além disso, e sustentado por estudos criminológicos que apontam para as influências dos grupos de pares nos crimes,³⁸ deve haver uma preocupação com a disseminação de ideias radicais entre os pares. Contudo, é essencial que as crianças mais velhas recebam tratamento de serviços fundamentais (por exemplo, serviços psicológicos, educativos, pastorais) adaptado ao seu nível de desenvolvimento. As crianças não devem ser incluídas nos serviços para adultos.

Independentemente da idade da criança, a promoção do desenvolvimento de elementos fundamentais, tais como as competências interpessoais, a gestão de emoções, uma família estável, etc., continua a ser fundamental para garantir a possibilidade destas crianças virem a tornar-se membros funcionais da sociedade.

7.2 Princípios orientadores para o trabalho com crianças regressadas

A experiência do trabalho com crianças que regressaram da Síria e do Iraque continua a ser bastante limitada na UE. Contudo, existe um vasto conjunto de experiências e investigações em matéria de trabalho com crianças que foram expostas a situações de combate (por exemplo, crianças-soldados), bem como a traumas graves e a ideologias extremistas. Além disso, existem convenções orientadoras e quadros internacionais que moldam as políticas que estabelecem os direitos e a proteção de crianças em situações vulneráveis e que podem fornecer orientações para a conceção de políticas e de intervenções neste domínio.

³⁵ Theodore, L. (2016) Handbook of Evidence-Based Interventions for Children and Adolescents. Springer, Nova Iorque

³⁶ Mulder, E. J., De Medina, P. R., Huizink, A. C., Van den Bergh, B. R., Buitelaar, J. K., & Visser, G. H. (2002). Prenatal maternal stress: effects on pregnancy and the (unborn) child. *Early human development*, vol. 70(1), páginas 3 a 14

³⁷ Hair, N. L., Hanson, J. L., Wolfe, B. L., & Pollak, S. D. (2015). Association of child poverty, brain development, and academic achievement. *JAMA pediatrics*, vol. 169(9), páginas 822 a 829.

³⁸ Fergusson, D.M., Swain-Cambell, N.R. e Horwood, J. (2001) Deviant Peer Affiliations, Crime and Substance Use: A Fixed Effects Regression Analysis. *Journal of Abnormal Child Psychology*, vol. 30 (4), páginas 419 a 430.

Com base nesta experiência, os profissionais que trabalham com crianças regressadas, quer sejam agentes policiais, profissionais de saúde mental, assistentes sociais ou professores, devem ter em conta os seguintes aspetos na conceção e na realização de intervenções:

- As crianças que vivem/crescem em áreas de conflito são particularmente vulneráveis devido aos abusos que enfrentam, bem como à violência que testemunham, e devido ao facto do seu desenvolvimento social, moral, emocional e cognitivo normal ser interrompido e corrompido pela experiência da guerra.³⁹ Para além dos traumas originados pela experiência de viver numa zona de conflito, o processo de restabelecimento (regresso à UE) pode ser uma causa de mais traumas. Esta questão torna-se ainda pior quando as famílias são separadas ou quando as crianças viajaram sozinhas.
- É altamente provável que as crianças expostas a conflitos armados enfrentem vários traumas contínuos⁴⁰ relativos a situações de violência interpessoal/intrafamiliar, abuso sexual, fome, desnutrição, negligência e abandono. A exposição a vários e repetidos traumas representa um risco significativo para o desenvolvimento de uma criança e para o seu funcionamento geral.⁴¹ Além disso, podem manifestar-se outros traumas em resultado dos processos de restabelecimento e de integração.⁴² Estes traumas podem ser causados por situações de discriminação, exclusão social, instabilidade, desemprego parental e pela falta de redes de apoio de pares.
- Quando as crianças foram envolvidas em atos de violência, as evidências psicológicas demonstram uma incapacidade por parte destas crianças de consentirem de forma adequada a participação em atividades violentas e uma falta de capacidade para compreenderem na totalidade as consequências dessa participação. A educação de uma criança, bem como o seu desenvolvimento biológico, determinarão em que idade é esperado que esta compreenda e preveja as consequências das suas ações. À semelhança das crianças-soldados, as crianças regressadas podem ser encaradas como vítimas e, em alguns casos, como responsáveis por atos de violência.
- Apesar de estas estarem novamente na Europa e afastadas da zona de conflito, os profissionais devem estar cientes de que as crianças poderão encontrar-se ainda num ambiente de transição. Esta situação verifica-se sobretudo quando os pais estão presos e as crianças estão, por exemplo, a viver com uma família de acolhimento. Isto poderá ser um impedimento para a resolução de traumas e para a reconstrução da resiliência⁴³.
- A ideologia do Daesh e a sua estrutura comunitária cuidadosamente organizada criaram os alicerces de uma identidade para as crianças que também funcionam como fator de proteção, permitindo-lhes permanecerem resilientes enquanto vivem nessas circunstâncias. As intervenções destinadas a abordar a ideologia/cosmovisão das crianças regressadas deve ter em conta que a desconstrução dos alicerces da identidade destas crianças e a transição para uma nova identidade é um processo complexo a longo

³⁹Kohrt, BA., Jordans, MJD., Koirala, S. et al (2014). Designing Mental Health Interventions Informed by Child Development and Human Biology Theory: A Social Ecology Intervention for Child Soldiers in Nepal. *American Journal of Human Biology*, vol. 27, páginas 27 a 40

⁴⁰Ibid.

⁴¹ Ibid.

⁴²Fazel, M., Reed, R. V., Panter-Brick, C. e Stein, A. (2012). Mental health of displaced and refugee children resettled in high-income countries: risk and protective factors. *The Lancet*, vol. 379(9812), páginas 266 a 282.

⁴³ A resiliência diz respeito à capacidade de uma criança de lidar e dar resposta a desafios normais e excecionais que surgem durante o desenvolvimento.

prazo. Como tal, este tipo de intervenções deve ser realizado no contexto de processos e/ou de medidas de reintegração e de reabilitação mais abrangentes.

- Após o seu regresso, o ambiente social da criança (família, comunidade e grupos de pares) terá uma grande influência no sucesso da reabilitação e da ressocialização. Os profissionais devem estar cientes de que alguns regressados atraíram a atenção pública/local e, como tal, são estigmatizados ou celebrados entre determinadas comunidades e grupos. As crianças de diferentes faixas etárias poderão tornar-se futuros alvos de *bullying* e intimidação ou, por outro lado, poderão ser novamente recrutadas para círculos extremistas.

Leituras complementares:

Manual do Gabinete das Nações Unidas para o Controlo das Drogas e Prevenção do Crime (UNODC) (em breve): Desde 2015, o UNODC tem vindo a fornecer assistência técnica a países que enfrentam situações de recrutamento e exploração de crianças por grupos terroristas e extremistas violentos. Em 2017, o UNODC publicará um manual focado no tratamento de crianças recrutadas e exploradas por grupos terroristas. O manual, dirigido sobretudo a decisores políticos e legisladores, bem como a profissionais, focar-se-á nos diferentes papéis dos intervenientes judiciais, na coordenação com outros sistemas e na resposta a três conjuntos fundamentais de desafios: i) prevenir o recrutamento de crianças por grupos terroristas e extremistas violentos; ii) identificar respostas eficazes em matéria de justiça para as crianças recrutadas e exploradas por esses grupos; iii) promover a reabilitação e a reintegração dessas crianças. Será dada especial atenção à situação e às necessidades específicas das raparigas.

7.3 Estratégia de resposta para as crianças regressadas

Pressupostos fundamentais para uma estratégia de resposta:

Tal como foi mencionado no **documento temático da RSR sobre crianças regressadas de zonas de conflito**⁴⁴, ao aplicar políticas e estratégias para dar resposta às crianças regressadas, é necessário assumir que:

- *Todas* as crianças que regressam do Iraque e da Síria foram expostas a algum tipo de violência e necessitam de intervenção.
- Tendo em conta os programas de doutrinação intensa do Daesh, é necessário assumir que *todas* as crianças tiveram algum tipo de envolvimento com e exposição à ideologia extremista do Daesh.

Estes pressupostos não significam que todas as crianças são ou tornar-se-ão potenciais extremistas violentos ou terroristas. Contudo, a falta de reconhecimento do impacto dessa ideologia no potencial de (re)integração na sociedade europeia pode ser nefasta.

A estratégia para as intervenções de resposta deve ser orientada por três pré-condições fundamentais:

⁴⁴ Rede de Sensibilização para a Radicalização (RSR) (2016). Documento temático: «Child returnees from conflict zones». Disponível em https://ec.europa.eu/home-affairs/sites/homeaffairs/files/what-we-do/networks/radicalisation_awareness_network/ran-papers/docs/issue_paper_child_returnees_from_conflict_zones_112016_en.pdf

1. **Um foco na intervenção e normalização precoces:** para obter os melhores resultados possíveis na ressocialização da criança regressada na sociedade ocidental, *comece* a normalizar as vidas das crianças e a integrá-las numa rede social apropriada assim que possível após a sua chegada. As crianças beneficiarão de ter um ambiente estruturado seguro e «normal» no qual possam interagir na creche ou na escola com os pares. Além disso, segundo as conclusões retiradas de estudos criminológicos, é sabido que as crianças que cometem infrações antes dos 12 anos têm maior probabilidade de continuarem a cometer infrações.⁴⁵ Embora estas conclusões não estejam necessariamente relacionadas com a violência, mas sim, de uma forma mais geral, com comportamentos desviantes, e ainda não existam investigações sobre crianças que cresceram em território controlado por terroristas, estas conclusões devem ser consideradas um estímulo para o foco na intervenção precoce (isto é, o mais cedo possível após o regresso da criança).
2. **Uma abordagem holística entre os vários organismos implicados:** nenhum serviço consegue fornecer sozinho a resposta holística necessária às crianças regressadas. Durante a conceção de uma resposta nacional e local para as crianças regressadas, é necessária uma abordagem entre os vários organismos implicados para abordar as necessidades pessoais, familiares e sociais da criança. De forma geral, é provável que os seguintes intervenientes estejam envolvidos nessa abordagem: as agências responsáveis pela aplicação da lei, os serviços de proteção de menores, os serviços de cuidados sociais, as autoridades locais, as escolas, os serviços de saúde, os serviços prisionais e de liberdade condicional (por exemplo, quando os pais estão presos), os serviços de emprego, as organizações de desporto e de lazer, as organizações religiosas e de caridade, etc.
3. **Uma abordagem personalizada com base na avaliação individual dos riscos e das necessidades:** cada caso terá o seu próprio contexto, dinâmica, riscos e oportunidades de reabilitação, que devem ser refletidos numa avaliação dos riscos e das necessidades. Como tal, esses casos exigem uma abordagem personalizada que envolve intervenientes relevantes, conforme mencionado acima. Todas as crianças precisam de uma avaliação individualizada da sua situação, das suas necessidades e até mesmo dos seus riscos para ser elaborada uma intervenção adequada para a criança.

Estas pré-condições não são apenas específicas das crianças regressadas e são baseadas nas melhores práticas gerais para lidar com indivíduos radicalizados envolvidos em contextos de extremismo violento e terrorismo.

A estratégia de resposta pode incluir várias intervenções diferentes que servem para garantir a segurança da própria criança, bem como das pessoas que integram o seu círculo social. Além disso, haverá intervenções focadas na reabilitação e na ressocialização da criança num ambiente estável e seguro (por exemplo, para regressarem à escola, para receberem aconselhamento, para participarem em atividades de lazer) que abordam o bem-estar da criança, bem como o risco da criança se tornar violenta e/ou radicalizada no futuro. Os métodos e as intervenções que os profissionais podem usar para trabalharem com crianças regressadas são explicados em maior detalhe no ponto seguinte.

⁴⁵Loeber, R., Farrington, D.P. e Petechuk, D. (2003), *Child Delinquency: Early Intervention and Prevention*. *Child Delinquency*, Bulletin Series (Maio). Disponível em <http://www.forensiccounselor.org/images/file/Child%20Delinquency%20Early%20Intervention%20and%20Prevention.pdf>.

Prática em ação

Instruções para lidar com crianças regressadas em França

A 23 de março de 2017, o primeiro-ministro francês apresentou uma [instrução dirigida às autoridades e aos profissionais franceses sobre a gestão de](#) menores franceses e menores estrangeiros que regressam a território francês após uma permanência no Iraque ou na Síria.

A abordagem destaca a forma como cada situação individual será avaliada pelo gabinete do procurador competente, que decidirá se deve ser seguida a via da ação penal. O gabinete encaminhará o assunto para o juiz de menores que aplicará quaisquer medidas de proteção que considere necessárias.

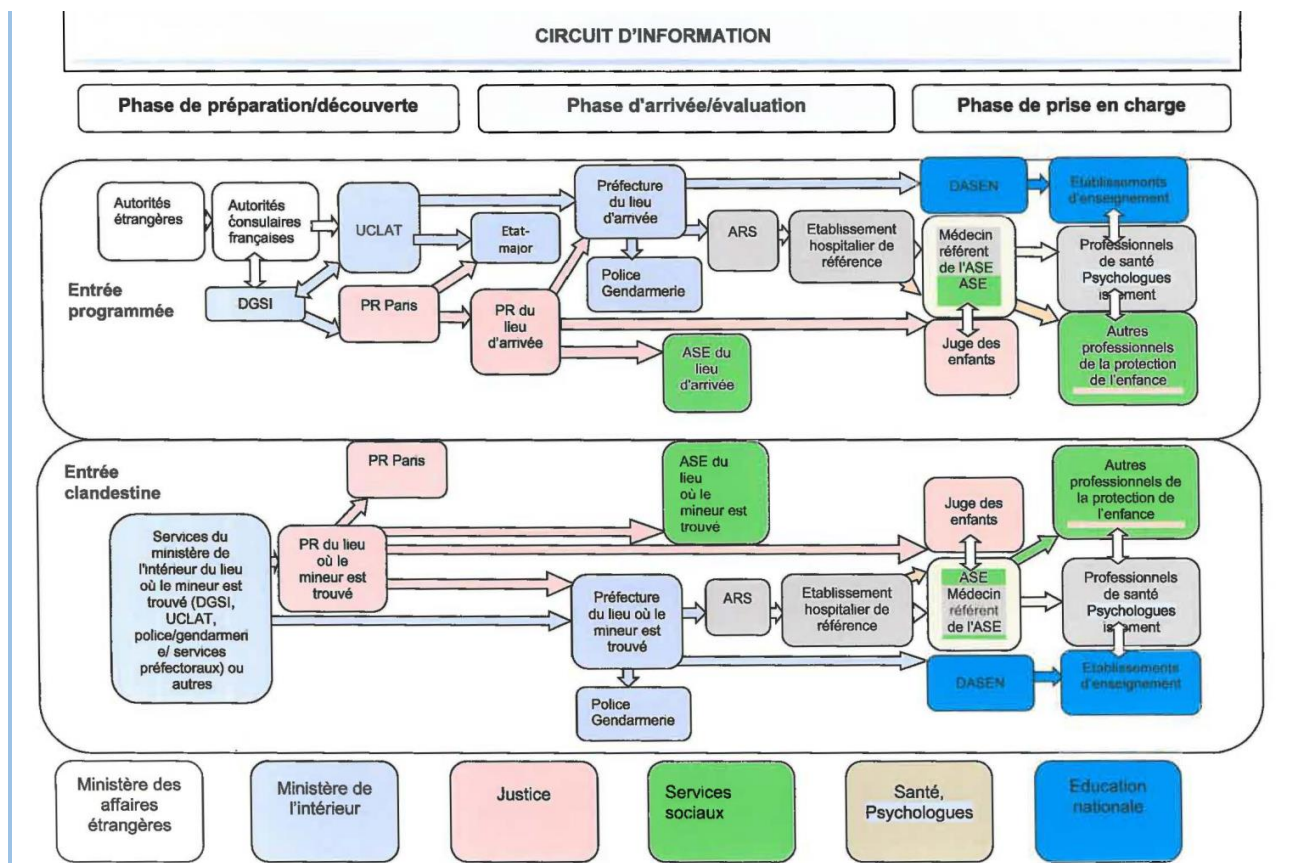
O objetivo é garantir que todas as crianças recebem cuidados apropriados (segundo uma avaliação somática e psicológica aquando da chegada) e que o ensino corresponde às suas necessidades, protegendo-as do risco de estigmatização associado à sua história familiar.

O ensino é da responsabilidade do diretor académico dos serviços de ensino nacionais, que estabelece a coordenação entre os diferentes serviços departamentais que constituem o sistema de ensino nacional, as instituições de ensino e todos os outros intervenientes responsáveis pelo acompanhamento destes menores. A natureza confidencial de todas as informações partilhadas é respeitada.

As unidades locais para a prevenção do crime e da radicalização e o apoio à família, presididas por magistrados em estreita colaboração com o magistrado do Ministério Público, garantem o acompanhamento geral destas crianças e dos seus pais (quer estejam ou não sujeitos a medidas judiciais).

Esta instrução salienta a necessidade de formar adequadamente todos os indivíduos responsáveis por acompanhar estes menores e pede a criação de um comité, dentro do Ministério da Justiça, para a avaliação dos cuidados sociais e educativos das crianças regressadas.

O gráfico apresentado abaixo fornece uma panorâmica do circuito de coordenação de informações que será usado para as crianças regressadas. [Pode encontrar mais informações nesta página Web.](#)



7.4 Métodos e intervenções

7.4.1 Resposta jurídica e proteção de menores

Quando uma criança regressa à UE após a sua permanência (ou a permanência dos pais) numa zona de conflito terrorista, há várias **questões jurídicas** que se tornam importantes. Os profissionais que trabalham com estas crianças devem estar cientes disto, bem como dos efeitos que eles podem ter na reabilitação e na ressocialização da criança.

- **Nacionalidade da criança:** a nacionalidade da criança e, em associação a isso, a sua cidadania, dependerá das decisões judiciais de cada país da UE. Muitas vezes surgem dificuldades quando a criança nasceu na zona de conflito e não existem documentos que confirmem a ligação biológica entre a criança e os pais. Contudo, para poder garantir a reintegração da criança, é importante determinar o seu estatuto legal. Em casos de incerteza, um teste de ADN pode fornecer provas de ligação biológica. Quando não houver provas de ADN de ligação biológica, caberá à legislação e à jurisprudência em vigor no país em causa decidir se a criança poderá ou não entrar na UE e com que estatuto.
- **Custódia da criança:** podem surgir questões relativas a quem fica com a custódia da criança. No que diz respeito à nacionalidade, as determinações jurídicas específicas serão específicas do país. Na maioria dos casos, se os pais continuarem juntos/um dos pais for considerado capaz de cuidar da criança, estes terão direito à custódia (partilhada). Torna-se mais desafiante quando os pais são considerados incapazes de cuidar da criança porque estão, por exemplo, na prisão, são fisicamente/mentalmente

instáveis ou constituem um potencial risco para a criança. Nesses casos, os familiares, tais como os avós, podem querer reclamar a custódia. Se não for possível arranjar uma solução no ambiente social da criança, um responsável pela criança receberá a custódia e, provavelmente, a criança será colocada numa instituição ou integrada numa família de acolhimento. Os profissionais precisam de lidar com batalhas pela custódia das crianças, bem como com o efeito desestabilizador que isto tem na criança e naqueles que a rodeiam. A prática demonstra que, muitas vezes, as crianças ficam com a mãe, uma vez que há menos condenações dos regressados do sexo feminino.

- Ação penal de crianças: à medida que vão surgindo notícias cada vez mais perturbadoras sobre o papel das crianças nos combates com grupos terroristas (por exemplo, como bombistas suicidas, como soldados e como executoras), as questões sobre a responsabilidade jurídica destas crianças multiplicam-se. Conforme especificado num relatório de 2016 do Instituto de Pesquisa Inter-regional de Investigação de Crime e Justiça das Nações Unidas (UNICRI) sobre crianças e o combate ao terrorismo, o quadro jurídico atual relativo às crianças que foram recrutadas por grupos armados ou terroristas é complexo. No que diz respeito ao recrutamento para grupos ou forças armadas, o direito internacional, os tratados e protocolos apoiam a linha de pensamento de que as crianças com menos de 18 anos não devem ser objeto de ação penal por estas ações, mas devem ser reintegradas e reabilitadas, quer tenham sido recrutadas à força quer voluntariamente⁴⁶ e quer tenham sido combatentes ativas, quer tenham assumido uma função de apoio. Contudo, no que diz respeito a grupos terroristas, a situação torna-se muito mais complexa. Os Estados-Membros da UE estabelecem os seus próprios quadros jurídicos relativos a grupos e atividades terroristas, bem como à idade em que as crianças podem ser julgadas como adultos, orientados pelo quadro jurídico da UE e por outros acordos internacionais. De acordo com o UNICRI, até ao momento parece não haver um quadro jurídico específico no que diz respeito às crianças recrutadas por um grupo armado ou terrorista. A jurisprudência recente demonstrou que as disposições em matéria de justiça de menores foram aplicadas a acusações de terrorismo. O relatório do UNICRI recomenda que *«os casos que envolvem crianças que participaram em atividades relacionadas com o terrorismo devem ser julgados de acordo com os processos para menores e em tribunais de menores. Os crimes de terrorismo não devem ser tratados de forma diferente de outros crimes que envolvam crianças.»*
- Direitos das crianças e proteção de menores: todos os Estados-Membros da UE ratificaram a Convenção sobre os Direitos da Criança das Nações Unidas e são obrigados a seguir esta lei internacional. O princípio básico por detrás desta convenção é que todos os Estados orientem as suas ações pelo interesse superior da criança. Além disso, a convenção abrange o cumprimento das leis em matéria de custódia da criança e de representantes legais para assegurar que cada criança tem os direitos básicos, tais como o direito à vida, o direito ao seu nome e identidade, o direito a ser educado pelos pais numa família ou num grupo cultural e o direito de ter uma relação com os dois pais, mesmo que estejam separados. Existe uma obrigação para os Estados de permitirem aos pais exercerem as suas responsabilidades parentais. Existe ainda uma obrigação de fornecer representação jurídica separada para uma criança em qualquer litígio jurídico relativo aos seus cuidados e para garantir que a perspectiva da criança é ouvida nesses casos. Além disso, a Convenção afirma que as partes devem *«tomar todas as medidas legislativas, administrativas, sociais e educativas adequadas à proteção da criança contra todas as formas de violência física ou mental»*. A UE interpreta esta convenção como o

ponto de partida para os direitos da criança e desenvolveu as suas políticas e ações em consonância com a Convenção sobre os Direitos da Criança. No que diz respeito às crianças regressadas, especialmente às crianças que se crê que estiveram envolvidas em atividades terroristas, o relatório do UNICRI conclui que:

«No geral, os princípios subjacentes da Convenção sobre os Direitos da Criança das Nações Unidas, incluindo o direito da criança das decisões terem primordialmente em conta o seu interesse superior, não parecem ter sido aplicados no que diz respeito às crianças que participaram em atividades terroristas, nem às medidas impostas aos membros da sua família. Além disso, não é notório que o artigo 40.º, n.º 3, alínea b) [da Convenção sobre os Direitos da Criança das Nações Unidas], que exige que os Estados adotem medidas relativas às crianças sem recurso ao processo judicial ou o artigo 37.º, alínea b), que exige que a privação de liberdade deverá ser utilizada unicamente como medida de último recurso e ter a duração mais breve possível, estejam a ser aplicados de forma significativa no que diz respeito a crianças que participaram em atividades terroristas.»

Em conformidade com estas conclusões, uma das principais recomendações do UNICRI é que: «Os Estados devem ser encorajados a garantir que as crianças são especificamente abordadas na legislação em matéria de terrorismo e que os direitos das crianças ao abrigo dos tratados internacionais lhes são assegurados. É provável que isto exija disposições legislativas especiais relativas às crianças, em matérias como a detenção, a pena e a reintegração na legislação nacional.»

Para mais informações sobre este tema, consulte o [Neuchatel Memorandum on Good Practices for Juvenile Justice in a Counterterrorism Context \(Memorando de Neuchatel para as boas práticas em matéria de justiça de menores num contexto de combate ao terrorismo\)](#)

- Abordagem entre os vários organismos implicados e partilha de informações: todos os Estados-Membros da UE possuem estruturas e processos para lidarem com crianças vulneráveis. Contudo, as crianças regressadas constituem um grupo à parte que exige a adaptação das estruturas existentes para a realidade atual em termos de cooperação, determinação de responsabilidade, coordenação e partilha de informações. Para um trabalho eficaz, célere e efetivo numa abordagem entre os vários organismos implicados e para adaptar essa abordagem às crianças regressadas, são necessários os seguintes pontos:
 - Regras e regulamentos jurídicos claros para a partilha de informações, especialmente no que diz respeito a lidar com crianças em situações vulneráveis (tais como toxicod dependência dos pais, violência doméstica, abuso sexual). A prática demonstra que a partilha de informações recolhidas para efeitos de segurança é particularmente difícil, embora, por vezes, seja necessária para que os serviços de proteção de menores ou os assistentes sociais realizem uma boa avaliação das necessidades da criança. Em alguns casos, isto requer espaço para credenciações de segurança. Por outro lado, os profissionais de apoio à família têm a oportunidade de descobrir informações sobre o passado de uma criança ou as circunstâncias

que podem influenciar a segurança da criança. Este tipo de informações deve ser partilhado de uma forma estruturada com a polícia e os serviços de informação.

- Parte da estratégia de resposta deve passar pela análise dos quadros jurídicos atuais para a cooperação entre os serviços, de forma a garantir a segurança, a proteger o bem-estar da criança e a desenvolver uma legislação adequada que permita a partilha de informações necessária.
 - Juntar diferentes peritos em reuniões entre parceiros ou em unidades de peritos. No caso das crianças regressadas, é necessário contar com a ajuda de peritos em traumas (desenvolvimento e resposta), em desenvolvimento infantil em geral, em recolha de informações, no sistema judicial, no apoio à família, na educação, etc. Estas unidades de peritos dos vários organismos implicados podem ajudar em casos específicos, na conceção de uma formação geral para os profissionais da primeira linha e na avaliação dos riscos e das necessidades.
- *Orientações jurídicas para profissionais*: os profissionais de apoio à família e os assistentes sociais que contactam com a criança e com outros regressados deparam-se com várias questões provenientes da família e dos contactos sociais do regressado, incluindo algumas questões de natureza jurídica. Estas questões podem estar relacionadas com a custódia, o apoio ao envio de dinheiro, a nacionalidade, a cidadania, etc. Os profissionais também falam sobre o aumento do número de processos judiciais relativos a estas problemáticas. Para poderem fornecer informações corretas aos indivíduos e às famílias, bem como proteger os profissionais que poderão participar em processos judiciais, é altamente recomendável criar uma estrutura de apoio administrativo jurídico. Esta estrutura seria um local (físico ou através de um serviço em linha) onde os assistentes sociais ou os profissionais de apoio à família pudessem solicitar orientações jurídicas sobre as questões que são feitas pelas famílias dos regressados. Pode ser considerada uma formação jurídica adequada destinada aos profissionais que lidam com crianças. O âmbito dessa formação pode ser alargado e incluir uma incidência geral sobre os direitos das crianças e, em especial, sobre os direitos das crianças que são vítimas de violência e os direitos das crianças que lidam com o sistema de justiça.

Estudo de caso — Barreiras no trabalho com crianças regressadas

Uma mulher de 35 anos com três crianças regressou de território controlado pelo Daesh após permanecer lá durante dois anos. Os serviços de segurança descobriram a mulher no aeroporto, mas ela não foi detida, nem foi objeto de ação penal. Os serviços de segurança mantiveram o contacto e visitaram-na periodicamente. Os serviços de segurança não foram informados, mas descobriram, uns meses mais tarde, que ela tinha regressado. Quando os serviços de segurança visitaram a mulher ela não quis falar sobre as suas experiências nem sobre o local onde tinha estado. Afirmou que tinha vivido fora do território controlado pelo Daesh e que não tinha participado em nenhuma das atividades do Daesh. Através dos familiares, os serviços sociais descobriram que a mulher e as crianças tinham efetivamente vivido com o Daesh e que esta era uma apoiante fervorosa da organização. O seu filho mais velho também participara num campo de treino/doutrinação. É agora a segunda esposa de um extremista e cortou completamente o contacto com as autoridades. Os serviços sociais não conseguem investigar nem retirar-lhe as crianças. Devido a restrições em matéria de partilha de informações, não foram passadas quaisquer informações à escola que as crianças frequentam.

Ilacões a tirar:

- O primeiro período de regresso a casa é o mais importante em termos de estabelecimento de contacto e de oferta de intervenções, uma vez que, nesse momento, a maioria dos regressados estará mais disposta a falar e a cooperar.
- Se as informações não forem partilhadas, isso pode dificultar a realização das intervenções. Neste caso, por não terem sido passadas as informações aos serviços sociais ou à escola, tornou-se difícil contactar a mulher ou os seus filhos.
- É crucial que as crianças sejam tidas em conta desde o início e recebam cuidados de saúde mental para o tratamento de traumas.

7.4.2 Avaliação dos riscos e das necessidades

A reabilitação e a ressocialização das crianças apoia-se fortemente em avaliações dos riscos e das necessidades. Estas avaliações devem abordar o bem-estar físico e psicológico da criança, o nível de trauma, o nível de doutrinação/pensamentos extremistas, a atitude perante a violência, etc. Até ao momento, não foram desenvolvidas quaisquer avaliações de risco específicas para as crianças regressadas. Contudo, os profissionais podem retirar conclusões dos instrumentos psicométricos existentes que avaliam, por exemplo, o multiculturalismo, a identidade do grupo, a flexibilidade cognitiva e a adesão a uma religião.⁴⁷ Uma vez que as avaliações de risco especializadas sobre a radicalização que existem foram concebidas para adultos e continuam numa fase inicial no que diz respeito à sua base de provas, estas avaliações não são adequadas para crianças regressadas. Tendo em conta que as crianças ainda se estão a desenvolver, a utilização de avaliações individuais que incluem a avaliação de riscos, mas que incidem na situação geral e nas necessidades da criança e na estratégia mais apropriada de acordo com o interesse superior da criança, talvez seja um instrumento mais adequado. É importante distinguir entre crianças regressadas do sexo masculino e feminino, porque estas podem estar expostas a diferentes formas de violência/trauma e porque podem exigir intervenções especializadas. Como tal, os Estados-Membros devem investir na conceção de avaliações especializadas para crianças regressadas.

Prática em ação: Instrumento de avaliação de Aarhus para famílias e crianças (em desenvolvimento).

Os serviços sociais e a Infohouse em Aarhus estão atualmente a desenvolver um instrumento de avaliação que será usado por profissionais focado num processo de desradicalização. O instrumento de avaliação terá quatro categorias:

- 9 meses a 1 ano
- 1 a 6 anos
- 6 a 12 anos
- 12 a 18 anos

Para obter mais informações sobre este instrumento em desenvolvimento, contacte a Infohouse em Aarhus através de Christina Lehtinen -cle@aarhus.dk.

⁴⁷ Saklofske, D. H. Schwean, V. L., Reynolds, C. R. (2013) The Oxford Handbook of Child Psychological Assessment. Oxford University Press.

7.4.3 Integração e condições de vida

O processo de custódia determinará o local onde uma criança vive. A criança poderá viver com os pais, os avós ou outros membros da família. Também poderá viver numa instituição ou numa família de acolhimento se a família biológica for considerada incapaz ou talvez se constituir um risco para a reabilitação da criança. Esta opção deverá ser uma medida de último recurso, uma vez que o impacto na criança será significativo e imprevisível. A criança poderá regressar à cidade de onde ela/ele ou os seus pais são oriundos ou começar uma nova vida noutra lugar. Além dos processos e (em alguns casos) das restrições jurídicas, é importante destacar a importância da nova situação de vida no processo de reabilitação. Para efeitos de reabilitação, a normalização deve ocorrer assim que possível, mas pode ser influenciada por fatores tais como:

- situação laboral dos pais;
- ter uma vida diária estruturada;
- acesso a um espaço de habitação privado;
- acesso a educação e a atividades de lazer;
- viver numa comunidade adequada;
- acesso a grupos de pares;
- modelos a seguir;
- um sentimento de autodeterminação.

Os responsáveis por decidirem as condições de vida da criança (estes responsáveis variam consoante o Estado-Membro, mas é mais provável que a decisão seja influenciada por pais/família direta, autoridades locais, serviços de proteção de menores, tribunais de menores) devem ter estes fatores em conta.

Estudo de caso: Regressado com três filhos

Regressado do sexo feminino, com 30 anos, foi para a Síria durante 8 meses com o marido e dois filhos. Regressou nos últimos meses de gravidez do terceiro filho e com os outros dois filhos. Presume-se que o marido tenha morrido. Não foi detida, a investigação está pendente, e ela está agora a viver sozinha com três filhos e a tentar arranjar um emprego. Desde o seu regresso, foram envolvidas várias organizações no caso. Inicialmente, foram envolvidos vários serviços sociais devido às preocupações relativas aos seus filhos e ao seu estado psicológico (as crianças estavam subnutridas quando regressaram) e os serviços sociais continuam a monitorizar o bem-estar das crianças. A polícia e o município também foram envolvidos no caso e visitaram-na regularmente. Foi nomeado um gestor de casos para coordenar todos os cuidados necessários. Na sua rede informal, a sua irmã assume um papel ativo e auxilia-a se ela precisar de ir a consultas ou de reunir-se com profissionais. Também se mantém em contacto com a sua família e com os sogros, mas trata-se de um contacto mais esporádico.

Ilações a tirar:

- É importante avaliar a probabilidade de um regressado retornar a território controlado por terroristas, por exemplo, para se juntar a um cônjuge. Neste caso, inicialmente, este cenário parecia bastante provável, por isso foram discutidas opções para evitar que ela viajasse para a Síria, tais como a opção de lhe tirarem o passaporte. É importante ter boas redes formais e informais que possam fornecer informações sobre os regressados.
- Chegar a um acordo entre os serviços sociais e o regressado permite manter uma família junta. Nesta situação, existiram preocupações com a segurança das crianças. Mas o regressado do sexo feminino colaborou com os serviços sociais e cumpriu aquilo que acordaram e as crianças não lhe foram retiradas.

- É importante olhar para a rede mais ampla que rodeia o regressado. Um dos desafios deste caso foi não saber qual era a influência dos sogros dela, uma vez que o segundo filho deles também partira para a Síria. Os serviços sociais receavam que eles pudessem ser uma má influência para ela e para os filhos dela.
- Investir em vários tipos de apoio e construir uma relação ajuda os profissionais a avaliarem o risco e a encontrarem oportunidades de desvinculação e de desradicalização. Este regressado do sexo feminino foi avaliado quanto a possíveis problemas de saúde mental e encontra-se agora a receber apoio psicológico. Está também a receber assistência enquanto procura emprego e se candidata aos subsídios necessários para estabilizar a sua vida.

7.4.4 Apoio à família

Quer fiquem com a família biológica, quer fiquem com uma família de acolhimento, o ambiente social direto desempenha um papel crucial no processo de reabilitação. Dado que, no caso das crianças regressadas, é provável que toda a família biológica tenha participado em situações de conflito e experienciado traumas, este é um risco considerável para o bem-estar e a estabilidade da criança. Como tal, é necessário fornecer a estas famílias apoio e orientação de peritos (por exemplo, peritos em psicologia, traumas, teologia, pedagogia) como uma unidade para as ajudar a lidar com os traumas e as presentes circunstâncias e para as consciencializar de como podem ajudar a criar um ambiente estável e seguro onde a criança possa crescer. (Ver o capítulo 4 para obter mais informações sobre o apoio à família).

7.4.5 Papel dos estabelecimentos de ensino (pré-escolar)

O acesso à educação tem uma importância crucial no processo de reabilitação das crianças regressadas. Este é um fator de proteção importante, uma vez que incute um sentimento de segurança, normaliza a vida diária da criança, garante a exposição à diversidade cultural e aumenta a interação com indivíduos que não pertencem ao seu lar.⁴⁸ As discussões entre profissionais do grupo de trabalho «Educação» da RSR conduziram a informações importantes (resumidas abaixo) sobre a forma como as escolas devem estar envolvidas na reabilitação das crianças regressadas sem comprometerem a segurança das outras crianças, do pessoal das escolas e de outras pessoas diretamente envolvidas.

Estudo de caso — Criança regressada que retorna à escola

Em março de 2014 um menor do sexo masculino apresentou-se — juntamente com o pai — numa escola para efetuar a inscrição. Após a inspeção, descobriu-se que o rapaz tinha estado na Síria durante três meses e tinha acabado de regressar. Também seguiu o programa de treino durante a sua permanência na Síria. Compareceu muito brevemente perante um tribunal de menores e o juiz deliberou que ele devia voltar para a escola assim que possível. Esta deliberação foi tomada no espaço de uma semana após o seu regresso. A história do seu regresso teve várias versões: 1. Ele fugiu porque queria ir para casa. 2. Foi para Istambul para comprar roupa quente e depois fugiu. 3. Regressou juntamente com um amigo mais velho.

Uma vez que, naquela altura, a escola em causa foi confrontada com a presença de vários jovens radicalizados, o diretor decidiu ter uma reunião confidencial com alguns professores para averiguar a reação destes e se estes aceitariam ter este menino na turma deles. Os professores entraram em pânico, alguns começaram a chorar e alguns chegaram mesmo a considerar a demissão. Com base nesta

⁴⁸ Kia Keating & Ellis 2007; Hart, 2009

experiência, o diretor decidiu encaminhar o rapaz para outra escola e contactou confidencialmente um colega. Apenas o diretor, o assistente social, o professor de estudos religiosos e o professor responsável pelo acompanhamento do aluno foram informados. O juiz de menores também instaurou uma trajetória de aconselhamento pessoal e a família — neste caso um pai solteiro — recebeu orientações. O processo de reintegração correu bem. O rapaz concluirá os estudos no fim deste ano letivo.

- A normalização como princípio orientador: O princípio fundamental, ao lidar com regressados em contextos educativos, é o «regresso à normalidade» assim que possível. As escolas devem constituir um espaço seguro e regulado, onde as crianças ou os jovens se sentem apoiados, onde existe estrutura e regras e onde o stress é aliviado. O risco de que o aluno seja visto como «diferente» deve ser minimizado e devem ser tomadas medidas para minimizar a atenção.
- Lidar com potenciais riscos colocados pelas crianças regressadas: Devido ao passado e às experiências pessoais destas crianças, podem existir preocupações de que as crianças regressadas constituam um risco para as outras crianças da escola; embora seja pouco provável, a sensibilização para as reações traumáticas (tais como comportamentos que visam chamar a atenção e, numa minoria dos casos, violência interpessoal) e a preparação para lidar com estas reações devem fazer parte do processo de formação dos professores. Conforme mencionado anteriormente, é necessário realizar uma avaliação dos riscos e das necessidades antes de trazer a criança para um ambiente educativo.
- As escolas devem encorajar as crianças a desenvolverem ideias e responsabilidade: As crianças devem ser apoiadas à medida que se tornam membros positivos da comunidade escolar e devem ser-lhes dadas oportunidades para serem bem-sucedidas. Isto torna-se ainda mais importante para as crianças que se consideram injustiçadas e estão zangadas ou preocupadas com os desenvolvimentos das suas vidas pessoais e do mundo. Lidar com sentimentos de raiva e injustiça e com ressentimentos é crucial para a resiliência contra os riscos de extremismo.
- Ultrapassar a relutância de algumas escolas em aceitarem crianças regressadas: Algumas escolas estarão relutantes em aceitar crianças regressadas, uma vez que receiam que as ideias extremistas possam espalhar-se pela escola ou até mesmo a ocorrência de atos terroristas. Isto poderá criar tensões no seio da escola e das comunidades mais amplas. Para ultrapassar estes desafios, deve ser nomeada uma pessoa/autoridade que os diretores da escola aceitem e em quem confiem para discutir, convencer e negociar a cooperação com as escolas.
- Partilha de informações sobre a chegada de uma criança regressada: É importante que a criança não apareça na escola sem um aviso prévio. O diretor da escola deve ser informado e a criança deve ser tratada de acordo com os procedimentos de proteção de menores da escola. Embora possam existir alguns benefícios na partilha de informações com o pessoal, essa partilha pode criar preconceitos e estigmatização que abrandam o processo de normalização. Pode ser útil conversar com a família sobre quais as informações que devem ser partilhadas e com quem.
- As escolas devem prestar especial atenção ao progresso da nova criança: A direção da escola deve certificar-se de que a criança recebe atenção especial e de que recebe informações sobre as atividades e o bem-estar da criança. Pode fazer perguntas ao pessoal, falar com a criança ou pedir a um membro do pessoal que controle atentamente a criança.
- Desenvolver uma estrutura de apoio para as escolas: Esta medida é necessária para que as escolas saibam quem são os peritos com os quais podem contar para lidar com as crianças regressadas. Numa cooperação entre os vários organismos implicados, as escolas devem cooperar com parceiros em matéria de acolhimento de crianças, cuidados sociais, polícia, serviços de saúde mental, peritos em traumas, serviços de saúde física, assistentes de juventude, ONG que possuam conhecimentos pertinentes e com organizadores de atividades pós-escolares para incentivar a integração.

- Fornecer um período intermédio de reajustamento para a criança: Isto poderá ajudar a criança a recomeçar no sistema educativo (depois de ter vivido num contexto completamente diferente). O período deve ser o mais breve possível. Em alguns países, as crianças são obrigadas a entrar de imediato no sistema educativo devido à legislação/configuração do sistema. Durante o período de reajustamento, é importante desenvolver a confiança e estabelecer o contacto com a criança e a sua família. Durante este período, pode ser realizada uma avaliação das necessidades, bem como testes de linguagem, bem-estar psicológico e capacidade intelectual.
- Encontrar um bom ajuste entre a criança regressada e a escola: Algumas escolas podem ser uma melhor opção para a criança do que outras. A autoridade responsável pelas escolas ou um centro especializado pode desempenhar um papel fundamental na identificação das escolas mais adequadas. Esta autoridade ou centro deverá receber formação, apoio e financiamento complementares. Regressar ao antigo ambiente e à antiga escola pode não ser benéfico para a criança e a família. A realocação é do interesse da criança, para que esta — e a restante família — possa começar de novo sem sofrer estigmatização ou admiração. É aconselhável evitar a inscrição destas crianças em escolas localizadas perto de locais de ataques na Europa devido à presença de crianças e pessoal traumatizado ou vitimizado.
- Lidar com a publicidade e as reações da imprensa: As escolas precisam de saber que, se aceitarem um regressado, isto pode gerar publicidade e tensões no seio da comunidade (escolar). Os pais, a imprensa e os políticos podem começar a fazer perguntas e a levantar preocupações. É necessário aplicar uma estratégia nestes casos e tornar a confidencialidade crucial. As escolas poderão usar o seu protocolo de comunicação de situações de crise. Se ainda não tiverem um protocolo, poderão baseá-lo na forma como gerem as crianças com antecedentes criminais que regressam à escola. É recomendável que as escolas discutam antecipadamente a sua estratégia com a autoridade local. De forma geral, as escolas não devem falar com a imprensa.
- Programas especiais para crianças regressadas: No que diz respeito a outros assuntos sensíveis que envolvem crianças, os jovens/crianças regressados não devem ser isolados, nem devem receber um tratamento «especial». Contudo, isto não invalida a necessidade de realizar programas de apoio individuais e personalizados que seguem uma avaliação das necessidades. A avaliação deve ser realizada com a participação de toda a família e da rede de apoio existente fora da escola. Os resultados ajudarão a escola a avaliar as capacidades de aprendizagem.
- Criar acesso a peritos em traumas e extremismo: Embora, de uma forma geral, o pessoal das escolas tenha formação para lidar com crianças vulneráveis, é aconselhável que exista alguma formação complementar sobre extremismo e sobre as circunstâncias nas quais as crianças regressadas viveram. A escola também deverá ter acesso a uma equipa de peritos nestas temáticas para prestar ajuda e apoio em situações desafiantes.

7.4.6 Prática em matéria de traumas

Tal como foi mencionado no documento temático da RSR sobre crianças regressadas de zonas de conflito⁴⁹, a sensibilização para o trauma é uma competência que deve ser adquirida por todos os profissionais da primeira linha que trabalham com crianças regressadas. A capacidade de reconhecer os sinais e os sintomas

⁴⁹ Rede de Sensibilização para a Radicalização (RSR) (2016). Documento temático: «Child returnees from conflict zones». Disponível em https://ec.europa.eu/home-affairs/sites/homeaffairs/files/what-we-do/networks/radicalisation_awareness_network/ran-papers/docs/issue_paper_child_returnees_from_conflict_zones_112016_en.pdf

de trauma é essencial para interpretar corretamente o comportamento de uma criança e conceber intervenções adequadas. A necessidade desta competência foi reforçada por profissionais do grupo de trabalho «Cuidados de Saúde e Sociais» (H&SC) da RSR, que também abordaram a necessidade de uma «prática em matéria de traumas» no trabalho com crianças regressadas.

Os profissionais que trabalham com crianças que cresceram num ambiente radicalizado (quer na Europa, quer em zonas atualmente em guerra) devem garantir que compreendem a natureza diferente do trauma e o respetivo impacto. O trauma gera uma **resposta dependente da carga** — quanto maior o trauma que uma criança experiencia, maior a probabilidade de ter problemas psicológicos e físicos. Os comportamentos que daí resultam incluem uma tendência para interpretar erradamente as conversas e tornar-se hipersensível, bem como reações exageradas ou falta de reações (ou ambas) a estímulos. Muitas vezes, estas crianças são mal diagnosticadas como tendo distúrbios de personalidade, o que destaca a necessidade dos profissionais partilharem informações sobre o historial pessoal da criança.

Existe a necessidade de que os profissionais compreendam o «cérebro de sobrevivência» destas crianças no que diz respeito à resposta de **fuga/luta/paralisação** ao trauma (respostas naturais provenientes das funções da parte inferior do cérebro. Quando entendem que estão sob ameaça, a resposta dos seres humanos é lutar contra a ameaça, fugir da ameaça ou paralisar). É neste ponto que o «cérebro lógico» destas crianças traumatizadas é afetado pelas funções da parte inferior do cérebro, que, por sua vez, acionam o «modo de sobrevivência». As crianças em modo de sobrevivência terão dificuldade em relacionar-se porque a sua resposta inicial é sobreviver ou «reagir» em vez de pensar «racionalmente» e de ter um diálogo com os profissionais que tentam apoiá-los.

É necessário compreender que estas crianças «não falham na cooperação» com os serviços, como é costume assumir, mas sim que estas crianças «não conseguem cooperar» devido a uma sensação de ameaça. Os profissionais cujo trabalho visa desafiar as ideologias extremistas não conseguem fazê-lo quando uma criança se encontra em modo de fuga/luta/paralisação, porque, nesse momento, uma criança não consegue «pensar». É importante assegurar que uma criança se sente segura; o processo de desenvolvimento de um relacionamento e de criação de um ambiente confortável e acolhedor são fatores essenciais para a **transição de uma criança do «cérebro de sobrevivência» para o «cérebro lógico»**.

O processo de criação de um ambiente seguro e estável e o desenvolvimento de uma relação com uma criança regressada pode demorar vários meses. Embora seja fundamental para garantir uma participação eficaz antes que o trabalho de combate das perspetivas extremistas possa ocorrer, existem investigações que defendem que não deve ser realizada nenhuma intervenção terapêutica importante durante pelo menos seis meses, dada a necessidade de a criança se reajustar física e psicologicamente aos seus novos contextos. Isto não quer dizer que não deve ser oferecido apoio, mas sim que as crianças que sofreram traumas graves demonstram problemas de confiança e estes problemas podem prejudicar a participação na terapia.

Para desenvolver uma prática em matéria de traumas, os profissionais de saúde e cuidados sociais da RSR recomendam o trabalho com crianças tendo por base um plano de cuidados partilhado no qual diferentes autoridades e instituições de cuidados assumem responsabilidade e fornecem diferentes intervenções, mas em que um gestor de casos garante a continuidade do apoio. Todos os parceiros envolvidos devem estar cientes da presença de traumas e devem saber como dar resposta a essa situação. Isto inclui os profissionais e o pessoal da primeira linha, tais como rececionistas, que, muitas vezes, são o primeiro

intermediário no trabalho com as organizações. É importante que estes compreendam a forma como os comportamentos destas crianças e/ou das famílias estão associados a traumas (por exemplo, uma criança pode ser agressiva porque se encontra em «modo de sobrevivência»).

Leituras complementares

O [documento ex-post do grupo de trabalho «Saúde e Cuidados Sociais» da RSR da reunião da saúde e cuidados sociais da RSR sobre crianças e jovens que crescem num ambiente/família radicalizado](#) aborda extensivamente as temáticas do trauma e da prática em matéria de traumas e em relação às crianças.

7.4.7 Abordagem da ideologia extremista

Conforme mencionado no início deste capítulo, **os profissionais devem assumir que as crianças regressadas tiveram algum tipo de envolvimento com e exposição à ideologia extremista do Daesh**. No caso dos adultos, a abordagem da componente ideológica da radicalização através da realização de intervenções é normalmente referida como «desradicalização». Contudo, ainda é necessário desenvolver programas de desradicalização personalizados para crianças regressadas. É importante salientar que, em muitos casos, quando uma criança se encontra num lar estável e frequenta regularmente a escola e a unidade familiar se está a reintegrar na sociedade (por exemplo, através do emprego ou da educação dos pais), o problema do extremismo pode resolver-se sozinho. Isto porque a identidade está intimamente ligada às experiências do dia a dia para as crianças que crescem numa zona de conflito. Muitas vezes, uma mudança de experiências é acompanhada por uma mudança daquilo e da pessoa com quem a criança se identifica.

É necessário abordar o extremismo de uma forma extremamente sensível através de uma abordagem cuidadosa e moderada. A incitação de programas de desradicalização destinados aos jovens que confrontam diretamente outros jovens sobre questões de ideologia e de identidade pode conduzir a uma **crise de identidade para os jovens**, exacerbada pelos problemas normais de identidade que acompanham a transição da infância para a adolescência. Como tal, é importante trabalhar e reconstruir uma cosmovisão alternativa com base em experiências do dia a dia positivas e variadas. A família, as escolas, a comunidade e as organizações de lazer podem desempenhar um papel positivo no restabelecimento da visão da sociedade de uma criança e da sua identidade e papel na sociedade.

7.4.8 Desenvolvimento de capacidades para lidar com crianças regressadas

Este manual fornece orientações sobre como dar resposta às crianças regressadas. Muitos Estados-Membros da UE indicaram que ainda não possuem as estruturas certas caso se verifique uma entrada rápida de crianças regressadas. **É essencial que os Estados-Membros comecem a desenvolver estas capacidades**, sobretudo no que diz respeito a:

- Desenvolvimento de conhecimentos e de informações especializadas sobre crianças regressadas através do desenvolvimento de um conjunto de peritos, incluindo profissionais com experiência em traumas (desenvolvimento e resposta), extremismo, desenvolvimento infantil, educação e avaliação de risco. Estas informações especializadas devem estar facilmente acessíveis a profissionais da primeira linha que lidam com crianças regressadas e adaptadas ao contexto local e nacional no qual as crianças regressadas irão crescer;
- Formação básica de sensibilização para os profissionais em contacto (direto) com as crianças regressadas (por exemplo, professores de escolas, assistentes sociais, membros de organizações de lazer). Esta formação básica deve cobrir pelo menos:

- informações sobre a situação da Síria/Iraque às quais estas crianças estiveram expostas;
- sensibilização básica para o trauma e exercícios de resposta quando uma criança regressada demonstra um determinado comportamento;
- como comunicar sinais preocupantes e onde solicitar apoio adicional;
- Estruturas jurídicas e organizativas claras para lidar com crianças regressadas;
- Assistência social de menores e serviços de proteção de menores.

8. Questões transversais

Este capítulo final examina dois temas abrangentes de grande relevância para aqueles que trabalham com regressados: os diferentes papéis e motivações dos combatentes terroristas estrangeiros do sexo feminino e dos regressados e como comunicar — com os regressados e com as próprias famílias e com as comunidades para as quais eles regressarão.

7.5 Diferenciação por género

Na Europa, a maioria dos combatentes terroristas estrangeiros são homens (80 %). Embora as mulheres constituam uma média de 20 %, existem variações regionais — a proporção de mulheres é inferior em Itália e em Espanha (10 %), por exemplo. Ter em conta as diferenças de género é importante nas intervenções de prevenção por vários motivos.

É necessário compreender as motivações da participação em grupos jihadistas a fim de personalizar as respostas para os combatentes terroristas estrangeiros regressados. No caso dos homens, há uma forte orientação para a masculinidade, a vida de guerreiro e a glorificação do martírio. Uma **subcultura de jihadismo une jovens que andam à procura de sensações fortes à cultura popular, à propaganda e aos filmes**. A procura da honra é concretizada através da guerra e do martírio. A investigadora Evin Ismail cunhou este movimento como «masculinidade orientada para uma vida rápida e uma morte prematura» no Daesh. Muitas vezes, os jovens recrutados têm antecedentes criminais e **distúrbios psicológicos associados**, o que significa que têm uma série de dificuldades, tais como baixo controlo dos impulsos, problemas de gestão de raiva, propensão para a violência como ferramenta para exercer poder e controlo, miopia metafórica, etc. É necessário abordar os traumas originados pelo facto de terem sido responsáveis, terem experienciado ou terem testemunhado atos de violência.

Pelo contrário, o papel das mulheres na propaganda do Daesh é projetado para os sentimentos de **identidade e pertença** e para papéis ativos e vitais na construção do chamado Estado Islâmico. Se cumprirem os seus deveres como mulheres e mães, algumas mulheres podem contribuir ativamente como professoras e enfermeiras ou podem participar na propaganda e no recrutamento. Muitas vezes, as mulheres sentem-se atraídas por uma visão romântica de um estilo de vida religioso devoto livre de discriminação e no qual se tornam o amparo da família e um membro essencial para a educação de uma nova geração. No caso de algumas recrutadas, o Daesh é um escape dos difíceis problemas de identidade, tais como escolher entre os valores ocidentais modernos e a prisão dos princípios islâmicos tradicionais das suas famílias.

Ao passo que o Daesh consegue oferecer uma liberdade percebida das tradições patriarcais e das normas culturais, para algumas mulheres, a ideia de escolher e casar com um guerreiro e assumir um papel de apoio é entusiasmante. Também lhes oferece a possibilidade de terem a honra de serem viúvas de um mártir — os salafistas defendem que o papel das mulheres é ter filhos e educá-los para se tornarem mártires. O casamento é uma instituição obrigatória e a proteção da pureza implica que homens e mulheres se casem entre os 9 e os 17 anos.

Muitas vezes, os combatentes terroristas estrangeiros regressados do sexo feminino retornam para darem à luz ou para escaparem da dureza do conflito. **Muitas vezes, as mulheres com filhos encontram-se numa situação vulnerável e precisam de bastante apoio e envolvimento por parte dos serviços sociais.** Muitas

destas mulheres receiam perder os filhos devido a medidas de proteção de menores. Muitas vezes, as mulheres regressadas vivem em situação de isolamento e sentem vergonha perante a restante comunidade. Esta situação é exacerbada pelo trauma que experienciaram, juntamente com os filhos, provocado pela exposição às condições da guerra e à violência brutal e excessiva. É essencial realizar uma avaliação de risco destas regressadas e dos seus filhos e fornecer apoio a traumas, incluindo no caso das que não foram condenadas por crimes. Muitas vezes, após o regresso, as mulheres que experienciaram condições terríveis e a realidade de viver num regime terrorista debatem-se com um sentimento de desencantamento.

É útil aplicar as seguintes medidas ao lidar com regressados do sexo feminino:

- visitas a casa imediatas por parte dos serviços sociais e da polícia (quer independentemente, quer em conjunto) para avaliar o nível de participação em grupos terroristas;
- uma avaliação das relações com os membros da família;
- proteção de menores, bem como diferentes opções de aconselhamento;
- acesso célere a tratamento de traumas e a serviços de saúde mental;
- aconselhamento para pais e tutoria para os regressados;
- estabelecimento de redes familiares, apoiadas pelas autoridades locais/ONG.

7.6 Questões de comunicações e contradiscursos

Esta secção contém informações e sugestões de opções de resposta a nível local para duas questões de comunicação específicas.

- Como dar resposta a desafios em matéria de comunicação a nível local ao lidar com regressados — Estratégia de comunicação local.
- Como dar resposta ao discurso negativo dos grupos terroristas sobre o regresso aos países da UE — Comunicação sobre o regresso.

Consulte o anexo 2 sobre comunicação estratégica e contradiscursos relativos aos combatentes terroristas estrangeiros regressados que contém uma descrição dos elementos a ter em conta ao elaborar estratégias de comunicação sobre os regressados para o governo nacional.

7.6.1 Estratégia de comunicação local

Panorâmica geral e problemáticas

O tratamento das comunicações relativas ao desafios colocados pelos regressados exige uma preparação cuidadosa. Uma potencial ameaça, em conjunto com a perceção dessa ameaça por parte do público, bem como as preocupações previsíveis do público com a reabilitação de um indivíduo que regressou de um país onde combateu ao lado de terroristas, fazem com que **seja expetável que os regressados originem uma grande atenção por parte dos meios de comunicação social**. Os regressados poderão ainda tornar-se uma *cause célèbre* por desestabilizarem intervenientes tais como as organizações extremistas violentas de direita. As autoridades locais e os seus parceiros da sociedade civil e da comunidade precisam de se preparar para um aumento ou uma renovação da atenção e da pressão por parte dos meios de comunicação social e dos políticos. Como tal, é essencial preparar uma estratégia de comunicação para a abordagem completa de resposta aos regressados, de preferência, antes da chegada dos regressados à comunidade local.

Por que motivo é essencial uma estratégia de comunicação

- Trata-se de um **tema controverso**. É provável que as comunicações sobre os regressados atraiam uma atenção pública máxima.
- Trata-se de um tema que divide opiniões. Os grupos terroristas e extremistas aplicam deliberadamente táticas e mensagens concebidas para polarizar e dividir comunidades.
- A curto prazo, os regressados constituem um **dilema de comunicações** público para os governos e os parceiros.
- A longo prazo, as autoridades e as comunidades locais precisam de trabalhar juntas para **ressocializar ou integrar** os regressados na sociedade.
- Não existe um **perfil único no caso de um regressado**. Existem diferentes motivações para a partida e para o regresso. Comunicar estas diferentes motivações é crucial, mas desafiante.
- A resposta imediata do público a esta problemática será provavelmente **emocional ou baseada em pressupostos errados**. A curto prazo, o medo e a raiva caracterizarão as respostas imediatas de algumas pessoas à problemática e deverão ser abordados. Demorará tempo até que os números e os factos racionalizem o discurso sobre este tema.
- Os regressados são uma questão transversal. É provável que o fenómeno dos regressados **provoque um debate ou uma controvérsia à volta de várias outras prioridades**, tais como a radicalização nas prisões, a coesão comunitária, a desradicalização e as estratégias de prevenção nacionais.

Princípios orientadores para a comunicação sobre os regressados

Ao conceber uma estratégia de comunicação local sobre os regressados, existem vários princípios orientadores que devem ser tidos em conta.

- Prepare uma **análise local antecipada** para determinar como os profissionais podem ser proativos e defensivos no trabalho de comunicação. As comunicações devem ser abertas e transparentes.
- Assegure-se de que a estratégia de comunicação local dos regressados **é articulada com todas as outras estratégias pertinentes**. É muito importante que este trabalho seja alinhado com outras estratégias de comunicação locais e nacionais sobre a prevenção da radicalização e as estratégias de comunicação sobre a radicalização nas prisões. É provável que um passo em falso no tratamento do caso de apenas um regressado tenha repercussões enormes em ambas as áreas de atividade e tenha o potencial de se tornar num discurso disruptivo para as comunicações de prevenção.
- O objetivo da comunicação é orientar o discurso para um espaço que seja o mais **calmo e racional** possível. Por vezes, as comunicações deverão abordar, em primeiro lugar, as emoções, as preocupações e os receios do público.

Métodos concretos:

Na sua forma mais simples, aconselhamos a criação de uma estratégia de comunicação em sete etapas.

1. **Defina claramente a problemática local** através da pesquisa e da compreensão dos sentimentos da comunidade, dos meios de comunicação social e das partes interessadas mais amplas. Em especial, foque-se em grupos-alvo essenciais, tais como os grupos de apoio à radicalização de organizações de direita. Além disso, garanta que a estratégia de comunicação está integrada com outras estratégias de comunicação — provavelmente, esta questão terá um impacto noutras comunicações e também pode ser inspirada por elas. Qual é o objetivo claro?

2. **Compreenda com quem quer falar** e como falar com essa pessoa de forma clara e de forma a que isso faça sentido para ela. Quais são as vozes que são ouvidas pelo público-alvo? Quais são as mensagens que precisam de ser transmitidas e como são ouvidas pelo público-alvo?
3. Trabalhe de forma criativa em campanhas e **trabalhe em parceria** com outras pessoas, sobretudo com o governo (na equipa de cooperação local composta por vários organismos implicados), a comunidade e os parceiros de instituições de caridade e com o apoio de agências (comunicação, design, comunicação social, etc.) e, se possível, com empresas de redes sociais. É possível identificar potenciais parceiros criativos? O ponto de contacto nacional dos regressados deve ser informado sobre os planos de comunicação e pode fornecer informações adicionais.
4. **Quem são as vozes da comunidade** e os parceiros com os quais pode trabalhar? Estes podem partilhar histórias que possam humanizar a problemática dos regressados? É necessário implementar campanhas claras e concisas para a apresentação dos factos, mas serão necessárias campanhas mais amplas para abordar as emoções que esta problemática pode despoletar, incluindo um discurso de ódio (extrema direita) ou islamofobia.
5. **A forma de chegar ao público** dependerá dos intermediários, mas os meios de comunicação social nem sempre são o meio de maior confiança. Os parceiros da comunidade poderão usar as redes sociais para chegarem às pessoas mais interessadas na problemática. Será este um contacto orgânico ou necessitará de ser apoiado pelo anúncios pagos que as plataformas das redes sociais fornecem? Irão os eventos da comunidade local ajudar a explicar a problemática? A investigação e a análise iniciais já devem ter respondido a estas perguntas.
6. **Controle cuidadosamente as respostas** a todas as comunicações. Esta é a consideração principal e pode ser utilizada iterativamente para esclarecer o trabalho e ajustar em conformidade. Este *feedback* contribuirá para uma avaliação do sucesso geral da atividade e fornecerá informações sobre as lacunas.
7. **Comunique e discuta as medidas de comunicações** e o sucesso com outras partes interessadas na equipa local composta por vários organismos implicados. Este trabalho contribuirá para futuras comunicações preventivas e desenvolvimento de políticas sobre os regressados. Certifique-se de que os resultados são disponibilizados e incitam comunicações complementares destinadas à obtenção de resultados bem-sucedidos.

Prática em ação: Seminários comunitários finlandeses

Na Finlândia, os seminários comunitários são organizados a nível local. Os seminários juntam diferentes intervenientes locais de diferentes setores públicos (aplicação da lei, serviços sociais, etc.), ONG especializadas no trabalho com grupos vulneráveis e com experiência em medidas de prevenção local, comunidades religiosas e organizações comunitárias, com acesso básico aos cidadãos e de confiança. Os seminários funcionam como uma plataforma de criação de confiança e de cocriação para práticas e iniciativas locais de prevenção. Após um seminário, as autoridades locais recebem apoio de uma equipa local composta por vários organismos implicados e um plano de ação. O objetivo desta cocriação é facilitar um processo transparente, inclusivo e participativo para todas as partes que também previna a estigmatização e a perseguição, por exemplo, das comunidades muçulmanas. Isto também é importante do ponto de vista das comunicações estratégicas, — uma vez que a polarização do ponto de vista do tema da radicalização, do extremismo violento e dos combatentes terroristas estrangeiros regressados reflete uma imagem limitada e enganadora da natureza do extremismo violento como fenómeno. Para obter mais informações contacte a [Finn Church Aid](#) e a [Peacemakers Network](#).

7.6.2 Comunicações sobre os regressados

Panorâmica geral e problemáticas

Vários profissionais comunicaram que os membros da família dos combatentes terroristas estrangeiros disseram que o **Daesh usa um discurso específico** que desincentiva o regresso (a não ser que queiram que as pessoas regressem). Os membros do Daesh afirmam que as pessoas que regressam do Daesh receberão um péssimo tratamento por parte dos países da UE. Afirmam que os regressados serão detidos de imediato e durante um período longo, serão obrigados a partilhar as informações sobre o Daesh durante sessões excessivas de interrogatórios e nunca serão aceites (de novo) pela sociedade. Ao que parece, a estratégia do Daesh para obrigar as pessoas a ficarem através de punições severas para as pessoas que tentam abandonar o território controlado pelo Daesh,⁵⁰ é complementada pelos discursos acerca daquilo que lhes acontecerá se elas partirem.

Estes discursos são desoladores — no mínimo — e visam convencer o potencial regressado que regressar ao seu país de origem não é uma opção. Os regressados são obrigados a enfrentar as consequências das suas ações. Na realidade, um regresso à sociedade no seu país de origem é possível; os princípios gerais do Estado de Direito, cuidados de saúde, educação e sistema de assistência social são aplicados. Uma vez que a maioria dos regressados contacta os membros da sua família antes do regresso, estes familiares encontram-se em posição privilegiada para informarem o combatente terrorista estrangeiro sobre aquilo que acontecerá quando regressarem. Os profissionais que estão em contacto com as famílias dos combatentes terroristas estrangeiros podem discutir com as famílias aquilo que acontecerá e como o membro da família deles será tratado quando regressar.

Princípio orientador para a comunicação com as famílias sobre o regresso de território controlado por terroristas

- **Transparência:** Seja realista e transparente ao discutir as consequências e as situações que o regressado enfrentará quando regressar. Afinal de contas, o regressado juntou-se a um grupo terrorista e terá de enfrentar as consequências. Seja transparente acerca da ação penal, do controlo realizado pela polícia ou pelos serviços de informação, da prisão e das intervenções de proteção de menores. E seja igualmente transparente acerca da ressociação, do tratamento médico e/ou de saúde mental, do apoio ao emprego e à educação e das opções de alojamento e assistência social.

⁵⁰ Willsher, K., «I went to join Isis in Syria, taking my four-year-old. It was a journey into hell», The Guardian, 9 de janeiro de 2016. Retirado de <https://www.theguardian.com/world/2016/jan/09/sophie-kasiki-isis-raqqa-child-radicalised>.

Referências

Briggs Obe, R., Silverman, T. (2014), *Foreign Fighters Innovations in Responding to the Threat*, Institute for Strategic Dialogue.

Cialdini, R. (2006), *Influence: The Psychology of Persuasion*, Harper Business, Nova Iorque.

Dodwell, B., Milton, D., Rassler, D., *Then and Now: Comparing the Flow of Foreign Fighters to AQI and the Islamic State* (Versão de 8 de dezembro de 2016). Disponível em <https://www.ctc.usma.edu/v2/wp-content/uploads/2016/12/Then-and-Now.pdf>.

Serviço de segurança e informação geral neerlandesa (2017), *Focus on Returnees*. Disponível em <https://english.aivd.nl/publications/publications/2017/02/15/publication-focus-on-returnees>.

Serviço de segurança e informação geral neerlandesa (2016), *Life with ISIS: the Myth Unravelling*. Disponível em <https://english.aivd.nl/publications/publications/2016/06/17/life-with-isis-the-myth-unravelling-available-in-arabic>.

Fazel, M., Reed, R. V., Panter-Brick, C. e Stein, A. (2012). Mental health of displaced and refugee children resettled in high-income countries: risk and protective factors. *The Lancet*, vol. 379(9812), páginas 266 a 282.

Fergusson, D.M., Swain-Cambell, N.R. e Horwood, J. (2001) Deviant Peer Affiliations, Crime and Substance Use: A Fixed Effects Regression Analysis. *Journal of Abnormal Child Psychology*, vol. 30 (4), páginas 419 a 430.

Ferguson, N., (2016), *Disengaging from Terrorism: a Northern Irish Experience*, *Journal for Deradicalization*. Disponível em <http://journals.sfu.ca/jd/index.php/jd/article/viewFile/41/36>.

Gustafsson, L., Ranstorp M. (2017). *Swedish Foreign Fighters in Syria and Iraq; An Analysis of open-source intelligence and statistical data*, Centro de estudos de ameaças assimétricas, Universidade de Defesa Nacional Sueca.

Hair, N. L., Hanson, J. L., Wolfe, B. L., & Pollak, S. D. (2015). Association of child poverty, brain development, and academic achievement. *JAMA pediatrics*, vol. 169(9), páginas 822 a 829.

Hart, R. (2009). Child refugees, trauma and education: interactionist considerations on social and emotional needs and development. *Educational Psychology in Practice*, vol. 25(4), páginas 351 a 368.

Horgan, J. G., Taylor, M., Winter, C., *From Cubs to Lions: A Six Stage Model of Child Socialization into the Islamic State*. *Studies in Conflict & Terrorism* (Volume 40, edição 7, 2017).

Ingram, H.J. (2016), *Deciphering the Siren Call of Militant Islamist Propaganda* (The Hague: ICCT).

Kaati, L.. (2017), *Det digitala kalifatet: En studie av Islamiska statens propaganda* (Estocolmo: FOI (FOI-R—4429—SE).

Kia-Keating, M., & Ellis, B. H. (2007). Belonging and connection to school in resettlement: Young refugees, school belonging, and psychosocial adjustment. *Clinical Child Psychology and Psychiatry*, vol. 12(1), páginas 29 a 43.

Kohrt, BA., Jordans, MJD., Koirala, S. et al (2014). Designing Mental Health Interventions Informed by Child Development and Human Biology Theory: A Social Ecology Intervention for Child Soldiers in Nepal. *American Journal of Human Biology*, vol. 27, páginas 27 a 40.

Lakhani, S., Ahmadi, B. (2016), Women in Extremist Movements: Not Just Passive, (Institute of Peace dos EUA). Disponível em <https://www.usip.org/blog/2016/11/women-extremist-movements-not-just-passive-victims>.

Loeber, R., Farrington, D.P. e Petechuk, D. (2003), Child Delinquency: Early Intervention and Prevention. *Child Delinquency*, Bulletin Series (Maio). Disponível em <http://www.forensiccounselor.org/images/file/Child%20Delinquency%20Early%20Intervention%20and%20Prevention.pdf>.

Maher, S., Neumann P. (2016). *Pain, Confusion, Anger, and Shame: The Stories of Islamic State Families*, International Centre for the Study of Radicalisation and Political Violence

Mehra, T., (2016). *Foreign Terrorist Fighters: Trends, Dynamics and Policy Responses*, Documento sobre políticas do ICCT.

Mulder, E. J., De Medina, P. R., Huizink, A. C., Van den Bergh, B. R., Buitelaar, J. K., & Visser, G. H. (2002). Prenatal maternal stress: effects on pregnancy and the (unborn). *Early human development*, vol. 70(1), páginas 3 a 14

Moghaddam, F.M., *The Staircase to Terrorism; A Psychological Exploration*, Universidade de Georgetown 2005. Disponível em [http://www.uni-bielefeld.de/ikg/zick/Moghaddam%20\(2005\)%20staircase%20model.pdf](http://www.uni-bielefeld.de/ikg/zick/Moghaddam%20(2005)%20staircase%20model.pdf).

Olidort J. (2016), Inside the Caliphate's Classroom: Textbooks, Guidance Literature and Indoctrination Methods of the Islamic State, *Policy Focus* 147

Orton, K. (2017), *Foreign Terrorist Attacks by the Islamic State 2002-2016*

Paulussen C., Nijman, J. e Lismont, K., (2017), *Mental Health and the Foreign Fighter Phenomenon: A Case Study from the Netherlands*, ICCT Report. Disponível em <https://icct.nl/wp-content/uploads/2017/03/ICCT-Paulussen-Nijman-Lismont-Mental-Health-and-the-Foreign-Fighter-Phenomenon-March-2017.pdf>

Pressman, D.E., *Risk Assessment Decisions for Violent Political Extremism 2009-02*. Disponível em <https://www.publicsafety.gc.ca/cnt/rsrscs/pblctns/2009-02-rdv/index-en.aspx>.

Rede de Sensibilização para a Radicalização (RSR), (2016). Documento temático: «Causas profundas do extremismo violento». Disponível em <https://ec.europa.eu/home-affairs/sites/homeaffairs/files/what-we>

[do/networks/radicalisation_awareness_network/ran-papers/docs/issue_paper_root-causes_jan2016_en.pdf](https://ec.europa.eu/home-affairs/sites/homeaffairs/files/what-we-do/networks/radicalisation_awareness_network/ran-papers/docs/issue_paper_root-causes_jan2016_en.pdf)

Radicalisation Awareness Network (RAN), Collection of Approaches and Practices (Recolha de abordagens e práticas da Rede de Sensibilização para a Radicalização [RSR]). Disponível em https://ec.europa.eu/home-affairs/what-we-do/networks/radicalisation_awareness_network/ran-best-practices_en

Rede de Sensibilização para a Radicalização (RSR). (2016). Documento ex-post, RAN YF&C e RAN H&SC: «Working with families and safeguarding children from radicalisation». Disponível em https://ec.europa.eu/home-affairs/sites/homeaffairs/files/what-we-do/networks/radicalisation_awareness_network/about-ran/ran-h-and-sc/docs/ran_yf-c_h-sc_working_with_families_safeguarding_children_en.pdf

Rede de Sensibilização para a Radicalização (RSR). (2016). Documento temático: «Child returnees from conflict zones». Disponível em https://ec.europa.eu/home-affairs/sites/homeaffairs/files/what-we-do/networks/radicalisation_awareness_network/ran-papers/docs/issue_paper_child_returnees_from_conflict_zones_112016_en.pdf

Saklofske, D. H. Schwean, V. L., Reynolds, C. R. (2013) *The Oxford Handbook of Child Psychological Assessment*. Oxford University Press.

Theodore, L. (2016) *Handbook of Evidence-Based Interventions for Children and Adolescents*. Springer, Nova Iorque

Willsher, K., «I went to join Isis in Syria, taking my four-year-old. It was a journey into hell», *The Guardian*, 9 de janeiro de 2016. Retirado de <https://www.theguardian.com/world/2016/jan/09/sophie-kasiki-isis-raaga-child-radicalised>.

Winter, C., *Documenting the Virtual Caliphate* (Londres: Quilliam Foundation, 2015).

Zelin, A. Y., *Picture Or It Didn't Happen: A Snapshot of the Islamic State's Official Media Output*. (Versão de 2015). Disponível em <http://www.terrorismanalysts.com/pt/index.php/pot/article/view/445/html>

Anexo 1: Panorâmica dos instrumentos de avaliação de risco

Este anexo contém informações contextuais básicas sobre os vários instrumentos de avaliação de risco que são usados pelos governos. Os quatro instrumentos de avaliação de risco descritos neste anexo devem ser avaliados quanto à adequação dos seus próprios méritos e de acordo com as circunstâncias dos regressados. A maioria destes instrumentos de avaliação de risco são usados na prisão. As apreciações profissionais estruturadas exigem a formação dos profissionais que as aplicam.

Um instrumento mais geral é o instrumento de avaliação HCR-20, que é amplamente usado para avaliar os níveis de risco de comportamento violento. Existe uma base de provas significativa para esta matriz de risco, que também pode ser usada — se for adaptada — para a avaliação do risco de comportamento violento entre os regressados.

Orientações ERG22+ sobre os riscos de extremismo

As Orientações ERG22+ sobre os riscos de extremismo são o produto de estudos do governo do Reino Unido sobre os processos de radicalização e foram adotadas como instrumento de avaliação pelo grupo operacional de serviços de intervenção NOMS. Foram lançadas em 2011 e são baseadas em 22 fatores principais de radicalização e usadas no quadro de avaliação da vulnerabilidade dos canais (Channel Vulnerability Assessment - CVA). É atribuída igual importância a cada um dos fatores e estes indicam que podem existir outros fatores observáveis para além destes 22 indicadores (que são divididos em três áreas: participação, intenção e fatores de capacidade).

IR46

O IR46 do modelo da casa de segurança regional (Veiligheidshuis) de Haaglanden é um modelo policial monodisciplinar neerlandês para a avaliação de risco que é adaptado a uma avaliação de risco realizada pelos vários organismos implicados. É baseado em quatro fases e na via para o terrorismo de Moghaddam.⁵¹ É dividido em duas colunas: ideologias (intenções) e contexto social (capacidades). No geral, este modelo fornece 46 indicadores que constituem a base para as avaliações de risco realizadas pelos vários organismos implicados, nas quais cada indicador é avaliado através de uma apreciação multidisciplinar, estruturada e profissional.

VERA-2

A avaliação de risco VERA-2⁵² desenvolve indicadores específicos que combinam crenças e atitudes para o apoio da ideologia; antecedentes e acontecimentos históricos que moldam as ideias e as crenças da pessoa;

⁵¹Moghaddam, F.M., *The Staircase to Terrorism; A Psychological Exploration*, Universidade de Georgetown 2005. Disponível em [http://www.uni-bielefeld.de/ikg/zick/Moghaddam%20\(2005\)%20staircase%20model.pdf](http://www.uni-bielefeld.de/ikg/zick/Moghaddam%20(2005)%20staircase%20model.pdf).

⁵² Pressman, D.E., *Risk Assessment Decisions for Violent Political Extremism 2009-02*. Disponível em <https://www.publicsafety.gc.ca/cnt/rsrscs/pblctns/2009-02-rdv/index-en.aspx>.

compromisso e fatores motivadores e a capacidade da pessoa de planejar e executar um ataque extremista violento. Estes elementos são depois comparados com os *indicadores de proteção* que atenuam o comportamento de risco.

TRAP-18

O TRAP-18 é um instrumento de risco que combina comportamentos de alerta proximais (tais como percurso, identificação, fixação e agressão inédita) e 10 características distais a longo prazo (tais como ressentimento pessoal, enquadramento ideológico e psicopatologia). Trata-se de um instrumento de investigação focado sobretudo no terrorismo praticado por intervenientes isolados.

HCR-20 – Avaliação do risco de violência

Para auxiliar a apreciação dos assessores, vários utilizam o HCR-20 e encaram-no como um ponto de referência inestimável para a identificação complementar das causas e da relevância dos fatores e da formulação dos casos, através da inclusão, por exemplo, de teorias sobre a personalidade, a cognição social, a desorganização social e a tomada de decisões.

Com base na literatura extensiva sobre os fatores que conduzem à violência, o nome do HCR-20 deriva de três escalas temporais — «Historical, Clinical (present), Risk Management (future)» (Histórico, Clínico [presente], Gestão de Riscos [futuro]) — e do número de itens (20) que este mede. Cada item de risco é avaliado de acordo com uma estrutura de classificação de três níveis (baixo, moderado ou alto).

I. Fatores de risco históricos	Grau de risco: Baixo	Grau de risco: Moderado	Grau de risco: Alto
1. Historial de violência			
2. Idade jovem aquando do primeiro incidente violento			
3. Instabilidade nos relacionamentos			
4. Problemas de emprego			
5. Problemas de consumo de substâncias			
6. Doença mental grave			
7. Psicopatia			
8. Inadaptação inicial			
9. Distúrbios de personalidade			
10. Anterior falha na supervisão			

II. Itens clínicos (fatores atuais)	Grau de risco: Baixo	Grau de risco: Moderado	Grau de risco: Alto
11. Falta de informações			
12. Atitudes negativas			
13. Sintomas ativos de doença mental grave			
14. Impulsividade			
15. Falta de resposta ao tratamento			

III. Itens de gestão de riscos (fatores futuros)	Grau de risco: Baixo	Grau de risco: Moderado	Grau de risco: Alto

16. Planos com falta de viabilidade			
17. Exposição a desestabilizadores			
18. Falta de apoio pessoal			
19. Incumprimento de medidas de correção			
20. Stress			